

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**SARUE BRUNETTO**

**FLORESTA COM ARAUCÁRIAS:  
AS SERRARIAS E AÇÕES DE PRESERVAÇÃO EM PASSOS MAIA E PONTE  
SERRADA – SC**

**CHAPECÓ**

**2025**

**SARUE BRUNETTO**

**FLORESTA COM ARAUCÁRIAS:  
AS SERRARIAS E AÇÕES DE PRESERVAÇÃO EM PASSOS MAIA E PONTE  
SERRADA – SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da professora Dra. Samira Peruchi Moretto e coorientação do professor Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho.

**CHAPECÓ**

**2025**

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de dois anos e meio de mestrado, escrever os agradecimentos faz com que comece o sentimento de que esse ciclo importante está chegando ao fim. É inevitável relembrar momentos dessa trajetória, pensando em tantas pessoas que contribuíram, de alguma forma, para que essa pesquisa fosse realizada.

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão à minha família, pelo amor, apoio e ensinamento constante e compreensão ao longo desta jornada. Vocês, com certeza, foram os que mais tiveram que lidar com as minhas angústias, ansiedades, medos, mas me ajudaram muito para chegar até aqui. À minha mãe, Ivani, e ao meu pai, Sérgio, que me ensinaram a entender o mundo de uma forma diferente e nunca desistir dos nossos objetivos.

Meu companheiro, Paulo Bueno, que me deu suporte para enfrentar esse desafio, que ajudou com trocas de ideias, com o cuidado com a nossa menina Aghata e a minha irmã Shara, que me ajudou muito e enfrentou esse desafio de estudar junto. O apoio e ensinamento foram cruciais para superar os desafios e seguir em frente a esse desafio.

Gostaria também de agradecer à minha orientadora, Samira Moretto, cuja orientação, conselhos e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Não posso deixar de reconhecer o apoio dos meus amigos, das trocas de ideias, do incentivo, principalmente aqueles que tornaram momentos do cotidiano em lembranças especiais de trocas, suporte e companheirismo. Greti, minha amiga da escola e da vida, que contribui muito para eu continuar essa caminhada. Samara, que durante as aulas do mestrado trocamos ideias, conselhos e uma amizade que ficará para a vida.

Agradeço aos meus colegas do Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS. Além disso, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História da UFFS e aos demais colegas do mestrado, pelos conhecimentos e experiências compartilhados. Agradeço, também, aos membros da banca, tanto de qualificação quanto de defesa, professores Eunice Sueli Nodari e Marlon Brandt, que gentilmente contribuíram e apontaram sugestões para a continuação do trabalho.

À FAPESC, por meio do Edital de chamada pública FAPESC N° 48/2021 - programa de ciência, tecnologia e inovação para apoio aos grupos de pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Com isso, agradeço à FAPESC pela bolsa de pesquisa concedida durante 12 meses.

## RESUMO

No início do século XX, as localidades que atualmente correspondem aos municípios de Passos Maia e Ponte Serrada, em Santa Catarina, eram cobertas em sua maioria pela Floresta Ombrófila Mista. Todavia, o processo de ocupação, colonização e a instalação de madeireiras na região ocasionaram o aceleração do processo de desmatamento, temática que norteia esta pesquisa. O objetivo deste estudo é problematizar a ação envolvendo o ser humano na modificação do espaço, colocando em foco a serraria como a principal protagonista na transformação na paisagem desses municípios entre as décadas de 1940 a 1990, identificando as consequências dessas ações e as medidas para conservação dos remanescentes das áreas florestais. A partir desta análise, buscou-se entender o processo de implementação do Parque Nacional das Araucárias (PNA), os embates gerados pela sua criação, bem como o desenvolvimento de experiências e potencialidades de educação ambiental proporcionadas pelo PNA. Para tal propósito, foi necessária a utilização de diferentes fontes históricas, e de teorias que dialoguem com a História Ambiental. Tal discussão se pauta no debate proveniente dos autores Eunice Nodari e Donald Worster, entre outros que enriquecem essa pesquisa. O processo metodológico deu-se por meio de consulta e análise documental em confronto com referenciais teóricos selecionados para esta pesquisa. Utilizou-se documentos das madeireiras, do PNA, fontes orais e da legislação. Percebe-se, com esse estudo, que as modificações ocasionadas pelo desmatamento através das madeireiras, da produção agrícola e, posteriormente, a criação do PNA, geraram transformações profundas no meio ambiente, na vida das pessoas e no município como um todo, trazendo inclusive influências nos processos de educação ambiental.

Palavras-chave: Desmatamento; Madeireiras; Floresta Ombrófila Mista; Parque Nacional das Araucárias.

## **ABSTRACT**

At the beginning of the 20th century, the areas that now correspond to the municipalities of Passos Maia and Ponte Serrada, in Santa Catarina state, were predominantly covered by the Mixed Ombrophilous Forest. However, the colonization process and the establishment of sawmills in the region accelerated the deforestation, a theme that guides this research. This study aims to critically analyze human actions in transforming the landscape, focusing on sawmills as the main agents of change in these municipalities' landscapes between the 1940s and 1990s and identifying the consequences of these actions and measures for the conservation of the remaining forest areas. From this analysis, the study sought to understand the process of implementing the Araucárias National Park (Parque Nacional das Araucárias - PNA), the conflicts generated by its creation, as well as the development of environmental education initiatives and potentialities provided by the PNA. Various historical sources and theories related to Environmental History were employed to achieve this goal. This discussion is grounded in the works of authors such as Eunice Nodari and Donald Worster, among others who enrich this research. The methodological approach involved consulting and analyzing documents together with theoretical frameworks selected for this study. Documents from sawmills, the PNA, oral sources, and legal records were utilized. This study demonstrates that the deforestation caused by sawmills, agricultural production and, later, the creation of the PNA brought profound changes to the environment, people's lives, and the municipalities as a whole, including significant influences on environmental education processes.

**Keywords:** Deforestation; Logging; Mixed Ombrophilous Forest; Araucárias National Park.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do oeste de Santa Catarina .....	13
Figura 2 – Mapa da Mesorregião do Oeste Catarinense Território e população em 1950 .....	29
Figura 3 – Propaganda da companhia colonizadora Angelo de Carli, Irmão e CIA s/d. ....	33
Figura 4 – Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina – Domínios da Mata Atlântica .....	35
Figura 5 – Corte de Imbuia em Ponte Serrada - Santa Catarina, Brasil, s/d. ....	36
Figura 6 – Pinheiro cortado com serra em Ponte Serrada - Santa Catarina, Brasil, s/d. ....	39
Figura 7– Caminhão transportando tora em Ponte Serrada - Santa Catarina, Brasil, s/d.....	44
Figura 8 – Escola Municipal Maciel, na Indústria Madeireira Tozzo .....	52
Figura 9 – Escola Municipal Piratini na Indústria de Madeira Piratini, em 1970, região que compreende Passos Maia-SC .....	53
Figura 10 – Indústria Madeireira Pedro Mendes LTDA - INDUMEL, s/d.....	54
Figura 11 – Panfleto de comemoração de 26 anos da emancipação de Ponte Serrada - SC, em 1984 .....	55
Figura 12 – Madeireira Lenar LTDA, em 1987, no distrito de Passos Maia-SC .....	56
Figura 13 – Madeireira Muraro, em Ponte Serrada, em 1985 .....	58
Figura 14 – A filial da ADAMI S/A – MADEIRAS, em 1968, na localidade de Campina do Paulista, Ponte Serrada - SC.....	59
Figura 15 – Casas dos funcionários da Madeireira Muraro, em Ponte Serrada, 1985 .....	60
Figura 16 – Carregamento das tábuas da Madeireira Muraro, Ponte Serrada, 1985.....	61
Figura 17 – Caminhão que sofreu acidente nas estradas de Passos Maia - SC, s/d. ....	62
Figura 18 – Caminhão carregando tora em Passos Maia - SC .....	64
Figura 19 – Corte de árvore na propriedade da família Mantovani.....	66
Figura 20 – Mapa dos limites do Parque Nacional das Araucárias .....	77
Figura 21 – Foto aérea da Indústria de madeira Tozzo S/A, Ponte Serrada, 2002.....	82
Figura 22 – Comunidades localizadas na área de influência do PNA.....	85
Figura 23 – Cartaz de convite para atividade de observação dos pássaros em Ponte Serrada - SC, região do PNA .....	94
Figura 24 – Visita de estudantes de uma escola no Parque Nacional das Araucárias.....	95
Figura 25 – Fotos das atividades dos agentes temporários ambientais .....	96

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Serrarias de Ponte Serrada e Passos Maia-SC .....	47
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APREMAVI	Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FED	Floresta Estacional Decidual
FOM	Floresta Ombrófila Mista
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade
IFFSC	Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina
Incra	Instituto Nacional de Reforma Agrária
INP	Instituto Nacional do Pinho
PNA	Parque Nacional das Araucárias
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>O PROCESSO HISTÓRICO DO DESMATAMENTO DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA.....</b>	<b>21</b>
2.1	DESMATAMENTO NO OESTE CATARINENSE .....	26
2.2	COLONIZAÇÃO E DESMATAMENTO EM PASSOS MAIA E PONTE SERRADA .....	41
<b>3</b>	<b>AS SERRARIAS EM PONTE SERRADA E PASSOS MAIA – SC .....</b>	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS .....</b>	<b>70</b>
4.1	O PROCESSO HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS .....	70
4.2	HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS..	76
4.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS .....	899
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>977</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>
	<b>FONTES....</b>	<b>1044</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A região oeste<sup>1</sup> de Santa Catarina passou por uma acentuada mudança no que se refere às vegetações e paisagens, principalmente durante o século XX, quando a ocupação dessa região se intensificou devido à política governamental de povoamento. Esse processo trouxe novas formas de cultivar a terra e novas fontes econômicas, principalmente relacionadas à extração da madeira associada à instalação de madeireiras e às mudanças nas culturas agrícolas, como plantação de milho, trigo, feijão, soja entre outras.

O processo internacional de disputa pelas terras do oeste catarinense, entre Brasil e Argentina – que ficou conhecido pela Questão de Misiones ou Questão de Palmas, no final do século XIX, e, no contexto nacional, a Questão de Limites (Contestado) entre Santa Catarina e Paraná no início do século XX, despertou a atenção tanto do governo federal como do estadual para a necessidade de criação de uma política governamental de povoamento dessa região. O intuito era ter uma ocupação efetiva das terras, o que levou à vinda de um contingente de pessoas para essa região (Nodari, 2009).

A organização e apropriação do oeste catarinense ocorreu após o acordo entre Paraná e Santa Catarina, em 1917, ficando conhecido como “Questão Contestado”. Após a demarcação dos limites dos estados, os governos de SC e PR começaram a tomar medidas administrativas para a organização político administrativa da região. Em 25 de agosto de 1917, o governo de Santa Catarina criou quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó. Para certificar a posse definitiva das terras, o governo entregou a colonização às companhias colonizadoras, em sua maioria oriundas de empresários do Rio Grande do Sul, que deveriam direcionar a colonização para grupos étnicos específicos, como imigrantes alemães e italianos, e descendentes destas etnias (Nodari, 2012, p. 39).

Nessa perspectiva, o processo de devastação da Floresta com Araucárias impactou muitos municípios da região, assim como os municípios de Passos Maia e Ponte Serrada/SC, que durante o século XX, mais especificamente a partir de 1960 nessa região, passaram por um intenso processo de retirada da floresta nativa e a implementação de espécies exóticas, como o *Pinus spp.* Entender esse movimento entre o desmatamento da floresta com araucária

---

<sup>1</sup> A criação do Município de Chapecó, em 25 de agosto de 1917, representou para a região oeste: a) a definição da região como parte integrante do contexto catarinense - nova unidade político-administrativa; b) a necessidade urgente de uma ação de colonização para a região por parte das autoridades constituídas em nível local e estadual; c) a transferência da colonização para a iniciativa particular. Assim, a colonização da região inicia-se com as primeiras manifestações no sentido de a região receber ações e empreendimentos das Companhias de Colonização, através da venda e/ou doações de terras por parte do governo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/historico>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

e a implementação de serrarias, para além das particularidades econômicas, é entender que esse processo também influencia em aspectos ecológicos, que são resultado dessa nova organização do espaço, trazendo consequências para o ecossistema da região.

Dessa maneira, o objeto da pesquisa possui relevância regional e nacional para os estudos historiográficos, por fazer parte de uma conjuntura específica, em termos de história ambiental, de muito destaque na Fronteira Sul: a indústria madeireira que tem como base a araucária, visto que “foi a principal madeira exportada pelo Brasil por várias décadas ao longo do século XX, é uma commodity fundamental na urbanização do sudeste do país” (Silva *et al.*, 2015, p. 272).

À vista disso, essa pesquisa tem como objetivo central analisar o processo de devastação da floresta com araucária nas localidades de Passos Maia e Ponte Serrada – ambos municípios de SC –, a criação das madeireiras a partir de 1940 e a introdução e cultivo de espécies exóticas, como *Pinus spp* em áreas de reflorestamento. Para tanto, é necessário compreender o contexto que transcorreu durante o século XX, ocasionando o desmatamento e conseqüentemente a introdução de espécies exóticas, e, nesse sentido, explorar as relações entre o desmatamento da floresta com araucária e as plantações de *Pinus spp* e os aspectos ecológicos resultantes desse processo, além de investigar o processo de criação e implementação de medidas de conservação e demarcação de áreas de preservação.

O *Pinus spp* se desenvolve em distintos tipos de solos e não necessita de muitas exigências nutricionais. Aos dez anos de idade, já atinge 10 metros de altura e 17 centímetros de diâmetro, chegando a ter até 30 metros de altura e 100 centímetros de diâmetro ao atingir a idade adulta. As espécies de *Pinus spp* são originárias do Hemisfério Norte e proporcionam contaminação biológica, sendo consideradas plantas invasoras em outros ecossistemas (Moretto, 2010, p. 171).

Ao nos debruçarmos sobre a problemática do desmatamento, relacionando de diferentes formas de obtenção de renda – através da atividade de agricultura – e as relações sociais e espaciais – através do povoamento e migrações –, a pesquisa propõe um olhar sensível e indissociável entre esses elementos, assim como engloba a compreensão de processos históricos por uma via de mão-dupla, ou seja, as influências da ação humana no ecossistema e as influências deste último sobre as ações humanas, buscando compreender como se deu a retirada da mata na região oeste de Santa Catarina.

O fato de residir em um dos municípios estudados impulsionou a escolha de percorrer e aprofundar as relações existentes entre a presença de monocultivos exóticos e áreas de preservação da natureza. O município em questão possuía características naturais e

geográficas de Floresta Ombrófila Mista com acentuada mata de araucária, que atualmente é quase inexistente ou encontra-se ofuscada e incorporada por uma paisagem predominantemente de monocultura de *Pinus*, mas também passou pela idealização e criação de um parque de reserva nacional.

Entender este processo é a continuidade da minha trajetória acadêmica. Durante a graduação, fui bolsista de projeto de pesquisa do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), algo que proporcionou o desenvolvimento de leituras e a participação em eventos, resultando em uma mudança de perspectiva sobre a história da região oeste e as modificações ocorridas com a ocupação territorial dos imigrantes, a extração de madeira, e as visões trazidas por esses indivíduos dentro desse contexto. Esses fatos deram origem a um processo de devastação e implementação de novos plantios.

No primeiro momento da colonização, registrado no início do século XX, a maioria dos colonos desmatou suas pequenas extensões de terra para produzir alimentos e construir suas casas. Com o passar do tempo, aumentou a extração de madeira, quando se instalaram na região madeiras e novas técnicas de extração, transporte e comercialização. Em alguns locais, a extração e comercialização de madeiras eram a principal fonte de renda. O desenfreado desmatamento provocou uma crise ambiental e econômica. De acordo com Carvalho (2006), o avanço das técnicas utilizadas para extração de madeira, bem como o avanço para transportar essas madeiras, além de uma ocupação e colonização por inúmeros locais até os mais isolados, provocou um desmatamento desenfreado nas décadas de 1950 até 1970, que passou a diminuir a partir da década de 1970 em algumas regiões, quando ocorreu um esgotamento das florestas com araucárias.

A *Araucária angustifolia*, ou araucária, devido à sua imponência e grandiosidade, se destaca em meio à floresta, entretanto, não foi a única espécie que sofreu com os desmatamentos e transformações. Inúmeras outras espécies também chegaram à beira da extinção, como a imbuia (*Ocotea porosa*), o xaxim (*Dicksonia sellowiana*), entre outros. Muitas vezes, essas madeiras eram comercializadas juntamente com as araucárias, impactando em todo ecossistema, como atestam Silva *et al.* (2015). São várias as espécies que contribuem para a caracterização de um ecossistema. Por exemplo, na Floresta Ombrófila Mista existem outras espécies além da araucária, como a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela lageana (*Ocotea pulchella*), a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), o butiá (*Butia eriospatha*), a bracatinga (*Mimosa scabrella*), e o xaxim (*Dicksonia sellowiana*) (Castella; Britez, 2004 *apud* Carvalho, 2010, p. 38).

A Floresta Ombrófila Mista (FOM), popularmente conhecida como floresta com araucárias, no princípio atingia cerca de 200.000 km<sup>2</sup>, ou seja, ocupava aproximadamente 37% do Estado do Paraná, 25% no Rio Grande do Sul e 31% em Santa Catarina, um total de 40.807 km<sup>2</sup>, isto é, 42,5% da vegetação do estado de Santa Catarina. Estimativa que permanecem em torno de 4% do total da floresta de araucária (Nodari, 2011). A FOM é composta por diversas espécies de vegetação, como o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), a imbuia (*Ocotea porosa*), entre outras.

Na atualidade, de acordo com o Inventário Florestal de Santa Catarina<sup>2</sup>, realizado em 2022, a Floresta Ombrófila Mista apresentou um crescimento significativo no estado entre 2014 e 2019. Os dados revelam um aumento médio de 5,7% na área basal por hectare e aumento médio de 5,9% na biomassa acima do solo por hectare. Esses resultados indicam que a FOM, em Santa Catarina, está em processo de recuperação e crescimento, o que é um importante indicador de saúde para esses ecossistemas. Porém, comparando a porcentagem anterior ao desmatamento e a atual, a preservação das florestas ainda tem muito que avançar e são áreas fragmentadas que estão sendo recuperadas.

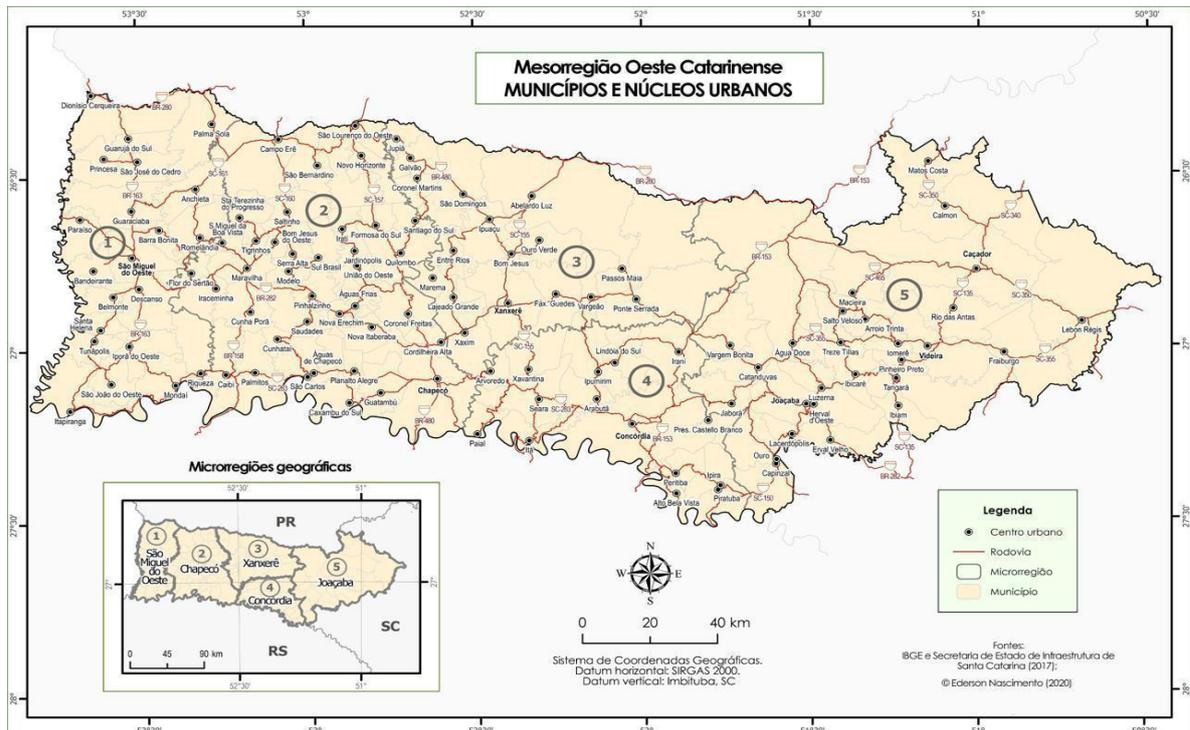
Como podemos ver através dos dados, a floresta com araucária predominava em grande parte da região sul e oferecia subsistência para os povos que viviam nessa área. Contudo, com a vasta extração da madeira, as pessoas que tiravam seu sustento da floresta ficaram à mercê da imposição de uma nova forma de vida trazida pelos colonizadores. Assim, pode-se perceber a ocorrência de diversas modificações, como a destruição das matas e, com ela, as consequências geradas em toda a região.

Nas localidades de Ponte Serrada e Passos Maia, existia um ecossistema com diversas espécies em grande escala. Quando os colonizadores penetravam nas terras, se depararam com moradores que já viviam no local, como os povos indígenas e os caboclos. Esses colonos, ao chegarem nesse território, tiveram um pensamento e um discurso de que eram os pioneiros, desbravadores e, sem levar em conta a população que morava nesse local, entraram nas novas terras impondo seu modo de ver e utilizar a natureza e a terra. Porém, com essa forma de extração e uso da natureza, houve consequências ambientais que merecem um estudo mais aprofundado. Na Figura 01, podemos observar a mesorregião do oeste catarinense, os municípios estudados de Ponte Serrada e Passos Maia pertencem à microrregião 3 de Xanxerê – SC, esse mapa foi construído pela divisão de 1990.

---

<sup>2</sup> Fonte: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina/MonitoraSC. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/monitoramento-da-cobertura-florestal>. Acesso em: 27 de Janeiro de 2025.

Figura 1 – Mapa do oeste de Santa Catarina



Fonte: Nascimento *et al.*, 2020, p. 11.

Nessa região de Passos Maia e Ponte Serrada -SC, no início do século XX, começa um processo de migração de colonos descendentes de italianos, oriundos do Rio Grande do Sul, com o intuito de explorar a floresta na retirada de madeira e na utilização das terras para produção agrícola. Como podemos constatar no texto da pesquisadora Eunice Nodari (2011), às companhias colonizadoras faziam propagandas para que os colonos, italianos na sua maioria, viessem para essa região, alegando que teriam terras férteis e baratas, que a área contava com serraria, escola, casas comerciais, telegráfico, igreja, com o intuito de colonizar essa região, ainda com muita mata com araucária que deveria ser retirada.

As colonizadoras em suas propagandas, para atrair os futuros colonos, usavam como uma das formas de atraí-los a descrição da área. Na região discutida no presente artigo, uma das companhias colonizadoras encarregada da venda de terras pertencia a Ângelo de Carli, Irmão & Cia. A referida colonizadora comercializava os lotes das colônias de Irany e Ressaca, onde atualmente está situado o município de Ponte Serrada. Em sua propaganda descrevia a região e a infraestrutura existente: “A sede Ponte Serrada, que comum ano apenas de início já conta com uma bem montada serraria, diversas casas comerciais compradoras de qualquer produto, uma ótima escola dirigida por competente professor, um posto telegráfico, e uma Igreja em construção”[...]. Era a descrição de uma área onde os colonos encontrariam terras para agricultura, de ervais em plena produção e de estradas para escoamento da produção. O que diferia muito da realidade encontrada por estes colonos em praticamente tudo (Nodari, 2011, p. 98).

Carvalho (2006), ao abordar a destruição da floresta de araucária, afirma que com a colonização europeia a floresta não tinha mais sentido somente de subsistência como para os povos indígenas e caboclos, mas sim como forma de comercialização, e, com isso, a destruição da floresta e do ecossistema foi grande, sobrando apenas de 3 a 4%.

Apesar da significativa população indígena, de variadas etnias, que habitava as florestas de araucária, e também da ocupação já bem antiga de amplas regiões dessa floresta por caboclos com suas pequenas roças de subsistência e extração de erva mate, fazendeiros criadores de gado, vilas e cidades, e uma colonização europeia incipiente, acreditamos que é mais razoável demarcar o início da devastação das florestas de araucária por volta do final do século XIX. Não é a questão de negar que indígenas e caboclos tenham alterado as florestas, como até frisamos no capítulo seguinte, afirmando que tenham convivido de forma totalmente harmônica com a natureza. É provável que tenham causado mudanças profundas no ecossistema, interferindo na disseminação das espécies da flora e nas populações da fauna, embora sejam raras pesquisas que abordem a relação indígenas - floresta de araucária. Além do mais, interferir na natureza é totalmente diferente de destruir, de erradicar a cobertura vegetal pela extração total ou seletiva das árvores, ou do uso do fogo em amplas áreas, sem que se permita a regeneração natural do ecossistema (Carvalho, 2006, p. 53).

Esse processo de devastação da floresta ocorreu através da justificativa do progresso. Com o crescimento da pecuária e o manejo intensivo de pastagens, as florestas e campos naturais começaram a ser substituídos por plantações, o que levou a um aumento significativo no uso de insumos agrícolas e inseticidas. A expansão da agricultura e pecuária resultou na conversão de áreas naturais em plantações, introduzindo práticas agrícolas intensivas que dependem do uso de insumos químicos, com impactos negativos no ambiente.

O pinheiro, correspondeu à primordial riqueza madeireira do país por várias décadas, estabelecendo-se como um recurso natural fundamental para a urbanização de São Paulo, Rio de Janeiro e a construção de Brasília. Também, a exploração do ecossistema, e da araucária em especial, atendeu às solicitações por madeira na reconstrução dos países europeus assolados pelas guerras mundiais, na primeira metade do século XX (Carvalho, 2006, p. 13).

No período anterior à colonização, os povos indígenas que habitavam essa região eram nômades ou seminômades que dependiam da natureza para sobreviver, como a semente da araucária, o pinhão (Moretto, 2021). Assim, podemos perceber que esses povos tinham outra concepção do uso da natureza, de preservar para poder colher os frutos desse ecossistema. Já no processo de colonização europeia, a floresta teve outro papel, o da retirada das árvores para a produção agrícola e utilização da madeira para comercialização e construção, não percebendo que a devastação poderia trazer diversos problemas ao ecossistema, à produção agrícola e grandes problemas ambientais.

Outros grupos raramente se arriscam a adentrar a mata e limitavam suas experiências às bordas da floresta. Desta forma, os relatos dos viajantes nos elucidam como eram esses ambientes e mostram que as fronteiras naturais, que por muitas vezes coincidiam com as fronteiras geopolíticas, poderiam ser transpostas e exploradas (Moretto, 2021, p. 79).

Segundo Jacson Peres (2009), a floresta de araucárias era o meio de sobrevivência dos indígenas, tanto os Kaingang como os Xokleng. O pinhão era a principal dádiva para os indígenas, pois era muito consumido como parte da sua alimentação. Os indígenas não tinham o costume de usar a araucária como madeira, somente como lenha, empregando principalmente os galhos que caíam.

Ao longo do processo histórico, houve muitas modificações nos ambientes naturais gerados pela ação humana. As alterações geraram novas relações com a natureza e com os espaços. A introdução de uma nova forma de produção e relação com ambiente influenciou o modo de vida e as relações natureza/homem, a ação humana levou à transformação do meio e esse deixou de ser o habitat de muitas espécies vegetais e animais.

Os exploradores que chegaram nessa região devastavam penetrando mata adentro com novos plantios, avançando aos poucos e substituindo as matas nativas por produções agrícolas. Ocorreu, nessa região, uma vasta destruição, principalmente nas florestas onde existia maior concentração de madeiras de alta qualidade para exportação.

Após o processo de desmatamento buscou-se introduzir novas espécies, que no pensamento da época eram consideradas melhores para indústria madeireira e tinham um crescimento mais rápido. A plantação em grande escala dessas novas espécies – pinus e eucaliptos – vai transformando totalmente a região. Estudos vêm verificando que elas não chegaram para reflorestar ou ajudar na preservação, mas sim como uma planta invasora para atender o interesse das madeiras e da indústria de celulose.

Se essas explicações, resultados de anos de observações e viagens desses botânicos e estudiosos, enriquecem a compreensão do ecossistema, durante o século XX esse processo lento de mudança da vegetação contrasta vivamente com o rápido processo de destruição da floresta de araucária, que simplificou bastante as características naturais da formação florestal e provavelmente alterou, pelos novos elementos introduzidos na paisagem (como o pinus, as grandes lavouras de monocultura, as cidades), o sentido dessa dinâmica. Esses estudiosos, ao mesmo tempo em que lançavam o olhar para o passado mais distante nessas pesquisas sobre a dinâmica da floresta de araucária, também alertavam sobre a destruição iminente do ecossistema, levado a cabo pelas serrarias e pela agricultura (Carvalho, 2006, p. 52).

Os avanços impostos pelos colonizadores na agricultura e na produção agroindustrial têm justificado a vasta destruição ambiental e as mudanças de produção, apontando questões relacionadas a como essa transformação se tornou uma ameaça para as vegetações existentes e

qual foi o destino dos indígenas e caboclos dessa região. Conseqüentemente, leva-nos a entender que as araucárias e as florestas da região não significam atraso, e que é possível produzir com mais sustentabilidade e preservando as matas nativas, o que ainda é um grande desafio na atualidade.

Diante dessas questões, nos remete a pensar e debater sobre o processo de ocupação das terras na região oeste de Santa Catarina, pelos descendentes europeus, no século XX, marcada tanto no âmbito cultural como econômico. Sobre esse processo, são muitas as alegações, mas as questões que afloram e justificam o teor desta pesquisa são: O que realmente interfere no meio ambiente desta região? Quais as conseqüências geradas pela extração das matas nativas? Como se deu o processo de criação das madeireiras a partir de 1960, nesse território que hoje compreende os municípios de Passos Maia e Ponte Serrada - SC?

Essa pesquisa tem como base a História Ambiental, a qual surge com o intuito de responder às aspirações da sociedade por querer saber mais sobre a relação e o impacto humano com e na natureza ao longo do tempo, buscando alternativas ou aprendizados do passado que possam ser úteis para os problemas ambientais. Os historiadores ambientais buscam entender os aspectos ecológicos do contexto histórico para perceber como os processos históricos tiveram interferência das questões ambientais (Silva *et al.*, 2015).

No livro “A ferro e fogo”, publicado em 1996, o brasileiro Warren Dean realiza uma análise aprofundada sobre a destruição da Mata Atlântica, destacando como a chegada dos europeus intensificou esse processo. De acordo com Dean, a ganância humana tem sido o principal motor do desmatamento no Brasil, especialmente na Mata Atlântica, desde o início do século XX. Isso tem levado a uma exploração desenfreada dos recursos naturais, resultando em um desmatamento crescente e na degradação da Mata Atlântica.

Nos anos de 1970, se intensificam as discussões sobre os desmatamentos e as mudanças ambientais que vêm sendo provocadas no mundo, juntamente com os prejuízos para a saúde humana e ecológica. Esse debate toma corpo e os questionamentos são intensos, em especial, a compreensão de como o ser humano vai gerenciar essas conseqüências.

Nesse sentido, a História Ambiental passa a levar esses questionamentos trazidos pela sociedade e pelos movimentos ambientalistas para a pesquisa, com o objetivo de analisar o processo histórico de degradação do meio ambiente, as mudanças dos ecossistemas e como tais questões têm interferido nas mudanças climáticas e na vida das pessoas em sociedade. Dessa forma, podemos perceber no texto dos pesquisadores José Augusto Pádua e Alessandra de Carvalho, que aborda sobre a História Ambiental:

Pode-se dizer que a criação desse campo de investigação nasceu de inquietações e críticas teóricas em relação à leitura “flutuante” da história humana, ou seja, de que a vida social pode ser isolada do mundo biofísico no qual e por meio do qual ela acontece. Hoje a história ambiental, em sua pluralidade de abordagens e experimentações, é um campo de saber consolidado, com associações científicas, congressos e periódicos discutindo e divulgando uma produção historiográfica própria e em constante expansão (Pádua; Carvalho, 2020, p. 1312).

Na profissão do historiador, o que se torna pertinente é elaborar uma análise das transformações, entender a complexa relação dos seres humanos com o mundo natural, com os ecossistemas. A História Ambiental busca alcançar seu objetivo por meio do trabalho transdisciplinar e a utilização das mais diferentes fontes possíveis. Muitas das fontes usadas não são novidades para a História, entretanto, necessitam ser revistadas para colaborar com a História Ambiental. “De fato, boa parte do material da história ambiental está disponível há gerações, talvez há séculos, e agora está sendo apenas reorganizado à luz das experiências recentes” (Worster, 1991, p. 4).

A História Ambiental compreende as diferentes particularidades físicas e ecológicas da região estudada, mas não deixa de lado suas questões culturais, sociais e políticas. Além disso, “[...] revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos” (Drummond, 1991, p. 181).

Na perspectiva da História Ambiental, a obra de Warren Dean é fundamental para as pesquisas que trabalham com a Mata Atlântica, porque o autor abordou o tema em seu estudo, desde 1500 até a contemporaneidade (Dean, 1996). O livro de Warren Dean faz uma análise dos problemas ambientais, do desmatamento da Mata Atlântica desde a chegada dos Portugueses no Brasil, até a história mais recente. Foi o primeiro historiador ambiental a abordar os problemas que a degradação da Mata causou e causa no ecossistema e na sociedade.

O historiador Miguel Mundstock Xavier de Carvalho (2010), em sua tese de doutorado intitulada “Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)”, abordou também sobre a floresta de Santa Catarina e como foi o processo de desmatamento, o que aproxima seu estudo com a pesquisa aqui proposta. Do mesmo modo, pode-se observar também um olhar para os problemas ambientais da mesma região na tese de doutorado de Marlon Brandt (2012), com o título “Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina”. A historiadora Eunice Sueli Nodari (2009a, 2009b), em seu livro “Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina” e no artigo “Um olhar sobre o oeste de

Santa Catarina sob o viés da história ambiental”, também analisa como ocorreu a transformação da paisagem, assim como o presente trabalho pretende observar que o desmatamento e a criação das serrarias transformaram a paisagem da região de Passos Maia e Ponte Serrada - SC.

Outra pesquisa que tem proximidade com essa dissertação é da autora Samira Peruchi Moretto (2010, 2021), com sua dissertação de mestrado “Remontando a floresta: a implementação do *Pinus* e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990)” e o texto “Ampliando fronteiras: viajantes e as florestas catarinenses no século XIX”. O primeiro trabalho discute o reflorestamento de pinus na região de Lages, contribuindo para esse trabalho com o debate do processo de reflorestamento com espécies exóticas na região estudada. Por sua vez, o segundo texto aborda os relatos dos viajantes sobre as florestas, o que ajuda na compreensão de como a floresta era vista no período.

A dissertação de Ademir Miguel Salini (2018), “Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)”, também trabalha o tema da transformação da paisagem no oeste catarinense e a colonização nessa região, relacionando-se com o tema deste trabalho que é entender como foi o processo de colonização e introdução das serrarias na região estudada.

O artigo “‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950)”, escrito por José Carlos Radin e Claiton Marcio da Silva (2018), também faz uma análise sobre como a colonização interferiu e representou o ambiente no oeste de Santa Catarina. Portanto, a conexão com a presente pesquisa ocorre por ajudar a entender as representações que os imigrantes tinham sobre as florestas e como a colonização alterou o meio ambiente.

Em Santa Catarina, como afirma Moretto (2021), a cobertura da floresta inicialmente representava cerca de 80% no início do século XX, porém, foi perdendo a sua identidade original, por meio das intervenções humanas, ocasionando a fragmentação e a degradação dos ecossistemas do estado. Nessa perspectiva, entender os problemas ambientais que as plantas exóticas e invasoras trouxeram ao ecossistema é de extrema importância, uma vez que, ao longo da história, a sociedade e os governos não se preocuparam com o desequilíbrio ambiental que as espécies como o *Pinus* e o *Eucalyptus* poderiam ocasionar no ecossistema (Moretto, 2010, p. 112).

Com o processo de desmatamento das florestas com araucárias, buscou-se substituir as matas nativas pelos plantios de *Pinus* e *Eucalyptus* para a indústria madeireira, com o discurso de que essas espécies tinham um crescimento mais rápido que matas nativas. Com isso, foram

feitas modificações nas paisagens e no meio ambiente, acarretando um impacto significativo nas paisagens e impedindo a retomada das espécies nativas, pois essas espécies introduzidas são invasoras e não faziam parte do ecossistema (Silva *et al.*, 2015).

Observa-se, assim, que o viés econômico era o foco, em virtude de o reflorestamento trazer grandes lucros na produção da madeira para as serrarias. O reflorestamento feito com essa espécie exótica tinha como base o ideal da monocultura, ou seja, a implementação de uma única espécie de árvore, não a plantação de várias espécies nativas. Nesse sentido, a preocupação tanto do governo como de alguns setores da sociedade era a produção de madeira para extração. Não se pensou na biodiversidade ou em reflorestar para preservar o ecossistema da região.

Em 1970, houve uma redução no número de serrarias devido ao processo de redução das reservas florestais, com o maior controle pela legislação florestal, tanto dos Governos Federal e Estaduais. Porém, isso não significou o fim do desmatamento, pois outras causas a partir de 1970 se fizeram presentes. Aponta-se o desmatamento relacionado à expansão da monocultura de pinus e eucaliptos, praticada por empresas madeireiras, de papel e de celulose. Também se salienta como uma das razões, atualmente, a implementação de assentamentos rurais de reforma agrária que foram criados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) em áreas de florestas, em que os mesmos muitas vezes retiravam a madeira para criação de gado e plantação agrícola. Observa-se também que o proprietário desapropriado recebia autorização para retirada de madeira, antes de entregar a área para os assentamentos (Nodari, 2012, p. 256).

Por meio de dados e das fontes históricas, evidencia-se que as Unidades de Conservação em áreas da FOM são responsáveis pela preservação dos remanescentes das florestas, porque podemos perceber que as áreas fora delas continuam sendo desmatadas. No Estado de Santa Catarina, foram criadas seis unidades de conservação federais e três estaduais. Em 2005, foram criadas, pelo Governo Federal, duas Unidades de Conservação: a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque Nacional das Araucárias, as quais são consideradas símbolos de preservação das florestas com araucárias, mostrando para a região o quanto é importante a preservação para o ecossistema e para sociedade (Nodari, 2012, p. 259).

Para atingir o objetivo proposto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, delineamos algumas reflexões teóricas sobre a história ambiental na sua relação com ambiente e processo histórico mais geral da devastação da floresta de araucária no Sul do país. Mais especificamente, abordaremos uma série de fontes da região oeste catarinense com um breve histórico, além da descrição e levantamento dos principais aspectos de sua

colonização e povoamento. Para entender a importância do meio natural, haverá a descrição da Floresta Ombrófila Mista, que ocupava intensamente a região antes do processo de desmatamento do século XX, como nos mostraram os relatos.

No segundo capítulo, será analisada a introdução das serrarias e sua influência no desmatamento e no reflorestamento de plantas exóticas na região de Ponte Serrada e Passos Maia (SC). Por isso, será realizada uma breve análise da dinâmica econômica desencadeada em função da extração madeireira, como foi o processo das serrarias nessa região, quantas serrarias tinham, como era o escoamento da madeira, como se deu a introdução das plantas exóticas como substituição da mata nativa. Também um estudo sobre a Legislação e reflorestamento, serão discutidos os amparos legais para a inserção das espécies exóticas no Brasil. Havia necessidade de reflorestar, no entanto, o reflorestamento não foi feito com espécies nativas. No caso, foi com *Pinus ssp*, considerada espécie exótica invasora, isto é, espécie que ameaça a biodiversidade local

O terceiro e último capítulo abordará o processo histórico da criação das Unidades de Conservação no Brasil e a implementação do Parque Nacional das Araucárias em Ponte Serrada e Passos Maia SC, como foi um processo de criação do mesmo. Como está sendo a educação ambiental no parque e sua relação com a sociedade.

## 2 O PROCESSO HISTÓRICO DO DESMATAMENTO DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA

A Mata Atlântica é composta por vários ecossistemas diferentes, entre os quais as formações florestais nativas são: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista – também conhecida como Mata de Araucárias –, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, campos de altitude, manguezais (Prochnow, 2009). Neste capítulo, inicialmente o foco do estudo é compreender o processo histórico do desmatamento da Floresta Ombrófila Mista no sul do Brasil, em Santa Catarina e, mais especificamente, no oeste catarinense.

A FOM é composta por diversas espécies de vegetação, como o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), a imbuia (*Ocotea porosa*), entre outras. Essas florestas ocupavam, até o início do desmatamento no século XIX, cerca 200.000 km<sup>2</sup>, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul na região sul do Brasil (Carvalho, 2010, p. 37).

A FOM abrange os três Estados do Sul do país, ocupando as mais diversas formas de relevo, solos e formações litológicas, geralmente em latitudes maiores que 23°, altitudes superiores a 500 metros, distante do mar. Sua área se concentra basicamente no sul do país e era, inicialmente, distribuída nos Estados do Paraná (40%), Santa Catarina (31%), Rio Grande do Sul (25%), mas também podemos perceber essa vegetação no sul de São Paulo, Rio de Janeiro (nas áreas elevadas) e em Minas Gerais (Moretto, 2021).

A combinação de duas floras diferentes: a tropical afro-brasileira e a temperada austro-brasileira, com características próprias, deu origem à expressão Floresta Ombrófila Mista. Das 16 espécies de araucárias existentes no mundo, a maioria é encontrada na Oceania e duas são encontradas na América do Sul. No Brasil, é a *Araucaria angustifolia*, enquanto na Argentina e no Chile é *Araucaria araucana* (Mattos, 2011 *apud* Moretto, 2021). Existem diversas espécies na formação da floresta com araucária, com estágios diferentes de vegetação.

A *Araucaria angustifolia*, devido à sua imponência e grandiosidade, destaca-se em meio à floresta. Entretanto, não foi a única espécie que sofreu com esses sequentes desmatamentos e transformações, pois inúmeras outras também chegaram à beira da extinção, como a imbuia, o xaxim, entre outros. Muitas vezes, essas espécies eram comercializadas juntamente com as araucárias, impactando em todo ecossistema, como atestam Silva *et al.* (2015).

O processo histórico de degradação desse ecossistema teve início no fim do século XIX, em um contexto de imigração europeia para o sul do país, além da construção de

ferrovias, como a que liga Paranaguá a Curitiba, no Paraná. No Rio Grande do Sul, com a imigração, foram formados os primeiros núcleos coloniais e devastada a floresta na região da Serra Gaúcha. Em Santa Catarina, a colônia São Bento foi implantada e passou pelo processo de retirada da mata (Carvalho, 2010, p. 39).

Nesse sentido, há uma crescente apropriação de áreas de florestas pelos seres humanos no final do século XIX, derrubando a mata para construções e instalações de serrarias, gerando queimadas para fazer lavouras e criação de animais, resultando em uma devastação grande do ecossistema. Vale ressaltar que, como Carvalho (2010) discorre, a floresta antes desse período já teve interferência humana, uma vez que os povos indígenas alteraram o meio ambiente, mas de certa forma mais sustentável, pois não desmataram da forma que os imigrantes fizeram com a sua chegada.

Podemos perceber que historicamente a floresta foi vista por alguns povos como local de onde o ser humano poderia retirar matérias-primas para comercializar, para as construções, entre outras finalidades, sem pensar que a floresta tem sua biodiversidade, com milhares de espécies de plantas e animais. Warren Dean aborda que a história somente relatava como o ser humano utilizou a floresta e suas atividades organizativas sobre a mesma. Por isso, a história ambiental tem esse papel de analisar a história do ponto de vista da floresta, do ecossistema, para compreender como se deu a relação do ser humano com a natureza, floresta ou ecossistema.

Uma modalidade de história florestal tem sido escrita na América do Norte e nela a floresta aparece como matéria-prima para o comércio de madeira e nada mais. A floresta é uma reserva viva de madeira. Esses relatos estão repletos de intencionalidade humana, transbordantes de ambição saciada, o enredo do teatro e do folclore, mas neles as florestas não são reconhecíveis em sua entelúquia, como sociedades compostas de milhares de espécies de plantas e animais. Essas histórias de um breve momento na passagem das nações pela experiência da “fronteira” não narram o encontro com o mundo natural mas a representação de uma fase na evolução de suas atividades e organizações técnicas (Dean, 2004, p. 22).

Nessa perspectiva de análise, temos que compreender como foi processo histórico de alteração do ambiente, do ecossistema, quais as consequências que essa alteração trouxe e trará para natureza e para o ser humano, e não somente pesquisar a questão econômica e social do momento histórico e da região estudada, mas também a modificação do ambiente e seus efeitos. Nesse sentido, o ecossistema da Floresta Ombrófila Mista, a partir do final do século XIX, com as crescentes levadas de migração de seres humanos para essa região de floresta, demonstra a inegável alteração no meio ambiente, na biodiversidade do local, pela derrubada de árvores, queimadas, lavouras, criação de animais e criação de serrarias. Com

isso, devemos lembrar que muitos historiadores acabaram contando a história a partir de uma perspectiva em que esses novos habitantes foram heróis, que trouxeram o “progresso”, que os povos indígenas eram atrasados e que também alteraram o meio ambiente com as queimadas e caçando animais selvagens. Porém, vale ressaltar que a modificação dos indígenas nem sempre pode ser comparada à destruição das florestas após a chegada dos imigrantes, como podemos constatar nas fotografias e relatos do período (Carvalho, 2010).

O desmatamento da Floresta Ombrófila Mista de modo geral no sul brasileiro ocorreu por três fatores: a expansão agropecuária, a indústria madeireira e o uso da lenha para diversas atividades, como o uso doméstico, industrial e as ferrovias (Carvalho, 2010). Entretanto, temos que ter o entendimento que a indústria madeireira foi a que mais se intensificou e, com a retirada da madeira, a expansão agropecuária conseqüentemente acaba expandindo.

Assim como, a agropecuária, dentre os três fatores, teve maior implicação na floresta com araucária, pois as atividades agrícolas dos imigrantes demandavam a retirada de toda cobertura florestal de grandes áreas, e com isso a floresta não tinha como se recuperar. Os colonos utilizavam a prática de rotação ou descanso da terra, assim, mesmo a vegetação que nascia nesses espaços não atingia a regeneração, que podemos nomear como floresta (Carvalho, 2010).

Um dos fatores importantes que motivou o desmatamento foi o uso da lenha para atividades domésticas, como no fogão a lenha, para construções de casas, utensílios, móveis, entre outros, como fica evidente no texto do autor Warren Dean (2004), que aborda que o consumo de lenha era de uma tonelada de lenha por pessoa ao ano. Ele faz referência à Mata Atlântica como um todo, mas na FOM o uso doméstico de madeira também ocorreu em grande proporção.

Os pequenos produtores necessitavam de lenha para beneficiarem suas safras comerciais, toucinho, fumo de corda, queijos, cachaça, sabão e mandioca. A mandioca tinha que ser secada para evaporar seu veneno; era preciso quase um quilo de lenha para produzir um quilo de refeição. Estimativas recentes sugerem que as famílias rurais consumiam anualmente pelo menos uma tonelada de lenha per capita (Dean, 2004, p. 210).

Tanto Warren Dean (1996) quanto Miguel de Carvalho (2010) demonstram em suas pesquisas que a lenha era o principal combustível e fonte de energia utilizado no Brasil no início do século XX, o que perdurou até 1960. Segundo os dados apresentados por Carvalho (2010), o consumo maior de lenha era nas cozinhas domésticas, correspondendo a 100 milhões de toneladas por ano. Nesse período, a energia produzida pelas hidrelétricas era muito menor que a produzida pelas lenhas, como fica evidente no texto de Dean (1996), que aponta

que o consumo de energia em 1948 era de 79% proveniente da lenha e do carvão vegetal. Isso nos revela como esse uso da lenha teve impacto no desmatamento das florestas.

De acordo com os dados apresentados no texto de Carvalho (2010) o uso anual de lenha era de 437 mil toneladas em 1872 e passou para mais de 9 milhões em 1960, nos revelando um grande aumento no consumo de lenha na região da araucária, o que está associado ao aumento da população nesse local. Tendo em vista que a lenha utilizada era cortada desse território, por uma questão de logística e economia, existe uma relação entre o consumo de lenha e o desmatamento das áreas de floresta com araucária. A população no território da FOM na região sul do Brasil, segundo os dados, era de 182 mil pessoas em 1872, aproximadamente; já em 1960, 3 milhões e 925 mil, tendo um grande aumento populacional nesse espaço.

Uma importante prática usada tanto pelos povos indígenas (em menor proporção), como pelos colonos, era a utilização do fogo, para renovar as pastagens, para limpar uma área que foi retirada das árvores para serrarias. Essa técnica agropecuária provocou enormes danos às florestas, inclusive à floresta com araucária. Isso se tornou mais intenso principalmente após a introdução da indústria madeireira que derrubava as matas e abria estradas para retirar as madeiras. O uso do fogo teve muitos danos para as florestas e para os ecossistemas, o que fica evidente no texto de Miguel Carvalho:

Podemos falar também sobre o uso do fogo no intuito de renovar as pastagens (tanto nas áreas de campos naturais quanto nas áreas retiradas das florestas para tal fim) e para limpar uma área de floresta ou capoeira para a lavoura. Na verdade, a prática do fogo pode ser computada como uma das técnicas agropecuárias que causou extensos danos às florestas com araucária (e outros tipos florestais), principalmente após a passagem da indústria madeireira, que retirava as árvores maiores e mais difíceis de derrubar e abria estradas para regiões inacessíveis a fim de facilitar o escoamento da madeira. Assim, facilitava o trabalho do agricultor, que corriqueiramente se utilizava do fogo como um meio de poupar mão de obra nesse penoso trabalho que é a derrubada. Infelizmente, o uso do fogo frequentemente escapava ao controle do agricultor e do pecuarista e às vezes atingiu níveis catastróficos, como o grande fogo do Paraná no ano de 1963, que queimou milhares de hectares de florestas nativas (Carvalho, 2010, p. 73).

Por muitos anos, povos indígenas e caboclos utilizavam o método agrícola da queima, usando o fogo para limpar as terras para plantar, que nesse contexto poderia ser considerado menos agressivo à floresta, porque era usado em proporções muito menores. Com a chegada dos imigrantes ao longo do século XX, acaba intensificando essa prática e se torna insustentável, pois ocorreram muitos danos à floresta, ao ecossistema. Essa forma de manejo da queimada tinha como objetivo limpar o espaço e fazia com que o agricultor tivesse menos trabalho, tendo mais facilidade de combater as ervas daninhas. Alguns estudiosos fizeram

críticas a esse método, por ser prejudicial às florestas, mas também houve pessoas que viam essa prática como atrasada e limitada para o desenvolvimento da agricultura (Carvalho, 2010).

Porém, podemos ver no texto Warren Dean (1996) que o método da derrubada e queimada perdurou por muitos anos. Após a década de 1960, a floresta primária continuava sendo escolhida para essa prática e permaneceu o preferido sobre os métodos intensivos por muitos anos. Em seu livro, o autor também aborda que nessas áreas da Mata Atlântica foram destruídas as florestas e não havia nenhuma preocupação de reflorestar, revelando que há um crescimento da população rural, e a formação de minifúndios agravava ainda mais o problema da extinção florestal.

O modelo de colonização europeia em pequenas propriedades que estimulou a migração, forma de povoamento de grandes áreas que eram consideradas, na época, atrasadas, “sem população”, que deveriam ser desenvolvidas, o que levou à destruição quase completa das florestas (Carvalho, 2010).

A partir de 1910, começa a retirada da madeira para comercialização. Anteriormente, a exploração da madeira da floresta com araucária era mais atribuída às necessidades locais, como construções de casas, barracões, entre outros. As madeiras eram serradas, ou seja, falquejadas pela força humana com o uso de traçadeiras, ou serrotes que precisavam de duas pessoas para cortar as tábuas e outras peças de madeira (Silva *et al.*, 2015).

A exploração da madeira na Floresta Ombrófila Mista teve uma grande aceleração a partir de 1910, por diversos fatores, mas o que mais ficou evidente foi a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, que foi inaugurada em 1910 e que passava basicamente no centro da região da floresta de araucária. Outro fator foi a não importação de madeira de fora do país, e a Argentina também não conseguia importar devido à Primeira Guerra Mundial (Silva *et al.*, 2015). A colonização europeia ocorreu nessa região de floresta – como as colônias no meio oeste catarinense, onde o município de Caçador teve mais relevância – que se estabeleceu como um dos principais centros de produção de madeira e, claro, contou com a instalação da principal madeireira, Southern Brazil Lumber and Colonization Company, nesta região.

A Southern Brazil Lumber and Colonization, a maior madeireira da América do Sul do período, está vinculada à construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, que passou pelo interior dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e fez com que se tornasse viável a construção de várias serrarias, em uma ampla área da floresta com araucária (Carvalho, 2010). A ferrovia incentivou a colonização de vastas regiões que eram consideradas como “sertões”, que eram poucas povoadas no pensamento da época, como o

oeste catarinense, onde há poucos anos, até 1895, esse território estava em disputa com a Argentina, na denominada questão de Palmas ou Missiones (Nodari, 2009).

Em 1941, o governo federal brasileiro criou o Instituto Nacional do Pinho (INP), ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no governo do presidente Getúlio Vargas, com o propósito regular as atividades ligadas à indústria madeireira de extração do pinho, como era chamada araucária nesse período. Este órgão atuou principalmente nos estados do sul do Brasil até a década de 1960 (Radin; Salini, 2015).

O processo de colonização na primeira metade do século XX intensificou a derrubada da mata nativa na região oeste catarinense. Essa prática, vista como necessária para cultivar a terra nesse período, favoreceu a atividade madeireira na região, que se estabeleceu em um ciclo econômico através do qual grande parte da sociedade regional tinha vínculo direto ou indireto (Radin; Salini, 2015).

Para compreendermos a importância que se deu a esse mercado madeireiro, podemos analisar a reportagem no Jornal do Povo, de Chapecó, em 11 de outubro de 1952, que aborda o financiamento pelo Banco do Brasil para madeireiras cortarem o pinho, ou seja, araucária, bruta ou beneficiada. A matéria explica que um deputado da época fez um projeto de lei para que tivessem acesso ao financiamento as serrarias regularizadas com o Instituto Nacional do Pinho. Isso demonstra como a retirada das madeiras nesse período foi de suma relevância para a questão econômica da região, porém sem pensar no replantar da mata, como veremos a seguir.

## 2.1 DESMATAMENTO NO OESTE CATARINENSE

A história da ocupação do oeste catarinense acontece a partir do século XIX, quando se instalam alguns fazendeiros que praticavam a criação de gado nessa região, nos campos de Guarapuava em 1810, e em Palmas em 1840. O desenvolvimento da pecuária nessa área estimulou muitos fazendeiros que migraram com suas famílias, empregados e escravos, para a criação de gado. Essa atividade fez com que houvesse a abertura de novos caminhos de circulação de tropas que movimentavam o gado do Rio Grande do Sul a São Paulo, o chamado tropeirismo, e intensificou a ocupação do oeste catarinense (Salini, 2018).

Muitos foram povoados, como é caso do oeste e meio oeste catarinense criado como caminhos de passagem, como podemos ver no texto a seguir:

Conexão entre dois pontos, o caminho, uma vez posto em funcionamento, proporciona novas trajetórias históricas, possibilitando deslocamentos humanos e fluxos de animais, plantas ou mercadorias, além de uma maior ocupação das terras às suas margens. Ele transforma não apenas as relações sociais e econômicas entre o ponto de partida e o destino, mas também a própria paisagem por onde é percorrido. Sua contribuição pode também ser percebida na integração, conquista e domínio territorial (Brandt, 2012, p. 44).

Segundo Marlon Brandt (2012), com a vinda dos Jesuítas ao planalto sul brasileiro no século XVII e a conseqüente formação das missões, foram trazidos os primeiros rebanhos bovinos, mas uma fixação maior se deu no século XVIII. Com a vinda dos europeus, intensificou-se a exploração do gado nos campos do Rio Grande do Sul, juntamente com os Jesuítas. Dessa forma, a circulação de tropas que levavam animais para venda em outros lugares, como São Paulo, tornou-se muito presente. Esses caminhos eram abertos pelas tropas em meio à mata, e a elevação das tropas promoveu modificações nas paisagens, dando origem a várias fazendas de pouso e criação de gado, que se beneficiaram dos campos naturais e exploravam as florestas, proporcionando a formação das primeiras vilas e povoações da região oeste catarinense.

Nesse sentido que a região que hoje compreende os municípios de Ponte Serrada e Passos Maia – SC fazia parte do caminho pelos quais as tropas passavam e paravam perto do rio Chapecozinho para dar água para os animais e para os cavaleiros, chamando de bebedouro das tropas o que seria o atual município de Passos Maia (Tomazelli, 2016).

O território do oeste de Santa Catarina acarretou uma disputa internacional das terras entre Brasil e Argentina, que ficou conhecida como a Questão de Palmas ou de Misiones. A Argentina reivindicava esse território e, de acordo com as suas reivindicações, os rios pelas demarcações espanholas, em 1788 e 1791, eram o Pequiri-Guazu – que seria Chapecó – e San Antonio Guazu (Chopim). Essa disputa levou anos para se resolver e o governo brasileiro mandou tropas para a região para protegê-la. Somente em 1895 que foi dada a sentença de que essa área pertencia ao Brasil. Com isso, despertou a atenção e interesse tanto do governo nacional quanto estadual de povoar a região, criando uma política governamental de povoamento (Nodari, 2009).

Segundo Jaci Poli (2006), a história do povoamento do oeste catarinense pode ser dividida em três momentos. O primeiro é a ocupação indígena, que vai até o século XIX, com exceção de algumas invasões portuguesas para explorar o território, quando o Oeste era ocupado pelo povo indígena Kaingang. O segundo momento é a ocupação cabocla, que é a miscigenação indígena com luso-brasileiros. O terceiro corresponde à colonização com os alemães e italianos. Porém, temos que ter cuidado com a classificação discriminatória que se

faz, demonstrando os colonos europeus como sendo civilizadores e os outros povos como não existentes ou que eram atrasados e impediam o desenvolvimento da região.

É importante entender quem era o caboclo, que segundo Machado (2004), eram os habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural, mestiço ou negro. Os caboclos eram homens pobres que se ocupavam na agricultura, criação ou extrativismo. Muitos viviam como agregados ou peões de grandes fazendas, ou eram posseiros de pequenas terras. Esses moradores sobreviviam do extrativismo da erva-mate, da criação de animais soltos, da caça, da pesca e da agricultura de subsistência.

Para Marlon Brandt e Samira Moretto (2022), é fundamental considerar a conotação dos termos utilizados para se referir aos moradores locais, especialmente o termo “caboclo”. Este conceito não é homogêneo e varia amplamente de acordo com a região do Brasil em que é empregado. Historicamente, o termo “caboclo” foi associado a características depreciativas, como pobreza, isolamento social, preguiça ou criminalidade. Essa visão negativa foi aplicada a moradores de áreas florestais que não praticavam a agricultura nos padrões comerciais. É importante reconhecer e desconstruir essas narrativas depreciativas, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa dos moradores locais e suas relações com a terra e a floresta.

As matas que inicialmente eram utilizadas pelos indígenas e caboclos como subsistência e para pequenas comercializações, como a erva mate, aos poucos eram devastadas para retirada da madeira indiscriminadamente, buscando intensificar sua comercialização. Antes da chegada dos primeiros colonos ao oeste catarinense, há registros de exploração comercial da floresta pela população cabocla que desenvolveu o comércio da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), uma planta comum das florestas regionais (Salini, 2018, p. 71).

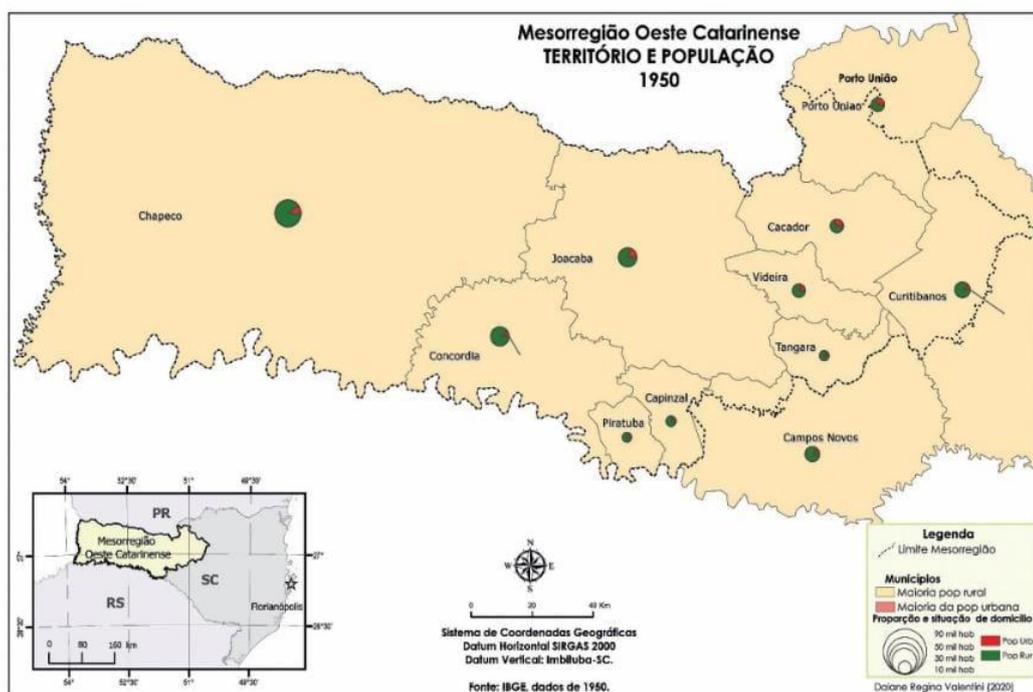
Como podemos analisar no livro da historiadora Eunice Nodari (2009), essa região do oeste catarinense, que hoje também compreende os municípios de Passos Maia e Ponte Serrada, estava em disputa entre Santa Catarina e o Paraná. A partir de 1916, após o acordo entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, a maioria desse território passou a pertencer a Santa Catarina.

Após a demarcação da área, houve a organização de municípios, entre os quais estava o município de Cruzeiro, com uma extensão territorial de 7.680 quilômetros quadrados – todo esse território que compreende hoje os municípios de Água Doce, Treze Tílias, Ponte Serrada, Passos Maia, Irani, Vargem Bonita, Luzerna, Ibicaré, Joaçaba, Herval do Oeste, Ouro, Ipira, Bela Vista, Catanduvas, Concórdia, Lindóia do Sul, Ipumirim, Arabutã, Xavantina, Arvoredo, Seara, Itá e Paial (Radin, 2006).

Grande parte do território do município de Cruzeiro, de 7.680 quilômetros quadrados, foi fragmentada em lotes e vendida aos colonos na primeira metade do século XX. Nas áreas de campo que estavam mais próximas de Palmas, no Paraná, prevaleceram fazendas de criação de gado, como foi o caso dos atuais municípios de Água Doce, Catanduvas, Ponte Serrada e Passos Maia. Essa região era heterogênea, com áreas de campos, vales e florestas (Radin, 2006).

A colonização do antigo município de Cruzeiro impulsionou a criação de novos municípios, como Concórdia, em 1934. No final da década de 1950 e início de 1960, também se desmembraram os municípios de Ponte Serrada, Água Doce, Catanduvas, Jaborá e Irani (Radin, 2006). A criação de novos municípios era um atrativo para motivar os imigrantes para povoar essa região, mesmo sem se preocupar com os habitantes dessa, pois a ideia passada era de que ela era pouco ocupada, e os poucos moradores eram selvagens ou jagunços que não gostavam de cultivar a terra ou extrair as madeiras (Radin, 2006).

Figura 2 – Mapa da Mesorregião do Oeste Catarinense Território e população em 1950



Fonte: Nascimento *et al.*, 2020, p. 35.

Ressalta-se que nesse período ocorreram muitos conflitos entre indígenas e caboclos com as colonizadoras de terras, que avançaram e dominaram o território do então novo município de Cruzeiro (Radin, 2006). Para diminuir os conflitos, manipularam-se os

indígenas, buscando um atrativo para fazer com que eles propiciassem acesso a terras e caminhos para desbravar a região.

Os índios, que haviam sido atraídos para uma aproximação com os brancos, informaram da existência de outros campos, mais ao sul, que despertaram o interesse dos guarapuavanos. Em 1838, formou-se uma expedição que foi em busca de novos campos, chamados de “Campos de Palmas” (Poli, 2006, p. 153).

Sendo uma região diversificada e com matas nativas valiosas, despertou um grande interesse pela extração de madeiras e pela comercialização das terras. Segundo Radin (2006), as companhias colonizadoras Ângelo De Carli, Irmão e Cia., Irmãos De Carli e Paganelli e Colonizadora Cruzeiro colonizaram a área de Ponte Serrada, Vargem Bonita, Irani e Passos Maia. Essas companhias organizavam a venda lotes de terra e a retirada da madeira nesta região.

Nesse período, foi disseminada a ideia de que a região oeste era desocupada e precisava ser ocupada, buscando, para esse fim, a imigração dos colonos. A continuidade do processo da exploração e do desmatamento deu-se com as companhias colonizadoras explorando a venda das terras para os imigrantes.

O avanço da colonização foi propiciado pelo incentivo dado pelo poder público, para que as companhias fizessem a venda das terras aos imigrantes. Estes viam uma esperança de acomodar seus filhos, pois as terras cultivadas no estado do Rio Grande do Sul não eram suficientes para manter toda a família, visto que tinham ficado mais numerosas. Propagava-se, assim, que nessa região havia muitas áreas a serem cultivadas, tornando-a um espaço a ser explorado (Salini, 2018).

Com a evolução do capitalismo e dos conceitos liberais, era necessário enfrentar o atraso ir em busca da modernidade, superar a ignorância existente no sertão, modificando a vida do sertanejo e sua maneira e de se relacionar com a terra, enfrentado as mazelas que afetavam o país e a modernização.

Conforme afirmaram Radin e Salini (2015), no território incorporado ao estado catarinense por força do acordo de limites com o Paraná, em 1916, o extrativismo madeireiro foi intenso, ao menos até meados do século XX, expandindo-se paralelo ao avanço da colonização. Para facilitar a retirada das madeiras e sua devida exportação, no oeste catarinense, foram organizadas as embarcações de balsas, que faziam toda a evacuação para os países vizinhos, e através da ferrovia Rio Grande - São Paulo.

O conflito, nesse período, estava relacionado aos grandes proprietários, indígenas e caboclos. A vinda dos imigrantes buscava modificar a realidade, trazendo uma nova visão de

agricultura e o branqueamento das populações, pois essa região deveria ser preenchida por indivíduos capazes de modernizar e preencher o espaço considerado vazio.

Na visão dos administradores de Santa Catarina, o oeste precisava ser explorado. Para intensificar as plantações de novas culturas agrícolas, foi necessário menosprezar os moradores existentes. Os caboclos da região oeste eram considerados sem iniciativas para trabalhar e construir a modernidade, portanto, precisavam ser substituídos por um povo considerado trabalhador. Muitos habitantes dessa região foram absorvidos pela comercialização da erva mate. Os donos da erva, os empreiteiros, contratavam os trabalhadores que eram chamados de tarefeiros, na maioria caboclos. Alguns se refugiaram nos arredores dos rios e penetraram mata adentro, fugindo dos colonizadores, que mais tarde tornaram-se também trabalhadores das madeiras da região (Branco, 2020).

Na perspectiva desse período, o Brasil deveria ser moderno e desenvolver. O processo de colonização tinha sentido civilizatório e de avanço para a região, avaliando que a forma de vida das populações era atrasada e deveria ser superada com as novas práticas de agricultura e de novos moradores. Como fica evidente na análise de Radin:

[...]a derrubada da mata, a industrialização e venda da madeira, a construção de edifícios públicos, como escolas, igrejas e clubes, o cultivo e produção de alimentos para o mercado, entre outros, e o potencial que isso tinha para se transformar em riqueza, constituíam-se em sinais de superação do “jeca tatu” (Radin, 2006, p. 34).

Os governos e as colonizadoras consideravam a região oeste, mesmo sabendo que havia aqui os povos originários, como uma região a ser desbravada e potencializada. Aos poucos, os caboclos eram substituídos pelos imigrantes com o pensamento de enriquecer, considerando que era uma região muito fértil.

Os imigrantes europeus, mais uma vez, estavam diante de ir em busca de terra e prosperidade, por um lado com o sonho de fortuna e ascensão e por outro lado com medo de entrar em uma terra perigosa com muitos conflitos. A concepção era de que a conquista do “sertão catarinense” (Radin, 2006) deveria ser desempenhada pelos colonizadores europeus, pois eles eram vistos como civilizados, que levariam o desenvolvimento para a região.

A região oeste catarinense foi considerada por muitos anos, pelo governo e pela sociedade da época, como um lugar sem lei, sem dono, não civilizado, não levando em conta as pessoas que viviam nesse território e a sua forma de vida. Isso pode ser visto na percepção de Radin (2006), que aborda que o Governador Konder viajou para essa região com objetivo de representar a expansão da civilização e da autoridade.

Quando vivemos ou pensamos fora do padrão estabelecido, a tendência é nos rotular ou nos tornar insignificantes, esse foi o pensamento dos colonizadores e dos europeus quando chegaram nas terras. Para essa visão, só era ocupada a terra quando era realizada por indivíduos nos moldes da visão europeia. Afirmar que o grande oeste e meio oeste catarinense eram um sertão estabelecia um estigma onde os moradores aqui existentes não eram considerados gente, e sua forma de vivência e a sua relação com a terra e a natureza não pertenciam aos pensamentos e atitudes dos desbravadores.

O governo de Santa Catarina proporcionou concessões às empresas privadas para reocupar o espaço do oeste catarinense a partir de 1920, com o intuito de criar condições para impulsionar o progresso. Na mentalidade dos governantes, a região oeste catarinense precisava de uma qualificação étnica, que os povos indígenas e caboclos não poderiam oferecer (Radin; Silva, 2018).

A maior parte das companhias colonizadoras pertencia a empresários do Rio Grande do Sul e tinha o papel de atrair os imigrantes para povoar o oeste catarinense. Essa migração era dirigida a grupos específicos, como ítalos brasileiros e alemães fixados no Rio Grande do Sul, nos moldes que o governo queria, com objetivo de colonizar e povoar a região ordeiramente (Nodari, 2009).

As companhias colonizadoras produziram muitas campanhas publicitárias e construíram imagens sobre as terras dessa região, fazendo com que as pessoas tivessem interesse em imigrar, conhecer e comprar as novas terras para seus filhos. Muitas vezes, essas mensagens publicitárias não falavam sobre os problemas e dificuldades da área, porém, abordavam as vantagens que seriam obtidas ao investir nas terras em Santa Catarina. Também alguns anúncios advertiram que era para cuidar para não comprar terras longe da ferrovia ou de estradas, muitas vezes referindo-se às empresas competidoras (Radin, 2006). Na Figura 3 abaixo, podemos notar uma propaganda feita pela colonizadora Angelo de Carli, Irmão e CIA, na colônia de Irani no município de Cruzeiro, que segundo a autora Maria Elenice Goudinho João Branco (2020) a colônia de Irani, seria hoje município de Ponte Serrada.

Figura 3 – Propaganda da companhia colonizadora Angelo de Carli, Irmão e CIA s/d.

**Colônia Irany**  
**MUNICIPIO DI CRUZEIRO**  
 Estado de Santa Catarina  
**2.000 COLONIAS IN VENDITA**

La firma ANGELO DE CARLI, IRMÃO & CIA. ha per vendere 2.000 colonie di fertillissima terra, site nel municipio di Cruzeiro, nello stato di Santa Caterina, distante dalla stazione Herval 30 chilometri circa. Per la succinta e rapida descrizione che ne facciamo, risaltano subito i vantaggi che i compratori otterranno dall'acquisto di dette terre.

**Villa Cruzeiro e Stazione Herval** I coloni trasportarono i loro prodotti in questo due località, dove esistono importanti compratori di qualunque genere coloniale. Tutti i prodotti imbarcati nella stazione Herval sono esportati per Rio de Janeiro, S. Paulo, Laran, S. Caterina, Rio Grande do Sul ed altri importanti centri commerciali.

**Produzione** Le terre della colonia Irany si prestano ammirabilmente alla coltivazione di qualsiasi coltura, come: Grano, Uva, Fagioli, grano ecc. ecc., come pure la vigna. Molto vantaggiosa è anche l'industria di Herva Matta in quale è abbondantissima per la enorme quantità di piante ivi esistenti. È trovandosi già stabilito in Herval importanti firme compratrici di Herva Matta, il colono può immediatamente ottenere luoro, senza pregiudicare la coltivazione della terra, per la ragione che la raccolta si fa da Aprile a Luglio. Oltre a ciò è venduta a prezzi sempre più alti che qui, e quindi il colono ben può farsi una idea di quanto vale questa industria. La coltivazione dell'Alfafa (spagna) è anche una fonte di ricchezza, essendo un prodotto molto abbondante e ricercatissimo, in Herval da dove viene esportata per Rio e S. Paulo. Grandi pineti e bellissimi campi per pascoli e luoghi appropriati per l'allevamento del porco, che a migliaia possono essere ingrassati con il solo pinhoes, butta, imbuia ed altri frutti silvestri, possiede la Colonia Irany.

**Strade** Questa Colonia è attraversata in tutta la sua estensione per la eccellente strada rotabile, che partendo dalla Stazione Herval va alla Villa di XANKERE passando per la Villa CRUZEIRO. La distanza dalla Stazione Herval alla Villa Cruzeiro è di 24 chilometri o dalla Villa di Cruzeiro principio della nostra terra è di 6 chilometri. Di modo che la distanza dalla Stazione Herval alle nostre colonie più vicine è di 30 chilometri e le più lontane circa 60 chilometri. Tanto nella Villa di Cruzeiro come nella Stazione Herval si trovano i necessari mezzi e relativi conforti, esistendo colla Farmacia, Medici, Scuole, Alberghi ed importanti case commerciali.

**Clima** È dotata la Colonia Irany, di un clima salutare, uguale a quello della nostra Colonia Italiana nel nostro Stato di Rio Grande do Sul. Le acque sono abbondanti e buone. Vi sono anche diversi FUMI importanti con molte CASCATE che si prestano per impianti di Molini, Segherie ecc. ecc.

**Preferenza alle nostre terre** La Colonia Irany è abitata già da molte famiglie di coloni italiani in Franca attività di lavoro e di produzione, con immenso piantaggioni, con molini, segherie ecc. ecc. ciò che serve di stimolo ad altre famiglie per accorrere là, e cominciare così una nuova vita di benessere e di prosperità. Gli interessati devono comporre il biglietto direttamente alla Stazione di Herval. Per recarsi nelle colonie della nostra terra, troveranno sempre a loro disposizione i necessari mezzi di trasporto in automobile o cavallo o accompagnati da persona pratica.

**Condizioni di vendita** Le condizioni che stabiliamo per la vendita delle nostre terre, offrono tutto la facilità per la compra, perché oltre alla eseguità del prezzo, si concedono anche lunghe dilazioni per i pagamenti.

**Leggittimità delle nostre terre** È assolutamente garantita la leggittimità delle nostre terre. Il titolo definitivo di proprietà verrà dato all'atto del pagamento, per il quale offriamo la garanzia.

**PER INFORMAZIONI :** in HERVAL con Angelo De Carli, Irmão & Cia.  
 in CAXIAS con Irmãos De Carli & Paganelli  
 in ANTONIO PRADO con José Costa.

Fonte: Acervo de Maria Elenice Goudinho João Branco.

Essas propagandas feitas pelas colonizadoras tinham como objetivo despertar interesse dos futuros colonos, mas sem abordar as dificuldades. Eram usados anúncios, reportagens em jornais, almanaques anuais, cartazes, panfletos e ainda contrataram algumas pessoas para divulgar as terras (Nodari, 2009). Buscavam persuadir os compradores dessas áreas com os potenciais dessa região, também evidenciaram que essas novas colônias poderiam ser como as colônias do Rio Grande do Sul. Isso fica evidente no texto de Nodari:

As colonizadoras em suas propagandas, para atrair os futuros colonos, usavam como uma das formas de atraí-los a descrição da área. Na região discutida no presente artigo, uma das companhias colonizadoras encarregada da venda de terras pertencia a Ângelo de Carli, Irmão & Cia. A referida colonizadora comercializava os lotes das colônias de Irany e Ressaca, onde atualmente está situado o município de Ponte Serrada. Em sua propaganda descrevia a região e a infraestrutura existente: “A sede Ponte Serrada, que com um ano apenas de início já conta com uma bem montada serraria, diversas casas comerciais compradoras de qualquer produto, uma ótima escola dirigida por competente professor, um posto telegráfico, e uma Igreja em construção” [...]. Era a descrição de uma área onde os colonos encontrariam terras para agricultura, de ervais em plena produção e de estradas para escoamento da produção. O que diferia muito da realidade encontrada por estes colonos em praticamente tudo (Nodari, 2011, p. 98).

A questão religiosa e a manutenção das etnias em espaços próximos eram importantes para os imigrantes e para manutenção das práticas socioculturais. Com isso, as companhias colonizadoras contavam com padres e pastores, e a valorização do sentimento religioso passou a fazer parte da propaganda. Também para atrair as pessoas que queriam manter as suas práticas socioculturais, ou seja, da mesma etnia e credo, as colonizadoras buscavam colônias para alemães católicos, alemães protestantes e italianos em áreas diferentes (Nodari, 2009).

Com os impulsos dados pelas colonizadoras e com o povoamento realizado pelos imigrantes, rapidamente as vegetações originárias foram sendo substituídas por plantações rentáveis. Nesse sentido, a ideia que se tinha nesse momento histórico é que a floresta deveria ser conquistada e devastada, que a região tinha que ser desenvolvida, pois era vista como atraso, como podemos ver no texto dos autores:

Em geral, tanto os discursos públicos quanto às representações construídas sobre o ambiente e a preocupação com a necessidade de superar a realidade na qual se encontrava a região. Era preciso enfrentar a 'tragédia da floresta, o 'deserto verde', as 'matérias vastas e desertas', a 'terra semi selvagem', o 'sertão inculto', os vazios demográficos' (Radin; Silva, 2018, p. 684).

Se, nos dias atuais, a devastação das florestas é vista como um problema, no período da colonização, as imensas áreas de matas representavam um empecilho para os agricultores plantarem, mas também algo muito rentável para as madeireiras da época. A terra era vista como um meio de apropriação e os imigrantes sentiam a necessidade de exibir todos os seus conhecimentos para demonstrar que eram merecedores desse espaço. Desmatar fazia parte da cultura onde exaltar tornou-se uma maneira de sobrevivência e de conquista. Sendo uma região dividida em pequenas propriedades, não possuíam outra alternativa a não ser destruir para produzir (Radin; Silva, 2018).

Nesse período, a floresta era percebida como algo que deveria ser superado, como um empecilho para as plantações, construções das estradas e casas. A ideia predominante era que deveria derrubar para desenvolver, sem pensar nas consequências que traria para o meio ambiente. Nas propagandas das colonizadoras, as florestas faziam referências a terras férteis e com cobertura florestal de madeiras nobres (Nodari, 2012).

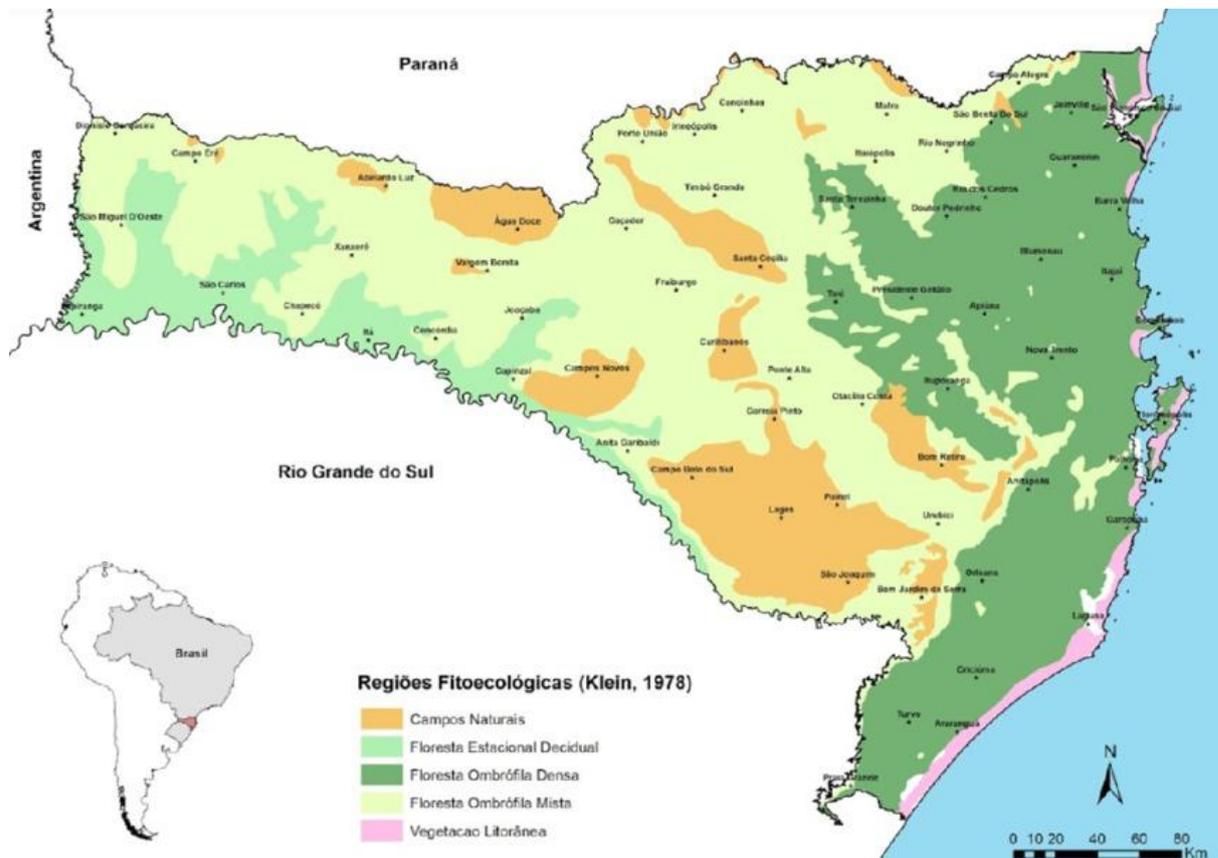
No pensamento da época, a derrubada da floresta, a caça e a pesca eram um avanço favorável ao desenvolvimento e ao progresso. Portanto, dominar a floresta e ampliar as áreas agrícolas significava que a região estava tendo muita prosperidade. Com a definição da região oeste de Santa Catarina e com a chegada dos colonos, ocorreram mudanças ambientais

significativas e isso efetuou-se com a utilização da madeira e sua grande comercialização (Salini, 2018).

Com a imigração italiana nesta região, acabaram trazendo novas técnicas de agricultura e modernos instrumentos e ferramentas, o que fez com que alterasse a produção, impactando e modificando o ambiente. Em comparação com momentos anteriores, os povos indígenas e caboclos tinham outras formas de cultivo e exploração com menos danos ao meio ambiente (Salini, 2018).

Na Figura 4, estão representados os locais que compreendiam a Floresta Ombrófila Mista em Santa Catarina, em 1978. Na região oeste catarinense, a FOM predomina em grande parte, porém também existem áreas de Floresta Ombrófila Densa e Campos.

Figura 4 – Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina – Domínios da Mata Atlântica



Fonte: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina, 2023.

As colonizadoras dividiram as terras em colônias e essas eram comercializadas para a exploração agrícola, fomentando mudanças profundas nas paisagens, com auxílio de novas tecnologias impactando o meio. Com a destruição da floresta, surgem novas produções que eram diversificadas conforme o solo e os interesses comerciais.

Nos depoimentos dos moradores da região, percebe-se que a natureza estava quase intocada. Com o passar do tempo, as áreas de terras compradas pelos imigrantes localizaram-se em meio a uma densa cobertura florestal, e as primeiras ações deles foram a derrubada da floresta para construções, venda da madeira e produção nas áreas desmatadas.

Meus pais vieram pra tentar uma vida melhor, pra trabalhar. Saíram de Encantado no Rio Grande do Sul e demoraram 29 dias pra chegar.(..) Enfrentaram derrubar o mato, fazendo roça, aqui era mato, faziam as roças e quando sobrava folga meu pai e meus tios trabalhavam nas estradas, fazendo elas. Fizeram a estrada que hoje é a BR 282 de Xaxim a Ponte Serrada. Quando chegaram pra construir as casas eles lascavam a madeira e faziam a casa de madeira lascada. O meu avô tinha uma serra que usava para lascar a madeira e fazer as tábuas (Conte *apud* Tomazelli, 2016, p. 54).

Nas falas dos residentes antigos, muitas vezes é relatado o sofrimento que tiveram que enfrentar, mas também fica evidente – em frases como “derrubar o mato”, “tudo mato” – como no pensamento dos mesmos a floresta deveria ser derrubada, dominada. A transformação da paisagem, do ecossistema, não foi uma preocupação dos colonos, nem das companhias colonizadoras e tampouco do governo nesse momento histórico. A Figura 5 mostra o corte de uma espécie de árvore chamada imbuia, evidenciando o tamanho da árvore e o quanto era difícil cortá-la nesse período.

Figura 5 – Corte de Imbuia em Ponte Serrada - Santa Catarina, Brasil, s/d.



Fonte: Branco, 2020, p. 30.

A exploração da floresta pelos colonizadores processou-se de várias maneiras, mas o que prevaleceu foi a exploração comercial, ficando em evidência a exploração da madeira. Se

pensarmos na questão econômica, foi de suma importância a exploração da floresta, mas isso gerou profundas mudanças na paisagem e danos ambientais (Salini, 2018).

A colonização do oeste catarinense foi fomentada para que os colonos descendentes de italianos e alemães viessem para essa área. No aspecto econômico, foi a extração de madeiras que motivou, pois as árvores nobres eram extraídas pelas companhias colonizadoras ou pelos imigrantes. As colonizadoras possuíam um desempenho fundamental na relação dos colonos com o meio ambiente e na instalação e na forma de viver dos mesmos na região, com a ideia de que trariam o “progresso” para esse espaço (Nodari, 2012).

Além da exploração comercial da floresta, também se utilizou a madeira como lenha, para consumo doméstico e para indústria inicial, bem como para construção das casas dos colonos do período, contribuindo com a degradação das florestas do território. Destaca-se, no entanto, que no meio-oeste catarinense a exploração madeireira foi bastante intensa após a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, no início da segunda década do século XX. Nas proximidades da ferrovia e ao longo do seu trajeto, inúmeras serrarias foram instaladas com a finalidade extrativista, sendo a atividade amplamente favorecida pela facilidade de exportação através da ferrovia. Por conseguinte, naquele período, foram instalados grandes e modernos complexos madeireiros, que processavam vultosa quantidade de madeira (Radin; Salini, 2015).

Na região de Passos Maia e Ponte Serrada – meio oeste catarinense –, o processo de retirada da madeira e corte, no primeiro momento, era mais manual. Com o passar dos anos, começaram a ser instaladas serrarias para serrar as madeiras, chegando a quarenta e uma serrarias em Passos Maia, como podemos ver no depoimento do morador deste local:

A primeira madeireira do município foi implantada em 1950. Propriedade de Ricieri Tramontini. Desde então, em virtude da grande quantidade de araucárias e madeiras de lei da região (imbuia e cedro), o número delas aumentou significativamente até a década de 1980. Chegando a quarenta e uma serrarias. Na atualidade o número delas diminuiu consideravelmente com a exploração apenas de *pinus elliotis* e eucalipto (Michelon *apud* Tomazelli, 2016, p. 69).

Através do seu depoimento, Michelon indica que em 1950 foi introduzida a primeira madeireira em Passos Maia, mostrando que nessa região o processo de retirada em grande escala das madeiras foi um pouco mais tardio que outras regiões do estado e da região sul. É importante ressaltar que muitas madeireiras que exploravam em outros locais, acabaram vindo para essa região que ainda era pouco explorada a floresta. Também argumenta que chegaram a existir quarenta e uma serrarias nessa região, devido ao fato de haver muitas araucárias.

A extração desordenada de madeiras movimentou consideravelmente a região, transformando as paisagens que, aos poucos, foram sendo substituídas por outras, na sua maioria por plantações exóticas, concentrando assim nas mãos de poucos e reduzindo a quantidade de madeiras também. Paulatinamente, a região foi sendo caracterizada por grandes madeireiros e criadores de gado, comerciantes de erva mate, modificando a região e a vida das pessoas que a habitavam.

O crescimento significativo das madeireiras nas localidades onde tinha muitas araucárias torna evidente a importância delas para a economia. Esse destaque veio associado às construções das ferrovias, principalmente a de São Paulo - Rio Grande do Sul no início do século XIX. Outro fator que contribuiu foram as florestas de pinho, como era chamado na época. O mundo vivia períodos de Guerras, que influenciavam na economia, principalmente nas importações e exportações, e com a vinda dos colonizadores europeus influenciando nas ocupações das áreas principalmente no meio oeste catarinense, ressaltou-se a região de Caçador, onde a indústria madeireira se fortaleceu, depois muitas dessas madeireiras que retiravam madeiras dessa região, acabaram se deslocando para outras áreas do estado de SC, que ainda não eram tão exploradas (Carvalho; Nodari, 2010).

No município de Ponte Serrada, no auge da exploração de madeira, chegou a ter 58 serrarias, que foram registradas no cartório do município. Porém, há relatos dos moradores da época que chegaram a existir 160 serrarias. No livro “Ponte Serrada: Um pouco de história” (Branco, 2020, p. 29), são mencionados alguns nomes das serrarias do período: Serraria Muraro, Madeireira Ge Madaloso, Madeireira Madezzatti, Serraria Stella, Serraria Jardim, Madeireira Lares LTDA, Madeireira Giacomet, Serraria Incotrama, Serraria Dalcanalli, Serraria Vicenzi, Serraria Tupi, entre outras.

As florestas, que a princípio eram utilizadas pelos povos nativos como meio de sobrevivência, transformaram-se em um espaço de exploração e de acumulação de bens, sem se preocupar com as transformações que essas ações provocaram nas paisagens e nos seres vivos como um todo. No que se refere ao desenvolvimento econômico da região, foi fundamental o uso das plantas que compunham as florestas, sua exploração acarreta profundas mudanças na paisagem e consequências ambientais (Salini, 2018, p. 71).

Nos relatos dos moradores da região, conta-se que os colonos no primeiro momento permaneciam em Ponte Serrada e desciam para Passos Maia onde eles faziam acampamentos para cortar as árvores. Comentam, também, que quando chegaram no território eles abriram carreiros no mato, com foices e facões, e o meio de transporte usado era o cavalo, carroça ou a pé. Além disso, em suas falas expõem que as primeiras casas foram construídas de madeiras

que eram cortadas nos quatro lados, e usavam uma serra para lascar a madeira e fazer as tábuas.

Por vários anos, a extração de madeiras manteve a economia da região. Quando essa atividade começou a enfraquecer, gerou problemas econômicos, pois havia uma dependência quase que exclusiva dessa fonte de riqueza, afetando toda a economia. A Figura 6 mostra a “serra de dois homens”, que leva esse nome pelo fato de que uma pessoa segura em cada lado da serra. Essa ferramenta era muito usada na região para cortar as árvores da floresta, até a motosserra ser inventada e ser introduzida nessa região.

Figura 6 – Pinheiro cortado com serra em Ponte Serrada - Santa Catarina, Brasil, s/d.



Fonte: Acervo de Maria Elenice Goudinho João Branco.

A autora Maria Elenice Goudinho João Branco (2020) relata que alguns colonos muitas vezes ficavam agradecidos de os madeireiros retirarem a mata, para que pudessem fazer o roçado, a queimada, para plantar grãos como milho e feijão. Nesse sentido, fica evidente que uma parte dos agricultores do período não lucraram com a madeira, e sim as madeiras, a indústria extrativista. Os colonos muitas vezes tinham o objetivo de retirar a mata para plantar.

Na mensagem de 1923 do governador Hercílio Pedro da Luz, que havia uma preocupação com a derrubada da mata, que estavam explorando a madeira economicamente, porém não estavam pensando nas consequências, deixando áreas devastadas, sem vegetação, nem plantação de culturas (Radin; Silva; 2018). Na visão do governador, era necessário reflorestar, obrigando as empresas de extração das madeiras a realizar essa função. Porém, essa preocupação era estritamente econômica, pois com a escassez das matas, não haveria

matéria prima para as madeiras. Nesse sentido, buscou-se mais tarde os reflorestamentos das espécies exóticas.

A vasta destruição das florestas pelas madeiras gerou preocupações, não só nos originários da região, mas também nas autoridades do estado. O corte indiscriminado das matas, sem observar o espaço e manter intactas aquelas que não eram necessárias para a indústria madeira, ameaçou tornar a região imprópria para ser habitada.

Com as destruições desordenadas das florestas iniciam-se discussões sobre a necessidade de fazer o reflorestamento. O replantio deveria ser repensado por todos, principalmente por quem estava fortemente destruindo. A imprensa da época alertava para a necessidade de pensar nos filhos e nos netos (Nodari, 2011). Essa preocupação com o reflorestamento estava presente pelo fato de a indústria madeira precisar de mais matéria prima para seu processo produtivo, mas a inquietação não foi motivada pela questão ambiental ou pelas modificações que o desmatamento estava provocando no ecossistema.

As modificações nas paisagens geradas pela ação humana causaram grandes consequências ao ambiente. As alterações originadas pelas novas relações com a natureza e com os espaços tendem a se transformar em outras culturas e esse movimento influenciou o modo de vida e as relações natureza/homem. Isso nos leva a pensar como o ser humano não pensou que a sua ação transformou o meio ambiente, que deixou de ser o habitat de muitas espécies vegetais e animais.

Carvalho (2006), ao abordar sobre destruição da floresta de araucária, afirma que, com a colonização europeia, a floresta não tinha mais sentido somente de subsistência, como era para os povos indígenas e caboclos, mas sim como forma de comercialização. Com isso, a destruição da floresta, do ecossistema, foi grande, sobrando somente 3 a 4%.

Apesar da significativa população indígena, de variadas etnias, que habitavam as florestas de araucária, e também da ocupação já bem antiga de amplas regiões dessa floresta por caboclos com suas pequenas roças de subsistência e extração de erva mate, fazendeiros criadores de gado, vilas e cidades, e uma colonização européia incipiente, acreditamos que é mais razoável demarcar o início da devastação das florestas de araucária por volta do final do século XIX. Não é a questão de negar que indígenas e caboclos tenham alterado as florestas, como até frisamos no capítulo seguinte, afirmando que tenham convivido de forma totalmente harmônica com a natureza. É provável que tenham causado mudanças profundas no ecossistema, interferindo na disseminação das espécies da flora e nas populações da fauna, embora sejam raras pesquisas que abordem a relação indígenas - floresta de araucária. Além do mais, interferir na natureza é totalmente diferente de destruir, de erradicar a cobertura vegetal pela extração total ou seletiva das árvores, ou do uso do fogo em amplas áreas, sem que se permita a regeneração natural do ecossistema (Carvalho, 2006, p. 53).

Esse processo de devastação da floresta ocorreu através da justificativa do progresso. Com o avanço da pecuária e o manejo das pastagens, aos poucos a floresta e os campos começaram a ser substituídos. As plantações ganharam espaço e, com elas, a aplicação de insumos e inseticidas, interferindo no ambiente.

Com o processo de colonização e a imigração de muitas pessoas para a região oeste de Santa Catarina, a floresta foi desaparecendo devido à extração da madeira, à criação de animais e à agricultura. Por meio da instalação das empresas colonizadoras, as matas foram destruídas para demarcar os lotes que seriam vendidos. As colonizadoras tinham a função de vender e distribuir os terrenos para os imigrantes e a responsabilidade de limpar os terrenos, ou seja, derrubar a floresta, para os colonos utilizarem, pois estes valorizavam a área de terra que já era limpa. É importante salientar que as colonizadoras lucravam muito com as áreas de florestas na exploração da madeira (Silva *et al.*, 2017).

No pensamento da época, a floresta tinha que ser derrubada, a área deveria ser limpa para a agricultura e pecuária. Esse processo era feito de várias maneiras, sendo mais frequente a utilização de machados e serras para cortar as árvores. Nas mais grossas, muitas vezes eram feitos uma espécie de anéis ao redor do tronco, que ocasionava a secagem e o apodrecimento da árvore. Devido às dificuldades do transporte, com frequência as toras apodreciam no local e não eram vendidas. Com o passar do tempo, quando começaram a avaliar que a araucária tinha potencial madeireiro para venda, as terras que tinham pinheiros passaram a ser valorizadas, uma vez que a colonizadora ou os colonos passaram a comercializar (Branco, 2020).

## 2.2 COLONIZAÇÃO E DESMATAMENTO EM PASSOS MAIA E PONTE SERRADA

O município de Ponte Serrada, até 1958, pertencia ao município de Cruzeiro, atual Joaçaba. Segundo o que consta no livro “Cinquentenário de Joaçaba” (Queiroz, 2016), a colonização ocorreu com a vinda do primeiro imigrante, Alberto Dalcanaten, na exploração desta região. Em 1913, segundo os relatos, um senhor que percorria esse território retirando erva mate, chamado Antônio Simões Cavalheiro, mandou serrar algumas tábuas e colocaram sobre o riacho, que atualmente fica próximo ao perímetro urbano da cidade. Desse modo, os tropeiros que passavam por essa região começaram a chamar o local de Ponte Serrada.

De acordo com o livro “Ponte Serrada um pouco de história” (2020), o rio enchia em alguns períodos do ano, o que dificultava a passagem dos animais e das pessoas, como os

tropeiros que passavam por essa região, levando à necessidade de construir uma ponte sobre o mesmo. A autora Maria Branco (2020) nos conta que os construtores Camilo Aniceto, Ramão, Aguilheira, Emilio, Acunha, J, Felix Vogado e João Leão Agüero que chefiavam a construção.

Em 1924, a colonizadora Ângelo de Carli, Irmãos & Cia foi fundada e passou a vender lotes de terra da região, iniciando a chegada dos imigrantes do Rio Grande do Sul. Nesse período, já havia um morador, José Ribeiro. Em 1926, segundo Alexandre Muniz Queiroz (2016), chega José Bortolazzi com sua família, que é considerado o pioneiro da região. Mas não podemos deixar de abordar que a região já era povoada pelos povos indígenas e por caboclos, mas os livros de história oficial e a construção histórica feita através deles não fazem referência a essas populações que já habitavam esse espaço.

A partir de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 238, foi criado o Distrito de Ponte Serrada, que pertencia a Cruzeiro/Joaçaba. Nesse período, o primeiro Intendente, ou seja, quem administrou o Distrito, foi Julio Coletti; depois houve outros administradores. Já em 21 de junho 1958, pela Lei nº 340, foi criado o município de Ponte Serrada, formado pelos Distritos de Ponte Serrada e Coronel Passos Maia (Queiroz, 2016).

Segundo Eunice Nodari (2009), houve disputas pelo poder na região oeste, tanto em Chapecó como em Cruzeiro/Joaçaba, na sua maioria entre as elites de origem portuguesa, que foram nomeadas pelo governo do Estado de Santa Catarina, levando os descendentes de alemães e italianos a ficarem de fora do processo, o que prejudicou a ideia de criação de moldes étnicos. O Coronel Manoel do Nascimento Passos Maia foi, a pedido do Governador Hercílio Luz e Adolfo Konder, para o oeste catarinense, sendo delegado de polícia e prefeito de Chapecó. Posteriormente, foi transferido, novamente como delegado, para Cruzeiro/Joaçaba. Sendo comandante das forças armadas do Quartel de Herval no levante de 1932, foi preso e, após sair da cadeia, elegeu-se como deputado federal pelo Partido Liberal. Ele também era sócio da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, que colonizou grande parte do oeste catarinense, o que nos mostra o seu grande poder político e econômico na região.

Como vimos anteriormente, a região oeste catarinense foi trajeto usado pelos tropeiros, que transportavam gado e mercadorias com cavalos ou mulas. Passos Maia e Ponte Serrada, segundo Simone Tomazelli (2016), foram trajetos usados pelos tropeiros nesse período anterior à colonização. Passos Maia era chamado de bebedouro nessa época, pois, segundo os moradores, as tropas que aqui passavam, paravam à beira do rio Chapecozinho para beber água, se alimentar e dar água e alimento para os animais.

O livro “Passos Maia a muitas mãos” (2016) aborda que o território do município favoreceu o caminho de ligação do Rio Grande do Sul ao Paraná, apontando que houve missões de Guarapuava, em 1816, comandadas por Atanagildo Pinto Martins, que passaram por esse trajeto que compreende hoje o município de Passos Maia. Também retrata a ocupação por fazendeiros paulistas, a partir de 1840, nessa região que compreendia os campos de Palmas-PR e a área de Passos Maia, em Santa Catarina. Podemos destacar que as construções de pedras como taipas e casas que foram erigidas nesse período ainda existem, até na atualidade, nas fazendas do município.

De acordo com o depoimento de Joaquim Osório Ribas (*apud* Tomazelli, 2016), a sua família colonizou Palmas – Paraná. As terras que eram de sua família hoje pertencem a Santa Catarina, Passos Maia. Ele conta que a ocupação dos Campos de Palmas foi em 1839, comandada por dois grupos de apropriação dessas terras, um deles liderado por Pedro Siqueira Cortes, e o outro por José Ferreira dos Santos. Esses grupos saíram do Rio Grande e foram para Guarapuava. Não tendo espaço para o gado nesse território, instalaram-se em Palmas-PR e a posse dessa área foi dividida em duas bandeiras e seus líderes. Havia Palmas de Cima e Palmas de Baixo, sendo que Palmas de Cima abrangia parte do território que hoje é Passos Maia.

Em seu depoimento, fica evidente que, no primeiro momento, o interesse dos ocupantes desse território era os campos para atividade da criação de gado. A parte de floresta não era almejada nesse momento, pois era para feras – modo como ele se referia aos povos indígenas – e que imigrantes habitavam os campos nesse período histórico. Ele comentou que as fazendas mais antigas eram a do Norte, a que tem a casa de pedra, Serro Alto, Dobrado e Quiguay.

O processo de colonização do município de Ponte Serrada e Passos Maia se deu com a instalação da empresa colonizadora Ângelo de Carli e Irmãos & Cia LTDA., que se iniciou em 1924 e começou a chegar os imigrantes do Rio Grande do Sul, descendentes de italianos e alemães (Branco, 2020).

Segundo o depoimento dos moradores (Branco, 2020), a empresa fornecia transporte, como caminhões, para que as famílias migrassem para essa região oeste de Santa Catarina. Também contam que muitas pessoas ficaram hospedadas em Cruzeiro/Joaçaba – SC e, depois, eram transportadas de ônibus para Ponte Serrada, com as mudanças sendo levadas pelos mesmos caminhões que transportavam as madeiras locais.

Muitas empresas colonizadoras se consolidaram no território para venda das terras e exploração das matas. Algumas terras da região de Ponte Serrada eram da companhia

estadunidense Brazil Development & Colonization Company, que as chamavam de Lajeado do Leãozinho, Rio do Peixe, Rio Uruguai, Rancho Grande, Rio do Engano, entre outras (Branco, 2020).

Em seu depoimento, Amantino Lunardi (Radin, 2005) comenta que a retirada das toras da mata era feita pela colonizadora. Os colonos cortavam as árvores e puxavam, muitas vezes, as toras até uma estrada e, depois, a empresa retirava com caminhões para a venda. Isso pode ser observado na Figura 7:

Figura 7– Caminhão transportando tora em Ponte Serrada - Santa Catarina, Brasil, s/d.



Fonte: Branco, 2020, p. 31.

O processo de colonização de Ponte Serrada e Passos Maia, no meio oeste catarinense, iniciou-se a partir de 1930, em sua maioria por ítalos, oriundos do Rio Grande do Sul. Nos depoimentos abordados nos livros dos dois municípios, fica evidente que esses imigrantes foram para esses locais em busca de novas terras com preços baixos, para retirar erva mate e grandes quantidades de madeiras da floresta.

Conforme a autora Simone Tomazelli (2016), as famílias de imigrantes que se instalaram na região de Dom Carlos, uma comunidade do município de Passos Maia, foram a família de Ermínio Massoti, Ângelo Dalla Vecchia, João Gugel, Benjamin Dalla Vecchia. Entre Dom Carlos e a comunidade Linha Guabiroba, se alojaram as famílias de Carlos Conte e Simadon. Já na linha Guabiroba, foram as famílias João Crespim, João Spader, Ângelo Zeleri e Macagnan e na comunidade Bela Vista às famílias de Ricardo Bizzon, Antonio

Giachini, João Peruzzo e Amábile Moretto. Esses foram os primeiros a chegar nessa região que hoje é o município de Passos Maia.

As terras eram vendidas pelas colonizadoras a prazo, ou seja, parcelado, para os colonos, que ficavam em torno de dois anos pagando as parcelas, ou pagavam com a colheita. Os documentos das terras só eram passados depois do pagamento total do valor. Muitas vezes, havia problemas na demarcação das terras dos imigrantes, que tinham que fazer acordos para poder acertar qual era o pedaço de cada um (Branco, 2020).

Os moradores comentam que quando chegaram foram abrindo passagem em meio ao mato com foices e facões, utilizaram cavalos, carroça ou mesmo se locomoveram a pé. A construção das moradias foi feita de madeira que eram falquejadas (Tomazelli, 2016) nos quatro lados ou usavam uma serra para lascar e fazer as tábuas. Além disso, abordam as dificuldades que enfrentaram quando chegaram à região, de como era tudo mato, como tiveram que retirar essa mata para plantar. Também é relatado nas entrevistas (Branco, 2020) que os madeireiros eram “bonzinhos”, pois eles retiravam as madeiras e não cobravam nada por isso, para que os colonos pudessem plantar. Isso mostra como muitos agricultores não tinham o entendimento de quanto as madeiras lucraram com a retirada das árvores da região e o quanto esse processo de retirada causaria grandes problemas à biodiversidade.

Como vimos, os imigrantes vieram para a região oeste em busca de terras com menos custo, e para voltarem à atividade de extração da madeira. Entretanto, outro atrativo foi a extração da erva mate, que existia em abundância na região e, segundo os moradores, o quilo desse chá era bastante valioso, pois o consumo do chimarrão era muito presente tanto no Rio Grande do Sul como no oeste catarinense (Branco, 2020).

No depoimento<sup>3</sup> de Maria Bellucci Bizon<sup>4</sup> ficou evidente que a exploração da madeira na região foi intensa, levando à criação de diversas serrarias e madeiras. Segundo o depoimento dela, no primeiro momento, a retirada visava mais as araucárias. Depois, com a redução dos pinheiros, começaram a tirar mais imbuia, canela e angico. As toras menores

---

<sup>3</sup> As entrevistas estão disponíveis na página do Laboratório Fronteiras da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Chapecó/SC e foram submetidas a análise criteriosa do Comitê de Ética da instituição, sendo autorizada a realização e publicação pelo processo CAAE nº58680622.7.0000.5564. A locomoção dos participantes ficou a cargo da pesquisadora ou do entrevistado, em comum acordo, e os eventuais custos foram pagos pela pesquisadora. Juntamente com a entrevista, outros instrumentos, como objetos pessoais, fotografias, cartas, escrituras e recibos, foram ofertados pelos participantes, sendo voluntária a doação ou guarda à pesquisadora, em consonância com o Comitê de Ética O local das entrevistas poderia ser disponibilizado pela pesquisadora, em salas públicas com reserva antecipada, ou na própria residência, se o participante assim preferisse.

<sup>4</sup> Maria Bellucci Bizon, 80 anos, mora em Ponte Serrada/SC desde 1950, é assistente social e filha de madeireiro. Acervo pessoal do autor (A/A).

eram transformadas em móveis, utilizadas pelas empresas de móveis e as toras mais maiores exportadas para outros países e estados.

Podemos perceber que historicamente a floresta foi vista, por alguns povos, como um espaço onde o ser humano poderia retirar matérias-primas para comercialização, construções e aproveitamento, sem pensar que esse ecossistema tem sua biodiversidade, com milhares de espécies de plantas e animais. Desta forma, o processo de colonização e criação das serrarias/madeireiras não teve uma análise e planejamento a curto e longo prazo para reflorestar as áreas. Só se buscou retirar, sem pensar no futuro.

### 3 AS SERRARIAS EM PONTE SERRADA E PASSOS MAIA – SC

No segundo capítulo, será descrita e analisada a introdução das serrarias e sua influência no desmatamento das florestas nativas e no reflorestamento feito com plantas exóticas na região de Ponte Serrada e Passos Maia.

Como pudemos analisar no primeiro capítulo, o processo de imigração italiana para a região de Ponte Serrada e Passos Maia - SC teve início na primeira metade do século XX, a partir de 1930. No primeiro momento, a retirada da floresta foi direcionada principalmente para as construções das propriedades e consumo das mesmas.

A exploração madeireira foi o principal motor econômico da região oeste entre 1930 e 1960. Entretanto, alguns autores destacam que o ciclo da madeira teve início na década de 1920, alcançando seu auge nas décadas de 1930 e 1940 (Bellani, 1991 *apud* Salini, 2018, p. 82).

As primeiras serrarias, mais antigas, eram mais artesanais, caracterizavam-se pela produção artesanal de madeira, empregando técnicas manuais e tração animal, como bois e cavalos, para transportar as toras até os locais para serrar. Segundo os depoimentos encontrados no livro “Passos Maia Muitas Mãos” (2016) e os dados de fundação no cartório das madeireiras, as madeireiras da região de Ponte Serrada e Passos Maia começam a ser criadas e registradas a partir de 1960, em sua maioria na década de 1970, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1 – Serrarias de Ponte Serrada e Passos Maia-SC

<b>Serrarias/Madeireiras em Passos Maia –SC</b>	<b>Data de fundação</b>
Indústria de Madeiras Guerra Ltda	10/01/1972
Indústria de Madeira Tozzo Ltda	29/08/1966
Indumel Indústria de Madeiras Pedro Mendes Ltda	27/12/1972
Madeireira Arndt Ltda	31/08/1966
Madeireira Lenar Ltda	1962, depois nova fundação em 13/11/1974
Madeireira Piratini	s/d
Madeireira Simione Ltda	s/d

Madeira Stella Ltda	10/02/1972
Madeira Tozzo Ltda	30/04/1971
Madeira Tupi Ltda	24/01/1972
Industrial Madeira Chapecozinho Ltda	s/d
Serraria Gi Tozzo Ltda	23/10/2001
Serraria Jardim Ltda	27/10/1976
Zoller Extração e Comercialização de Madeiras Ltda	12/03/1974
Madeira Marini (localizada em Abelardo Luz/Vargeão, porém o território é próximo ao município de Passos Maia)	1966
<b>Serrarias/Madeiras em Ponte Serrada –SC</b>	
Madeira Ponte Serrada	1967
Madeira Olympio Muraro e Cia Ltda	1965
Madeira Ge Madaloso	s/d
Serraria Jardim	30/04/1972 Depósito
Madeira Lares Ltda	s/d
Madeira Giacomet	21/09/1976
Serraria Incotrana	s/d
Serraria Dalcanalli	s/d
Madeira Vicenzi	s/d
Serraria Tupi	24/01/1972
Indústria de Madeira Guerra Ltda	10/01/1972
Zoller Extração e Comercialização de Madeiras Ltda	12/03/1974
Madeira Gelman	s/d
Madeira Adami – Filial	09/06/1972
Madeira Madezatti	29/07/1948 Caxias Filial em Ponte

	Serrada
Madeira Madelar ou Catapan	26/06/1978
Indústria de Madeiras Enelma	02/01/1979
Madeira Baía Ltda	1962
Madeira Oltramari LTDA	12/02/1973
Madetel Madeiras Testa	1976
Madeira Paulistina Ltda	04/09/1989
Madeira Marteli	s/d
Madeira Romani	s/d
Madeira do Piccolotto/ Guabiroba	s/d

Fonte: Elaborado pela autora com base na relação dos estabelecimentos industriais da área de abrangência do distrito de Coronel Passos Maia e Dom Carlos e movimento econômico dos distritos de Coronel Passos Maia e Dom Carlos 1989 e 1990, na entrevista com Abílio Mantovani e Maria Bellucci Bizzon, e em Branco (2020).

A partir de 1950, o crescimento do setor madeireiro impulsionou a transição da produção artesanal para processos industriais na região, necessitando de maior capacidade energética. Nesse contexto, buscou-se evolução tecnológica no setor madeireiro, com demanda de fontes de energia mais potentes, substituindo métodos tradicionais – rodas d'água e vapor – pela eletricidade (Carlin, 2019). Assim, em algumas madeireiras instaladas próximo a rios, estes foram represados e deram origem a pequenas barragens para a geração de eletricidade. Como exemplo, temos o caso da Madeira Stella, no interior de Passos Maia, na qual Vlademir Stella<sup>5</sup>, em seu depoimento, afirma que foi construída uma CGH (Central Geradora Hidrelétrica)<sup>6</sup> nas terras da família para tocar a serra. O depoente também indica que na época não tinha redes da CELESC, pois só no final dos anos 1980 e início dos 1990 que começou a ter energia elétrica na zona rural, ainda em poucos lugares.

Segundo a historiadora Eunice Nodari (2012), nas décadas de 1960 e 1970, é identificada a maior retirada de madeiras, com a entrada da motosserra, pelo fato de facilitar a derrubada das árvores. A tecnologia da motosserra incrementou significativamente a eficiência da exploração madeireira, reduzindo substancialmente o tempo de corte e

<sup>5</sup> Vlademir Stella, dono da madeireira Stella, na comunidade Stela em Passos Maia - SC.

<sup>6</sup> Trata-se de uma usina hidrelétrica de pequeno porte, destinada à geração de energia elétrica. As CGHs são amplamente utilizadas em áreas rurais ou regiões onde há a necessidade de produção de energia descentralizada, podendo contribuir para o desenvolvimento local e para a sustentabilidade energética.

aumentando a produtividade. A motosserra representou um avanço tecnológico crucial na exploração madeireira, permitindo uma velocidade de corte excepcionalmente superior às ferramentas tradicionais. Nesse sentido, a motosserra revolucionou a exploração madeireira, permitindo cortar árvores entre 100 e 1000 vezes mais rápido que com machados, resultando na exploração de vastas áreas florestais. Além da motosserra, com o tempo, o uso do trator e da serra-fita também facilitaram o processo de retirada das madeiras da floresta e a abertura de estradas para auxiliar o escoamento.

Era comum que as serrarias adquirissem apenas os direitos de exploração dos pinheirais, das árvores, sem ser proprietário das terras, por meio de contratos particulares registrados em cartório. Em entrevista, Maria Bellucci Bizzon conta que o seu pai buscava, nas propriedades, comprar as árvores dos proprietários (colonos) para levar para a serraria. O procedimento de retirada das madeiras era desejado pelos proprietários para aumentar as áreas de plantio.

Na dissertação da historiadora Janete Carlin (2019), apresenta reportagens na imprensa, através dos jornais de Palmas-PR, que fizeram anúncios das madeiras nessa região em que circulavam os periódicos, mas que tinham filiais em outros municípios, como Ponte Serrada - SC, como podemos observar no trecho abaixo:

A atuação e presença das indústrias madeireiras em Palmas, pode ser observada a partir de propagandas e anúncios veiculados na imprensa local, como o Jornal de Palmas, que na edição 26, de 2 de julho de 1974, traz algumas informações da empresa L. Dalmolin & Filhos, que possuía filiais em Ponte Serrada, em Santa Catarina, e General Carneiro, e na Serraria Iratin, de Palmas (Carlin, 2019, p. 81).

Através das imagens e depoimentos, podemos verificar o processo de mudança da paisagem de Ponte Serrada, Passos Maia e da região como um todo, pela retirada da mata. Podemos visualizar, nos pátios das empresas e nos seus entornos, um amontoado de toras nas serrarias, caminhões chegando e saindo das estradas principais, a floresta prestes a se tornar caixas, móveis, portas, utensílios e casas inteiras.

Na entrevista com Abílio Mantovani, fica evidente o grande número de madeiras no município de Ponte Serrada, considerando que Passos Maia não era emancipada nesse período. Mantovani comenta as modalidades de serras usadas no período, algumas com menos tecnologias do que outras, que com o tempo foram se aprimorando. Também aponta que vieram os agricultores, ou seja, os colonos, e os peões para trabalhar nas madeiras, que seriam caboclos da região.

Tinha bastante. Em 70, um pouquinho antes 69, a gente foi presidente<sup>7</sup> do MOBREAL, Movimento brasileiro de alfabetização, então se tinha muito núcleos extraviados pelo município, chegamos a ter 72 núcleos no município de Ponte Serrada, então cada serraria tinha um núcleo. Eu me recordo que o falecido Pedro Bertolasse que era prefeito, dizia que tinha 39 serrarias, de grande e pequenas. De grande não tinha nenhuma, que eram serrarias não eram como hoje, não eram fitas modernas, eram serrarias, tinha duas modalidades, a modalidade a centro<sup>8</sup>, e a modalidade tissot. Esse tissot, produzia o dobro do que produzia a centro. Isso se tinha bastante, tinha tocada a água, depois começaram a vir as locomóveis, tocadas a lenha né. E agente lembra até, de alguns tamanhos de locomóveis, de 9HP, de 18 HP, tudo era pequeno na época né, mas que serviam muito bem, geravam emprego. Então começou a vim dois modelos de pessoas para cá, os agricultores e os trabalhadores na indústria de madeira, que agente chamava de pião de serraria. E por isso que a nossa população é bem mesclada né. Daí nós temos muita gente que ainda, tem alguns que a origem que era do contestado né.

Na entrevista, ele compartilha que foi presidente do MOBREAL, ou seja, Movimento Brasileiro de Alfabetização, que tinha, nos anos 1969-1970, 72 núcleos, em diferentes locais da região, em sua maioria localizados nas escolas construídas nas serrarias. Tanto no relato de Abílio, como de Maria Bellucci Bizzon, é pontuado que em cada madeireira espalhada pelo município, tinha uma escola para que os filhos dos funcionários pudessem estudar, como podemos ver na Figura 08:

---

<sup>7</sup> Depoimento de Antônio Abílio Mantovani, 81 anos, madeireiro, atualmente presidente da Valcredi -SICOOB, Passos Maia-SC.

<sup>8</sup> A modalidade “a centro” é uma técnica antiga utilizada em serrarias, especialmente nas primeiras fases da industrialização do setor madeireiro. Essa prática era comum antes do avanço das tecnologias modernas e baseava-se em um método rudimentar de corte e organização da madeira para otimizar a produção, utilizando equipamentos e processos disponíveis na época. O corte “a centro” refere-se à técnica em que a tora é posicionada de forma a priorizar cortes longitudinais que começam pelo núcleo (ou “centro”) da madeira. A ideia era aproveitar ao máximo as partes nobres da tora, especialmente o cerne, que é a porção mais densa e resistente da madeira.

Figura 8 – Escola Municipal Maciel, na Indústria Madeireira Tozzo



Fonte: Acervo de Abílio Mantovani e Geni Mantovani.

A indústria madeireira, nesse momento histórico, servia de atrativo e propiciava o crescimento populacional do município, alterando a paisagem e criando oportunidades de emprego. A exploração madeireira transformou a região, derrubando florestas e atraindo trabalhadores, refletindo a lógica capitalista do período (Carlin, 2019).

As mudanças ocorridas pela ação humana intensificaram-se no século XX, juntamente com as alternativas econômicas, provocando modificações significativas na natureza. As transformações ocorridas ao longo do tempo, relacionadas à instalação das serrarias e ao aumento da pecuária, acarretaram um novo momento na relação entre homem e natureza. Nesse contexto, as madeiras de Passos Maia e Ponte Serrada instalavam-se em meio à abundância de madeira, e aos poucos foi sendo retirada grande parte da mata da região, conforme indicam as entrevistas realizadas.

Segundo o depoimento de Pedro Mendes para a produção do histórico da Escola Municipal Duque de Caxias, que se encontra na localidade Indumel em Passos Maia, antes da fundação da Madeireira Pedro Mendes, nesta área funcionava a Indústria de Madeira Piratini, na Fazenda São Raimundo, que o entrevistado passou a administrar juntamente com os seus irmãos, devido ao falecimento de seu pai.

Nessa madeireira, foi criada, no ano de 1970, a Escola Municipal Piratini. No início, sua atividade ocorria em uma casa da própria madeireira, ainda durante o período em que

funcionava a Indústria de Madeiras Piratini e a Educação Infantil na Capela antiga da própria Serraria, como podemos ver na imagem:

Figura 9 – Escola Municipal Piratini na Indústria de Madeira Piratini, em 1970, região que compreende Passos Maia-SC



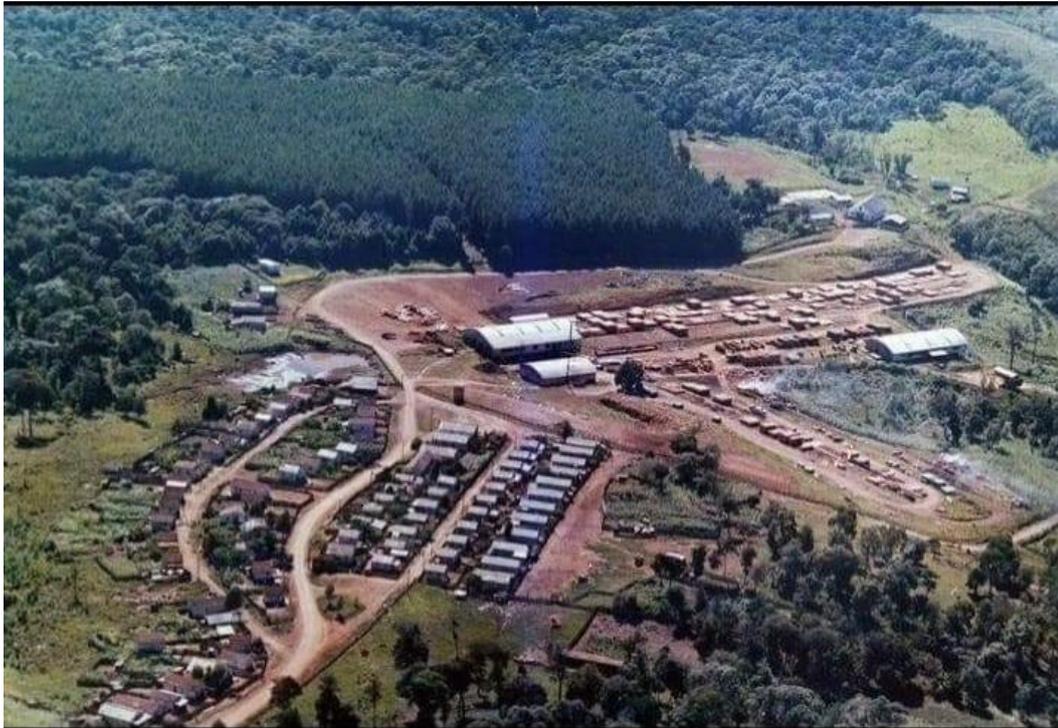
Fonte: Acervo de Abílio Mantovani e Geni Mantovani.

A Indústria de Madeiras Pedro Mendes LTDA foi fundada em 1972. Após uma negociação com a administração da antiga Madeireira Piratini, começou a funcionar a Serraria Indumel, administrada por Pedro Mendes e seus três filhos, Francisco Ribas Mendes, Pedro Mendes Júnior e Nelson Ribas Mendes.

O nome da comunidade teve origem na Indústria de Madeiras Pedro Mendes LTDA, em uma homenagem prestada pelos seus filhos ao fundador Pedro Mendes, numa combinação do próprio nome da indústria. Da palavra indústria, originou-se o “INDU”, de Mendes, o “ME”, e de LTDA, o “L”, resultando, então, no nome INDUMEL. É importante ressaltar que a família Mendes tinha também madeireira em Palmas-PR, como podemos observar na pesquisa de Janete Carlin (2019).

A madeireira começou a funcionar novamente no dia 14 de janeiro de 1973. A oferta de trabalho era abundante, portanto, teve um período em que até 200 famílias residiam em torno da serraria, chegando a ter uma vila com aproximadamente 700 habitantes. Com o passar do tempo, a matéria prima foi diminuindo e os empregados foram gradativamente sendo dispensados. Podemos ver, na Figura 10, a Madeireira INDUMEL:

Figura 10 – Indústria Madeireira Pedro Mendes LTDA - INDUMEL, s/d.

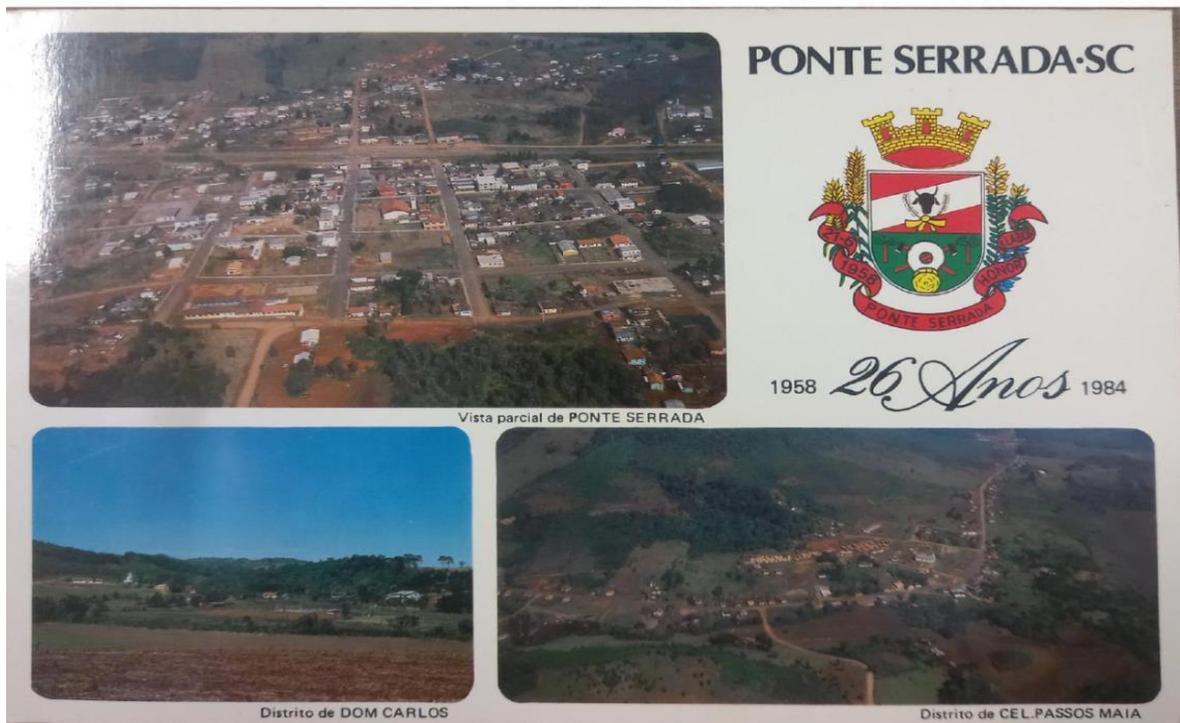


Fonte: Acervo da Escola Duque de Caxias.

Em 2001, a serraria deixou de funcionar, restando apenas 2 famílias, que economicamente não dependiam mais da serraria dentro daquela comunidade. A localidade continuou com o nome de Serraria Indumel, onde estão localizados a Escola Municipal Duque de Caxias e um Posto de Saúde Municipal descentralizado.

No centro do distrito de Passos Maia, também havia uma madeireira, Indústria de Madeiras Guerra LTDA, fundada em 1972, pela família Guerra, mais especificamente por João Guerra, casado com Helena Brunetto, que moravam em Curitiba. Segundo o depoimento de Maria Belusso Bizon, quem administrava a empresa era o cunhado de João Guerra, Lotário Hansem, casado com a irmã de Helena, Terezinha Brunetto Hansem. Anteriormente, a Madeireira Guerra tinha o beneficiamento de Madeiras Toniazzo, no mesmo local. No início dos anos 2000, a madeireira Gi Tozzo comprou a estrutura da Madeireira Guerra, mas não permaneceu por muito tempo no mesmo lugar. Na Figura 11, podemos analisar, no panfleto de comemoração da emancipação de Ponte Serrada, que havia uma madeireira no centro do distrito de Passos Maia, que no período era a Madeireira Guerra.

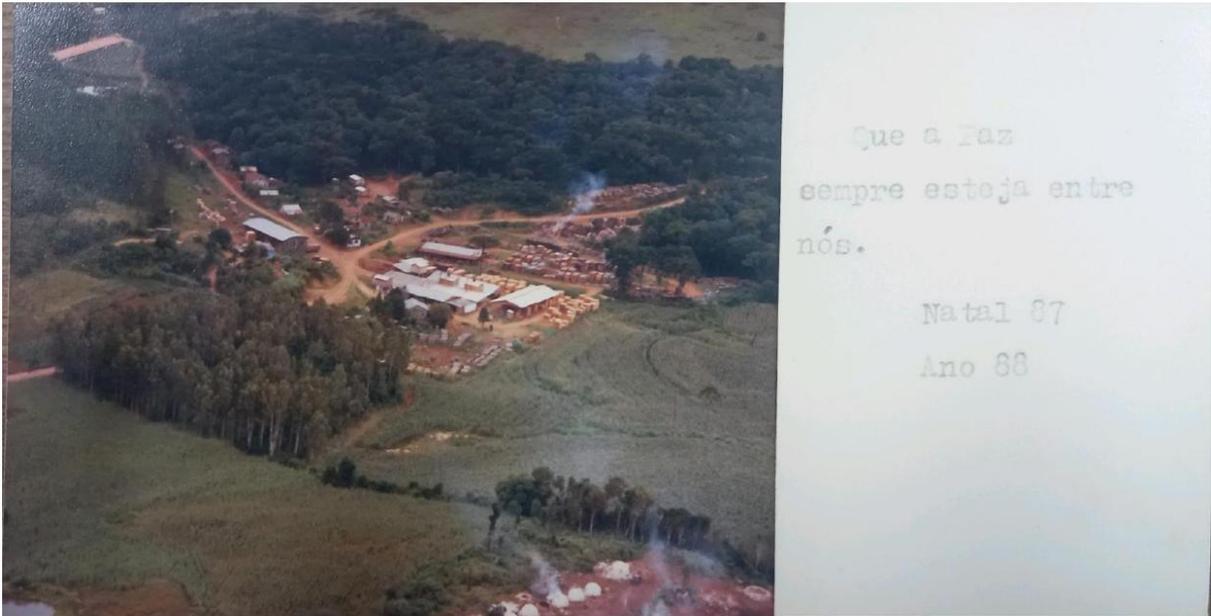
Figura 11 – Panfleto de comemoração de 26 anos da emancipação de Ponte Serrada - SC, em 1984



Fonte: Acervo de Abílio Mantovani e Geni Mantovani.

Outra serraria instalada próximo ao distrito de Passos Maia, fundada em 1966, pela família Mantovani, era chamada de Plácido Anselmo Mantovani. Em 1974, foi criada e registrada como Madeireira Lenar Ltda, pelos irmãos Mantovani, filhos do primeiro dono, Plácido Anselmo Mantovani. Essa madeireira permaneceu com o nome de Lenar até 1997. Atualmente, a empresa chama-se LM Madeiras Ltda, com extração de madeiras reflorestadas, como de *Pinus ssp.*, e a construção de paletes. Como podemos ver na Figura 12 abaixo, a Madeireira Lenar LTDA, em 1987.

Figura 12 – Madeireira Lenar LTDA, em 1987, no distrito de Passos Maia-SC



Fonte: Acervo de Abílio Mantovani.

O cotidiano dos trabalhadores das serrarias em Ponte Serrada e Passos Maia está intimamente ligado à cultura, memória e história ambiental, onde a floresta foi o palco principal, que se esvaiu com o tempo. A narrativa das serrarias desta região é uma jornada através da memória coletiva, na qual o trabalho, os costumes e os sons se entrelaçam com o desaparecimento da floresta (Carlin, 2019).

Tanto em Ponte Serrada, como no momento histórico que Passos Maia era um distrito, houve o estabelecimento de inúmeras madeireiras. Nas entrevistas, fica evidente que a maioria das empresas madeireiras desta localidade eram de famílias que migraram do Rio Grande do Sul.

O senhor saberia dizer quais as exigências para registrar ou abrir uma Serraria aqui na época? Exigência vamos dizer assim, acho que era zero para abrir a serraria. O madeireiro vinha, normalmente do Rio Grande por causa do pinheiro, porque tinha muito pinheiro brasileiro, muita imbuía, então empresas que vinham principalmente de Passo Fundo, eu lembro da Bertie, Marriott, Madelar na Ponte Serrada que eram de Erechim, eram pessoal da aquela região ali que tinham terminado a madeira lá e vieram para cá. Então a primeira coisa que eles tinham que fazer era encontrar algum proprietário de terra que tivesse pinheiro e que fizesse uma sociedade para serrar essa madeira, industrializar e vender. Então eles teriam o terreno para colocar e tal.<sup>9</sup>

O processo de colonização no oeste catarinense envolveu a derrubada de matas para dar espaço às serrarias, muitas das quais eram propriedade de experientes madeireiros do Rio

<sup>9</sup> Depoimento de Antônio Abílio Mantovani.

Grande do Sul. A prática gaúcha de exportar madeira para a Argentina permitiu que empresas colonizadoras expandissem operações para o oeste catarinense. As colonizadoras, visando lucrar com a riqueza florestal, estabeleceram serrarias, estradas e logística para exportar madeira para a Argentina (Nodari, 2010).

Em depoimento, Maria Belusso Bizon afirma que seu pai e mais dois sócios tinham três madeiras, uma na cidade de Ponte Serra, que se chamava Adelina Ponte Serrada, uma na linha Santa Terezinha, e outra na comunidade das Gramas, que atualmente pertence a Vargeão, mas faz divisa e é próxima de Passos Maia. Bizon comenta que seu pai comprava e retirava os “pinhais” das terras dos proprietários e que muitas vezes tinha o segundo recorte. Também relata que os bois eram usados no mato para puxar as toras até um lugar que o caminhão pudesse chegar, e com o muque eles carregavam as toras e levavam até a serraria.

O boi era usado no mato pra arrastar as toras em cima da... como é que se chamava? A estradinha era o carreador. O carreiro, né? Era o carreador. Aí eles arrastaram o boi com o naburo, era o arrastador aqui da fazenda. Traziam ali, estaleiravam as toras num ponto alto assim, chegava o caminhão no muque mesmo, colocavam as toras em cima, apertavam as toras e eu servia pra apertar a catraca do meu pai, ó, em cima das toras, meu pai no volante e volta e meia ele fazia uma curva, as toras afrouxavam. Meu pai parava um pouquinho e dizia negra, aperta as catracas aperta as catracas pra não cair as toras, tá? E levavam até a serraria.<sup>10</sup>

Nos relatos, evidenciam-se as dificuldades para retirar as toras da floresta, que o transporte nesse período já era feito com os caminhões, e que em cada região ou localidade se construiu uma serraria para serrar as árvores daquele local, com os donos das madeiras comprando dos moradores da região.

Uma outra madeira construída em Ponte Serrada, em 1965, foi a Madeireira Olympio Muraro e Cia. Ltda, fundada pelo proprietário Olympio Muraro e Dona Carolina Hoffmann Muraro, próxima ao centro de Ponte Serrada. Na atualidade, nesse lugar encontra-se a Madeireira Pinus Bom Ltda. Na Figura 13, podemos observar a madeireira Muraro, em 1985, em Ponte Serrada:

---

<sup>10</sup> Depoimento de Maria Belusso Bizon.

Figura 13 – Madeireira Muraro, em Ponte Serrada, em 1985



Fonte: Acervo de Maria Elenice Goudinho João Branco.

Em Ponte Serrada, em 1968, na localidade Campina do Paulista, ocorreu a expansão da produção de madeira serrada através da aquisição de serrarias instaladas nesse local. A empresa foi fundada em 9 de junho de 1942, na cidade de Caçador-SC, com a razão social Adami e Cia LTDA. Nesse período, a empresa era referência na fabricação de caixas de madeira, na preparação de madeiras aplainadas e no comércio de madeiras brutas. Em 1956, mudaram de razão social para ADAMI S/A – MADEIRAS. Nesta época, a empresa mantinha, como principais atividades, a produção e comercialização de caixas de madeira e a produção de madeiras brutas e beneficiadas. Durante as décadas de 1950 e 1960, a madeireira expandiu-se, e a madeira serrada era armazenada em barracões junto à ferrovia para facilitar o transporte a destinos como Santa Catarina. Para acompanhar o crescimento, a família investiu em infraestrutura de armazenamento e logística, enviando madeira serrada para diversos estados brasileiros, por meio da ferrovia. Em 1970, foi inaugurada uma unidade fabril para transformar resíduos madeireiros em pasta químico-mecânica, gerando o “papelão pinho” ou “papelão paranaense”, utilizado para embalagens. No ano de 1975, foi iniciada a plantação de semente de *Pinus taeda* para a produção de mudas de pinus, quando foi construído o primeiro

Horto para reposição florestal<sup>11</sup>. Na Figura 14, podemos ver a imagem da filial da ADAMI S/A em Ponte Serrada:

Figura 14 – A filial da ADAMI S/A – MADEIRAS, em 1968, na localidade de Campina do Paulista, Ponte Serrada - SC



Fonte: Disponível em: <https://adami.com.br/a-adami/historico/>. Acesso em: 23 de maio de 2024.

Abílio, em depoimento, afirma que um dos benefícios que o trabalhador das serrarias tinha naquele período eram as casas em que eles poderiam morar, que ficavam em torno do local de trabalho, construídas com madeiras serradas na própria serraria. Podemos observar esse fato tanto no seu depoimento quanto na imagem da Madeireira Muraro em Ponte Serrada - SC.

O peão de serraria tinha uma vantagem também, que o próprio madeireiro vamos chamar assim. Fazia as casinhas de madeira para o seu trabalhador morar. E isso fazia com que ele sempre tivesse mão de obra abundante, sempre que ele precisava ele tinha por que ele tinha a casa para oferecer.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Informações retiradas do histórico da Madeireira Adami S/A Madeiras. Disponível em: <https://adami.com.br/sobre/memoria-adami>. Acesso em: 23 de maio de 2024.

<sup>12</sup> Depoimento de Antônio Abílio Mantovani.

Figura 15 – Casas dos funcionários da Madeireira Muraro, em Ponte Serrada, 1985



Fonte: Acervo de Maria Elenice Goudinho João Branco.

A lucrativa atividade madeireira beneficiou empresários, enquanto peões e pequenos proprietários enfrentaram exploração e empobrecimento. O enriquecimento da classe madeireira ocorreu às custas da exploração da mão de obra local e da expropriação de recursos naturais (Salini, 2018).

Ao analisar os relatos desse período, observa-se que as relações sociais aconteciam em torno das serrarias. Além das escolas, eram organizadas as comunidades e atividades recreativas, as relações sociais eram compartilhadas com as famílias dos trabalhadores que moravam em torno. Quando uma serraria se instalava numa localidade, juntamente com ela também eram estabelecidas as infraestruturas, como casa comercial, casas para os funcionários, escolas, campos de futebol, igrejas e armazéns para venda de alimentos. Nota-se a dependência total da madeireira, pois a vida dos trabalhadores estava totalmente ligada às relações econômicas e sociais que giravam em torno das mesmas.

Cada serraria quase tinha a sua vida social. A comida, normalmente, quem trazia era o dono da serraria. Tinha as mercearias, assim? Não. Ia num armazém grande ali, né? E no armazém tinha de tudo. Tinha do cabresto, para pegar o cavalo numa roça, né? Até a farinha de trigo, que era o produto nobre. Mas as necessidades do agricultor eram açúcar e café. Mas as necessidades de quem trabalhava na serraria eram todas, né? Todas. Todos os produtos, né? Então vinha o arrozinho, o feijão, que às vezes ia para São Paulo e voltava, né? Do trem, porque daí vendia o mesmo

feijão daqui, mas comprava como feijão de São Paulo, então pagava mais caro, né? Mercado, mercado, né?<sup>13</sup>

A extração madeireira primitiva demandava intenso labor manual, enfrentando desafios climáticos e infraestrutura precária. A derrubada de árvores inicialmente dependia de ferramentas simples, como machado e serrote, exigindo grande esforço físico. Antes da década de 1950, a derrubada manual de árvores demandava tempo e esforço. A introdução de motosserras otimizou o processo. A mecanização da derrubada de árvores, iniciada na década de 1950, aumentou significativamente a produtividade e eficiência (Salini, 2018). Na Figura 16, evidencia-se o carregamento de tábuas, em 1985:

Figura 16 – Carregamento das tábuas da Madeireira Muraro, Ponte Serrada, 1985



Fonte: Acervo de Maria Elenice Goudinho João Branco.

Uma das dificuldades apresentadas pelo entrevistado consistia no transporte das toras da floresta e das tábuas para venda, devido à situação das estradas, pontes para atravessar os rios e sangas na região. Isso fica muito evidenciado na imagem a seguir, que registra um caminhão que acabou tombando, na região de Passos Maia.

---

<sup>13</sup> Depoimento de Antônio Abílio Mantovani.

Figura 17 – Caminhão que sofreu acidente nas estradas de Passos Maia - SC, s/d.



Fonte: Acervo de Abílio Mantovani.

O censo agrícola de 1960, feito pelo IBGE<sup>14</sup>, indica a produção extrativa de origem vegetal, referente ao ano de 1959, em Ponte Serrada, que compreende os distritos de Passos Maia e Dom Carlos. De acordo com o que consta no censo, oito estabelecimentos informaram e se cadastraram, dois quais foram retirados 3.310m<sup>3</sup> de lenha. Já considerando a madeira em tora, eram cinco estabelecimentos declarados, somando 7.153m<sup>3</sup> extraídos em toras.

No ano de 1970, tiveram dez informantes referente a árvores abatidas de pinheiros, com um total de 15 mil, totalizando, em cruzeiros, 3.003.000, nessa década. As árvores existentes em 31 de dezembro de 1970 eram 204 mil. Na mesma década, as árvores de pinus abatidas correspondiam a 5 mil (em cruzeiros, um milhão), e 1.284.000 milhões de árvores que se encontravam em 31 de Dezembro de 1970. Esses dados nos revelam que a retirada de madeira nesse momento histórico é predominantemente de araucária para indústria madeireira, e inicia-se a plantação de pinus na região, com retirada muito modesta ainda no período.

Em 1975, a produção e a extração de lenha em Ponte Serrada contavam com dois informantes, porém não são indicados dados da quantidade extraída. Por outro lado, em

<sup>14</sup> FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. VII Recenseamento geral – 1960. Rio de Janeiro, 1967.

relação à extração de madeira no mesmo ano, eram 17 informante e 36 mil metros cúbicos, com o valor, em cruzeiros, de 15.790.000. Os dados das espécies plantadas, em 31 de dezembro de 1975, indicam que havia 18 pessoas que informaram realizar o plantio de pinheiro, com 423 mil plantas, enquanto 12 informantes relataram a utilização de pinus, com 1.558.000 milhões de mudas plantadas. As informações demonstram que tiveram algumas experiências de plantação de araucárias na região, mas o reflorestamento com pinus foi muito superior nessa década.

O governo Vargas instituiu o Instituto Nacional do Pinho (INP), em 1941, para supervisionar e regular a comercialização de madeiras no Sul do Brasil. O INP visava disciplinar a exploração madeireira nos estados do Sul, garantindo controle e fiscalização. A colonização da região impulsionou a expansão da indústria madeireira do pinheiro, considerado produto de alta qualidade. O avanço da colonização foi acompanhado pela expansão da indústria de extrativismo madeireiro do pinheiro, gerando significativa alteração ambiental (Radin; Salini, 2015). O Instituto foi criado para promover e regulamentar a atividade madeireira, atendendo aos interesses do setor. A instituição refletia a intenção do governo federal de expandir a indústria madeireira nacional.

A proibição da comercialização de toras de araucária pelo INP, em 1947, exemplifica a política governamental para proteger a indústria madeireira nacional. Essa medida regulatória visava evitar a perda de valor agregado para a economia brasileira mediante a exportação de matéria-prima. Também para prevenir crises de superprodução e proteger recursos naturais, o INP fixou cotas de produção estaduais e serrarias na década de 1940. As cotas do INP visavam harmonizar a produção madeireira com a infraestrutura ferroviária, evitando congestionamentos e desperdício (Carvalho, 2010). Em análise retrospectiva do INP mostra que sua política de apoio aos madeireiros acelerou a destruição da floresta de araucária. Embora criado para regulamentar, o INP foi criticado por ineficiência e favorecimento à exploração desenfreada.

No relato, Abílio Mantovani compartilha que a partir do período que foi criado o Instituto Nacional do Pinho, nas viagens que ele fazia com as madeiras para o Rio Grande do Sul, ele passava em um posto de fiscalização da carga, no qual perguntavam a quantidade de metros cúbicos de madeira e qual era o seu destino.

Aí o que tinha mas aí eu já tava maiorzinho nesse tempo. Que foi criado o Instituto do Pinho, Instituto brasileiro, Instituto Nacional do Pinho. Eu não sei te dizer o ano e nada. Nesse tempo eu já trabalhava com o Tozzo. Então aí eu lembro que Chapecó tinha o Presidente do Instituto Nacional do Pinho que se chamava Emilio Ticieta que era compadre do João Goulart que era presidente da república. Tudo tem os seus

porquês né. Então a gente ia lá para pegar as guias de transporte. Aí eu lembro também que a gente ia com caminhãozinho levar uma madeira para Porto Alegre. É sempre dos Tozzos os caminhões. Nossa era só mão de obra, só serviço. E na entrada de Porto Alegre tinha um posto de fiscalização. Isso de 66 para frente, que vivi esse tempo. Então nós passava de madrugada quando não tinha a guia ou se tivesse a guia tinha que parar o caminhão entrar no posto de fiscalização, eles carimbaram, a guia era um papel, uma espécie de cartolina um pouco rígida assim, dobrada, de cor verde, tinha até prova d'água que se via um pinheiro desenhado meia assombra e era preenchido quantos metros cúbicos de madeira, destino que ia e tal. Nesse tempo já tinha nota fiscal, porém não lembro assim se tinha alguma coisa de meio ambiente, acho que só o Instituto do pinho, porém acho que mais tarde foi transformado em IBAMA, acredito que nos anos da Revolução, nem sei se era revolução o que era, nos anos que foi implantada a ditadura, nos 64 65, por aí.<sup>15</sup>

Nesta região de Ponte Serrada, após as madeiras serem serradas nas madeireiras, era feito o seu transporte. Em alguns depoimentos, os entrevistados comentam que levavam de caminhão para a ferrovia São Paulo - Rio Grande, e também revelam que, já nas décadas de 1960 e 1970, muitas vezes as tábuas eram levadas e comercializadas para o Rio Grande do Sul. A Figura 18 mostra uma tora de madeira sendo carregada até a madeireira, para ser posteriormente serrada, no município de Passos Maia - SC.

Figura 18 – Caminhão carregando tora em Passos Maia - SC



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nas entrevistas, torna-se evidente que no primeiro momento o corte das toras era feito pelo serrote (serra de traçar) de dois lados. Depois de um tempo, começou a ser usada outra

<sup>15</sup> Depoimento de Abílio Antônio Mantovani.

serra, que era maior e, segundo o depoimento de Abílio Mantovani, nesse período, com esse modelo novo de serra, era possível derrubar o pinheiro, com ajuda do machado que descascava a árvore. Ele aponta que, em 1977 ou 1978, chegou na região o primeiro motosserra, trazida de Porto Alegre, afirmando também que alguns funcionários das madeireiras foram ao Rio Grande do Sul para aprender como se utilizava. Além disso, evidencia que as novas tecnologias da época eram buscadas em Porto Alegre ou Curitiba, e que Florianópolis não era uma referência de capital para a região.

Era com serrote, então primeiramente era o serrote de dente como tem o serrotinho de mão, tem os dentes no mesmo desenho que o serrote de trabalhar em dois um para cada lado. Então primeiramente era isso e se derrubava o pinheiro, você traçava o Pinheiro, traçar o Pinheiro quer dizer fazer as toras, as toras normalmente eram de 5 e 60 de comprimento para deixar a tábua depois de 5:40 ou de 18 pés como o mercado falava, cada pé é 30 cm. E depois veio a serra, chamada de serra agora. A serra então tinha um formato de dente totalmente diferente, né? Um pouquinho mais complicado para ser afiar, era maior de comprimento, de tamanho, e com ela nós podia derrubar pinheiro que não era possível derrubar com o serrote pequeno, e a gente descascava o pinheiro a machado, não tinha máquina pra descascar o pinheiro, a máquina era o machado mesmo, e depois então, estava tentando lembrar aqui o ano, me parece que em 77 por aí, 78? Veio a primeira motosserra. Que veio de Porto Alegre. Até fazendo um parênteses aqui, a região Oeste Catarinense, tinha duas capitais. Uma era Porto Alegre e a outra era Curitiba. Tudo que vinha para cá era de Porto Alegre ou de Curitiba. Florianópolis nós não tinha.<sup>16</sup>

No depoimento do entrevistado podemos destacar a importância da introdução do motosserra para o período, que os madeireiros segundo o entrevistado acabavam indo para Porto Alegre fazer curso e buscar as novas invenções. Na Figura 19, podemos observar que pessoas da época tinham orgulho de cortar as árvores grandes, o que é indicado pelo fato de, muitas vezes, a família inteira reunir-se para tirar as fotos, para recordar o feito do período.

---

<sup>16</sup> Depoimento de Antônio Abílio Mantovani.

Figura 19 – Corte de árvore na propriedade da família Mantovani



Fonte: Acervo de Abílio Mantovani.

A História Ambiental examina como as culturas percebem e interagem com a natureza, como visto na exploração madeireira que transformou espécies nativas em produtos industriais, impactando o ecossistema. Segundo Worster (1991), a História Ambiental busca compreender como sociedades avaliam e interagem com o meio ambiente, exemplificado pela exploração madeireira que converteu árvores em objetos de consumo.

A exploração madeireira resultou em perda de habitats naturais e precarização do trabalho, beneficiando apenas uma elite econômica. Enquanto a fauna perdia seus habitats, trabalhadores enfrentavam exploração laboral, recebendo salários mínimos. A dinâmica econômica da exploração madeireira evidenciou desigualdade social e degradação ambiental. A exploração florestal intensiva na região resultou em significativa exportação de produtos, com consequências ambientais negativas. O modelo de desenvolvimento baseado na exploração florestal gerou reconhecimento econômico, mas comprometeu a sustentabilidade ambiental (Carlin, 2019).

A transição pós-exploração madeireira caracterizou-se pela implementação de culturas agrícolas diversificadas e atividades pecuárias. O setor agrícola assumiu protagonismo na região, com destaque para grãos como soja e milho, após o declínio da indústria madeireira, e manteve-se a atividade pecuária e a exploração da erva-mate na região. A intervenção antrópica intensificada nas décadas anteriores levou ao declínio das serrarias e à substituição

da cobertura vegetal nativa por atividades agrícolas e pecuárias. O declínio das serrarias na década de 1980 marcou uma transição ecológica e econômica na região, com a introdução de espécies exóticas como o *Pinus sp* (Carlin, 2019).

A Floresta Ombrófila Mista, aos poucos, foi substituída por campos, lavouras e plantações de espécies utilizadas para madeiras e celuloses. Em consequência, vários fatores econômicos, sociais e ambientais foram surgindo. Os primeiros a sentirem o efeito dessas mudanças foram a vida animal, que aos poucos sofre com a perda de seu habitat. Entender que a interferência humana pode ocasionar consequências graves no espaço natural é primordial a todo pesquisador, olhar para o passado com uma visão crítica e poder modificar suas interferências no presente, assumindo as responsabilidades dos seus atos perante a natureza.

A História Ambiental contribui para uma compreensão interdisciplinar da relação homem-natureza e sua influência nos ecossistemas. Essa abordagem histórica permite analisar a complexidade da relação sociedade-meio ambiente e suas implicações ecológicas. A historiografia ambiental deve evitar a projeção de conceitos ecológicos modernos sobre o passado, garantindo uma abordagem contextualizada. A análise histórica crítica requer considerar a historicidade dos conceitos ecológicos e sustentáveis, evitando anacronismos interpretativos (Carlin, 2019).

A pesquisa sobre desmatamento revela uma dinâmica complexa entre fatores socioeconômicos, culturais e ecológicos. A abordagem ecossistêmica da história do desmatamento considera as interações entre instituições humanas e o meio ambiente. A diversidade cultural se reflete nas formas de interação com o ambiente, gerando consequências significativas para comunidades humanas e ecossistemas. As escolhas ambientais de diferentes povos têm implicações sociais, culturais e ecológicas, afetando tanto a comunidade quanto o meio ambiente. A colonização no oeste de Santa Catarina provocou mudanças significativas na paisagem, com a substituição de florestas por atividades agrícolas e pecuárias. A introdução de novos grupos humanos na região resultou em uma transformação gradual da paisagem, com a perda de biodiversidade e a fragmentação de ecossistemas. Ao explorar as relações entre humanos e natureza, damos protagonismo às entidades não humanas, antes marginalizadas na historiografia (Nodari, 2010).

Apesar de tentativas de introdução, várias espécies não se adaptaram aos ambientes criados pelo homem. Algumas espécies adaptadas foram posteriormente consideradas pragas, gerando esforços contínuos de controle. A introdução de espécies invasoras e de práticas de monocultivo florestal induzem alterações nos ecossistemas, incluindo perda de diversidade

genética, alteração de processos ecológicos e aumento da vulnerabilidade a doenças e pragas. As atividades antropogênicas, como a agricultura intensiva e a silvicultura, geraram impactos ambientais negativos (Moretto, 2010). Embora algumas espécies sejam resilientes, muitas não conseguem tolerar as alterações ambientais aceleradas. A maioria das espécies apresenta limitações na adaptação às pressões antrópicas globais.

O *Pinus ssp* é classificado como espécie exótica invasora devido à sua capacidade de crescimento rápido, reprodução abundante e disseminação eficaz. A espécie *Pinus ssp* é considerada contaminante por sua capacidade de superar espécies nativas. A introdução de *Pinus ssp* afeta negativamente ecossistemas, impedindo a regeneração natural da floresta nativa, causando erosão, perda de nutrientes e assoreamento. Ela gera impactos ambientais significativos, incluindo perda de biodiversidade, alteração dos ciclos hidrológicos e degradação do solo. Segundo Moretto (2010), embora prejudicial ao meio ambiente, o uso do *Pinus ssp* para reflorestamento foi incentivado pelo Código Florestal de 1965 em várias regiões catarinenses. A introdução dessa espécie foi justificada por seu rápido crescimento e rentabilidade econômica.

A necessidade de reflorestar para atender à demanda por materiais derivados da madeira é compreensível, mas a prática atual extrapolou os limites da necessidade e se tornou uma ameaça ao meio ambiente, devido à busca por lucros. A legislação atual, focada no setor econômico, não prioriza a conservação dos ecossistemas naturais, permitindo que a prática de reflorestamento se torne predatória e coloque o mundo natural em risco.

A introdução do pinus na região foi inicialmente paulatina, com os pequenos agricultores conforme afirma o entrevistado, não possuíam conhecimento específico para o plantio, desde a aquisição das mudas e do cultivo até o acompanhamento do desenvolvimento para garantir uma rentabilidade. Aos poucos, foi ampliando e passando a ser umas das principais fontes de renda da região. Apesar de ser uma cultura exótica, que não é benéfica para a biodiversidade, o pinus passou a ser umas das culturas mais importantes nos municípios pesquisados, proporcionando um rendimento econômico para os produtores e para os madeireiros.

Mas a maioria do pessoal aqui plantou bastante... Assim, foi na década de 70. Não, não era nos morros. Cada um plantava uma manchinha para experimentar. Começou assim. E daí foi indo e foi. Nem esses grandes madeireiros foram plantando mais, né? Porque eles tinham um conhecimento maior também, porque daí vem a história da tecnologia, né? Aí nós plantávamos, mas o nosso pino não rendia, não dava a mesma coisa. De quem tinha tecnologia, com 10 anos ele era louco de grande, né?

O nosso era pequenininho, cheio de galhas, porque nós não sabíamos desgaiar, não sabíamos ralhar.<sup>17</sup>

Segundo Moretto (2010), embora o reflorestamento com espécies nativas possa restaurar parte da biodiversidade de uma floresta tropical, a composição original da flora e fauna não pode ser completamente recuperada. A restauração de áreas degradadas ou desmatadas pode levar décadas, e mesmo com o replantio de variadas espécies florísticas, a floresta resultante terá uma composição diferente da original.

Em 1980, em Ponte Serrada, no censo existiam 52 pessoas que relataram fazer plantações de silvicultura com araucária, resultando em 289 mil árvores plantadas. Além disso, o efetivo das plantações já existentes, em 31 de dezembro de 1980, era de 1.260.000. Com incentivos fiscais, existiam 23 informantes e foram plantadas 134 mil mudas, totalizando, em 31 de dezembro de 1980, 555 mil araucárias plantadas com incentivo fiscal. Já em relação à plantação de pinus, em 1980, vinte e quatro estabelecimentos informaram que plantaram 377 mil mudas, e o total, em 31 de dezembro de 1980, era de 7.316.000 milhões. Com incentivos fiscais, oito informantes relataram haver 305 mil plantadas, com o total de 552.000 milhões de árvores que já existiam em 31 de dezembro de 1980. Esses dados nos mostram que na década de 1980, nessa região de Ponte Serrada e Passos Maia, a plantação de pinus era superior à de araucária, confirmando que o reflorestamento dessa região foi implementado com o uso de espécies exóticas para substituir as matas nativas. Com isso, tinha continuidade a atividade econômica de extração de madeira, mas não havia uma busca por alternativas para manutenção do ecossistema nativo.<sup>18</sup>

Neste capítulo foi analisado como se deu o processo de criação e construção das serrarias em Ponte Serrada e Passos Maia - SC. Muitas madeireiras se instalaram nessa região, e através dos depoimentos podemos analisar a importância econômica e social que as mesmas tiveram para os municípios. Por outro lado, observa-se que não tiveram preocupações com as mudanças e consequências no ecossistema. Também buscou-se reflorestar as áreas degradadas com espécies exóticas, com o objetivo econômico, e não para preservar a biodiversidade das florestas.

---

<sup>17</sup> Depoimento de Antônio Abílio Mantovani.

<sup>18</sup> IBGE, **Censo agropecuário de 1980 de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.

## 4 PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS

### 4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS

O processo de criação dos Parques Nacionais teve como marco histórico o Parque Nacional Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos da América (EUA), com ações de limitações das áreas protegidas. Isso ocorreu pelo movimento de pensadores e ativistas estadunidenses que produziram trabalhos e debates sobre ambientes selvagens, estimulando um clima intelectual favorável à criação do parque. O modelo de parque nacional concebido para a área de Yellowstone foi replicado em diversos outros países (Franco; Schittini; Braz, 2015).

Nesse sentido, desde o século XIX, tiveram duas motivações e dois grupos nos EUA voltados para a preservação e pela defesa da importância da natureza, com estratégias diferentes de proteção à natureza. O primeiro foi majoritariamente motivado pelos valores românticos, pela contemplação estética da natureza, pela veneração das paisagens selvagens e pela sua importância cultural e inspiradora. Eles eram considerados, no final do século XIX e início do século XX, nos EUA, como “preservacionistas”. Defendiam a proteção da natureza pela constituição de áreas onde não fosse autorizado nenhum uso humano diferente da simples visita temporária (Franco; Schittini; Braz, 2015).

No Brasil, de forma diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e em alguns países europeus nos séculos XVIII e XIX, os quais estavam associados ao romantismo, setores dos intelectuais brasileiros seguiram uma linha de pensamento com uma preocupação mais racional sobre o uso dos recursos naturais. Influenciados pelos os parques de Yellowstone e Yosemite, e pelas ideias do Iluminismo, elaboraram uma crítica à destruição do patrimônio natural brasileiro, com intuito político e instrumental para o progresso, sem ter interesse pelo valor estético ou inerente à natureza. Muitos dos intelectuais desse período defendiam a substituição do modelo de produção baseado na monocultura, no trabalho escravo e no latifúndio por um modelo de economia que fosse prudente e pautasse o uso racional dos recursos naturais, com uma agricultura moderna, usando tecnologias e insumos agrícolas (Franco; Schittini; Braz, 2015).

No Brasil, em 1876, quatro anos após a criação de Yellowstone nos EUA, André Rebouças (1838-1898), intelectual desse momento histórico, propôs a criação dos parques em Sete Quedas, Guaíra - PR e na Ilha do Bananal, Tocantins. Foi um exemplo de defesa do meio

ambiente nesse período, porém, a justificativa usada foi o potencial de desenvolvimento do turismo, com intuito econômico, e não com a preocupação ambiental do processo (Franco; Schittini; Braz, 2015).

Embora os primeiros críticos ambientalistas no Brasil tivessem uma linha mais utilitarista, ou seja, com uma influência mais objetiva e econômica, houve alguns avanços ambientais, como a recuperação e proteção da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. Isso aconteceu devido à necessidade de proteção e recuperação da cobertura florestal das serras da Carioca e da Tijuca, que foi destruída pela produção de carvão e plantio de café nessa região (Franco; Schittini; Braz, 2015). O objetivo da recuperação era proteger as nascentes de água, que abasteciam os municípios da região. Com isso, foram plantadas milhares de mudas e proibido o desmatamento nesse território. De acordo com autores Franco, Schittini e Braz (2015), pode-se considerar que a Floresta da Tijuca foi o primeiro caso de criação e manejo de uma área protegida no Brasil. Apenas em 1961 a área foi oficialmente transformada no Parque Nacional da Tijuca.

O conceito de ecossistema, que, segundo Donald Worster (1998), foi criado por Arthur Tansley (1871-1955) em 1935, teve destaque na década de 1950. As descobertas e criação de novos conceitos nas ciências naturais, como ecologia e ecossistemas, despertaram novas formas de ver e se relacionar com a natureza. Com isso, tiveram algumas estratégias e propostas para preservá-la. Nesse sentido, os estudos nesse período se concentram nos processos ecológicos que formam os ecossistemas, e não mais somente em uma espécie ou recurso natural.

O Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, no estado do Rio de Janeiro, é considerado a primeira Área Protegida do Brasil. Embora debates e mobilizações pela proteção de áreas naturais já ocorressem desde os períodos colonial e imperial, foi apenas nesse ano que ações concretas foram implementadas (Medeiros, 2006). A criação do parque visava preservar a região em seu estado natural, atendendo a objetivos científicos e turísticos. Segundo Medeiros (2006, p. 50), o objetivo era manter a área “perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo”, além de torná-la um “centro de atração para viajantes, nacionais e estrangeiros”.

Embora as preocupações com a preservação tenham propiciado inúmeras discussões, essas estavam muito interligadas aos pensamentos e atitudes trazidos de fora do Brasil, que não consideravam as particularidades existentes em nosso território, principalmente relacionadas às populações tradicionais e seus conhecimentos, sendo excluídas tanto das moradias quanto da exploração sustentável. No início do século XX, houve um crescimento

da luta e da busca de uma política para conter a devastação, traçando um planejamento da defesa do patrimônio natural brasileiro (De Aguiar et al., 2013).

Durante o governo militar (1964-1985) houve a permissão de exploração de grandes áreas, com a justificativa desenvolvimentista. A destruição se intensificou, proporcionando grandes prejuízos à fauna e à flora, principalmente na floresta amazônica, conforme observamos na citação abaixo:

Como exemplo tem-se a Floresta Amazônica, representando significativas perdas de espécies da fauna e da flora nativa, objetivando aumentar as áreas de pastagens para a pecuária extensiva e expansão das áreas agrícolas. Contudo, os maiores beneficiários dessa exploração da natureza e do crescimento econômico daí advindo não foram os elementos menos favorecidos da população, e sim as grandes multinacionais inseridas no território nacional e a elite nacional (De Aguiar et al., 2013, p. 205).

O distanciamento entre a sociedade e a natureza intensificou-se principalmente durante a Revolução Industrial. Nesse contexto, a lógica capitalista, que cria necessidades de consumo e produção, impulsionou a exploração exacerbada dos recursos naturais. O avanço tecnológico, que conferiu ao homem uma sensação de controle sobre a natureza, contribuiu significativamente para esse aumento produtivo. Como consequência, a natureza passou a ser percebida como uma entidade externa à sociedade, reduzida a um mero recurso para fins produtivos (Lucas, 2015).

Com o passar do tempo, evidenciou-se que o andamento da exploração dos recursos naturais sobrepunha significativamente a capacidade de regeneração e reprodução da natureza. Isso gerou consequências graves, incluindo escassez de recursos para a produção industrial, redução da biodiversidade e perda de solos cultiváveis. Diante desses problemas, surgiu a necessidade de implementar medidas redutoras de danos, levando à consciência da importância de preservar áreas naturais inalteradas pelo homem. Assim, emergiu a ideia de proteger essas áreas contra a interferência humana (Lucas, 2015).

Segundo o relatório da ONU (2015), às Áreas Protegidas desempenham um papel fundamental na conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um dos objetivos, o 14º, consiste em conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos. Outro ODS é o 15º, que busca proteger e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, combater a desertificação, degradação da terra e perda da biodiversidade.

Localmente, as Áreas Protegidas promovem integração entre sociedade e meio ambiente, oferecem espaços para lazer, reflexão e relaxamento, fomentam educação ambiental, incentivam atividades físicas e conservam biodiversidade.

O conceito de Parque Nacional, baseado em exclusão humana com objetivos somente científicos, bióticos, abióticos e estéticos, gerou conflitos entre comunidades locais, gestores, políticos e ambientalistas, destacando a tensão entre conservação e desenvolvimento. Esses conflitos surgiram devido à incompatibilidade entre a conservação da natureza e as necessidades e práticas das populações locais (Medeiros, 2006).

Estudos sobre a percepção ambiental da população residente nas proximidades de Áreas Protegidas são fundamentais para identificar estratégias eficazes que promovam uma visão positiva dessas localidades. Essas áreas oferecem oportunidades ímpares para interação entre os grupos locais e o meio ambiente, favorecendo o desenvolvimento de emoções, afetividade e uma autoimagem vinculada à natureza. Conseqüentemente, esses sentimentos podem catalisar o engajamento em práticas ambientalistas, especialmente quando complementados por iniciativas de Educação Ambiental. Neste sentido, as atividades de Educação e Percepção Ambiental são especialmente relevantes em Parques Nacionais da Mata Atlântica, considerando que este bioma é um dos mais ameaçados do Brasil e abriga cerca de 70% da população nacional (Lucas, 2017).

Nos anos 1980, o Brasil passou por uma evolução no embate pelas lutas ambientais. Em meio à redemocratização do país, surgiram inúmeras mudanças nas organizações dos diferentes segmentos da sociedade, e essas transformações contribuíram para pressionar as resistências sociais e ambientais. As lutas e os objetivos se intensificaram cada vez mais, assim como a clareza que a união dos diferentes povos e as diversidades de ideias precisam se unificar para garantir os objetivos. As diferentes ideias precisam ganhar força para garantir a resistência na preservação da natureza. Nesse contexto, reuniram-se diversos segmentos sociais, indígenas, povos rurais, movimentos ambientalistas, a fim de buscar soluções para evitar as destruições das florestas e manter áreas de proteção (Franco; Schittini; Braz, 2015).

Desde os anos 1990, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) adotou o planejamento participativo como estratégia fundamental. Atualmente, essa abordagem é considerada essencial (IBAMA, 2002). A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em 2000, reforçou a importância da participação social. O artigo 5º do SNUC e suas diretrizes destacam a necessidade de envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação, como podemos ver a seguir:

II. Assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação. III. Assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão de unidades de conservação (Brasil, 2000).

Os embates ocorridos contribuíram significativamente para um processo de mudança nos conceitos de preservação, impulsionando um avanço na participação popular, especialmente dos moradores das florestas. Isso permitiu a consolidação das reservas e o desenvolvimento do extrativismo sustentável (De Aguiar *et al.*, 2013).

Os seres humanos fizeram grandes modificações na natureza, principalmente no último século, o que resultou em grandes preocupações, em especial no que se refere às ameaças de extinção das espécies fauna e da flora. Para conter as grandes destruições, foram criadas as áreas de proteção. A efetivação dessas áreas depende de vários fatores e esses são motivados pela pressão exercida principalmente pelo setor econômico de cada região. A conscientização sobre a necessidade das áreas de preservação permite que as pessoas compreendam a importância e a urgência de sua efetivação de fato.

Outro fator importante foi como garantir a manutenção dessas áreas com fiscalização e ampla elucidação para que os moradores próximos saibam conviver com essa nova realidade, não permitindo interferências. A sua concretização torna-se mais tranquila quando a população é ouvida e envolvida nos debates sobre saídas para possíveis problemas.

As reservas biológicas e as estações ecológicas apresentam vulnerabilidade média para a maioria das unidades. A facilidade de acesso à área da unidade e a dificuldade de contratação de novos servidores são os parâmetros que mais afetam essas categorias (Marques, 2015, p. 17).

Manter o diálogo com a sociedade auxilia a fiscalizar e executar a preservação e ampliação das áreas protegidas. Aos poucos, vamos percebendo os benefícios ambientais que esses locais proporcionam pela humanidade e inclusive para os moradores da região.

O século XX foi marcado por grandes desmatamentos e interferências dos seres humanos na fauna e na flora, principalmente nos países subdesenvolvidos americanos e africanos. Essas intervenções ocorreram em grande intensidade, causando preocupações com as consequências das mudanças ocorridas em virtude da vasta destruição. Nos anos 80, intensificam-se os debates por parte de muitos defensores do meio ambiente. O desenfreado uso dos recursos naturais modificou e interferiu na vida de muitos povos, principalmente os nativos que sobrevivem exclusivamente da harmonia com a natureza. O avanço dos países desenvolvidos e a introdução da modernidade nos países periféricos ocasionou uma intensa destruição dos recursos naturais, fazendo com que muitas organizações alertassem para as

ameaças que vinham sofrendo os povos indígenas e, conseqüentemente, as florestas (Franco; Schittini; Braz, 2015).

A partir da década de 1970, as áreas protegidas ganharam destaque por seu potencial em promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental. A proteção ambiental passou a ser associada ao desenvolvimento humano, ampliando a visibilidade dos impactos sociais das áreas protegidas (Franco; Schittini; Braz, 2015).

No Brasil, após a redemocratização e na luta pela redemocratização, surgiram vários grupos com a preocupação de defender os direitos humanos e a natureza. Um dos marcos desse movimento foi a Aliança dos Povos da Floresta, que defendia o modo de vida das populações tradicionais amazônicas, cuja sobrevivência dependia da conservação das florestas (Franco; Schittini; Braz, 2015).

Os movimentos iniciados nesse período se intensificaram e várias organizações sociais surgiram, ocorrendo diversos embates sociais, econômicos e ambientais. As organizações ambientalistas foram aumentando a busca pelo crescimento sustentável. No decorrer desses conflitos, manifestaram-se as influências na criação das áreas protegidas atualmente.

Na década de 1980, houve um significativo avanço nos conhecimentos biológicos sobre processos ecológicos, o que mudou a forma como entendemos e preservamos a natureza. Esse período marcou o surgimento do conceito de “biodiversidade”, que se tornou amplamente reconhecido e utilizado para descrever a diversidade biológica em três níveis: diversidade genética, diversidade de espécies e diversidade de ecossistemas. Essa nova perspectiva influenciou as estratégias de conservação e preservação da natureza (Franco; Schittini; Braz, 2015).

Em 1992, ocorreu uma intensificação dos movimentos ambientais, entre os quais a conferência de Caracas e a ECO 92. Nesse momento, os olhos do mundo voltam-se para as questões ambientais, o respeito às populações tradicionais e aos povos indígenas, juntamente com o manejo da biodiversidade (Franco; Schittini; Braz, 2015).

A Lei Federal nº 9.985, de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabeleceu parâmetros para a criação, gestão e uso sustentável de Reservas Extrativistas. Os debates e discussões sobre a importância da preservação evoluíram com o passar dos anos. Em 2000, na assembleia geral da ONU, houve ampliação de acordos nas questões ambientais, passando como prioridade. Em 2003 na África do Sul, a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) reforçou a necessidade de observar com prioridade as questões ambientais e humanas, garantindo as unidades de preservação e a criação de parques. As preocupações com o ecossistema se evidenciam ampliando as

discussões sobre a necessidade de tentar minimizar os efeitos das ações humanas frente às mudanças ocorridas na natureza (De Aguiar *et al.*, 2013).

No início deste milênio, as demandas pela proteção ambiental se fortalecem, as mais diversas nações se envolvem nas argumentações sobre a importância da proteção, principalmente das espécies ameaçadas. O Brasil assumiu o compromisso de observar e garantir as áreas protegidas onde instituiu o Plano Estratégico Nacional de áreas protegidas (Franco; Schittini; Braz, 2015).

As diferentes perspectivas sobre o valor da natureza podem ser classificadas em Abordagem Biocêntrica ou Antropocêntrica. A primeira defende a diversidade da vida, reconhecendo também os benefícios estéticos, científicos, lúdicos e ecossistêmicos para o homem. Essa visão é característica dos preservacionistas e conservacionistas brasileiros. A segunda concepção prioriza o uso racional dos recursos naturais para o benefício humano, considerando as necessidades das populações locais e tradicionais. Esse entendimento é representado pelos socioambientalistas, que buscam equilibrar desenvolvimento econômico, bem-estar social e proteção ambiental (Franco; Schittini; Braz, 2015).

## 4.2 HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS

O Parque Nacional das Araucárias (PNA) foi criado pelo decreto federal s/nº de 19 de outubro de 2005, o mesmo decreto foi republicado em 28 de outubro de 2005 por ter saído com incorreção no DOU de 20 de outubro de 2005, sendo uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral (Plano de Manejo, 2010, p 2). Esse parque tem como referência o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que foi criado segundo a lei 9.985, de 18 de julho de 2000, tendo a área de 12.841 hectares (Plano de Manejo, 2010).

O processo de criação desta Unidade de Conservação, segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional das Araucárias, envolveu um conjunto de instituições federais como MMA e IBAMA, órgãos públicos estaduais e municipais, universidades e organizações da sociedade civil. O objetivo da criação desse parque foi a conservação de fragmentos remanescentes da Floresta com Araucárias e dos campos de altitude, tipologias de vegetação da Mata Atlântica extremamente ameaçadas pela ação antrópica e, ao mesmo tempo, sub-representadas no SNUC (Plano de Manejo, 2010, p. 2).

Essa Unidade de Conservação está localizada no Bioma Mata Atlântica, em específico, na fitofisionomia chamada de Floresta Ombrófila Mista. Segundo a Constituição Federal de 1988, são considerados patrimônios nacionais a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. O uso dos recursos naturais só pode ser feito dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente (Brasil, 1988).

O PNA está localizado na região oeste do estado de Santa Catarina e abrange áreas dos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia. De acordo com seu decreto, foi criado com o objetivo de

Preservar os ambientes naturais ali existentes com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico (Brasil, 2005).

O parque tem como objetivo preservar os remanescentes da FOM. Desse modo, oportuniza a realização de pesquisas e de atividades de educação ambiental nesse território. Na Figura 20, podemos perceber a dimensão territorial do parque, com uma área de 12.841 hectares, que abrange dois municípios.

Figura 20 – Mapa dos limites do Parque Nacional das Araucárias



Fonte: Arquivo do ICMBio.

A Floresta com Araucárias é caracterizada pela presença predominante do pinheiro Brasileiro (*Araucaria angustifolia*), também conhecido como Pinheiro do Paraná, o qual é uma árvore de tronco cilíndrico e reto, cujas copas dão um destaque especial à paisagem. A araucária chega a viver até 700 anos, alcançando o diâmetro de dois metros e altura de até 50 metros.

As unidades de conservação ambiental foram constituídas para garantir a preservação de espécies e espaços ecológicos e em extinção. Entre as unidades criadas com esse propósito, encontra-se o Parque Nacional das Araucárias, nos Municípios de Passos Maia e Ponte Serrada.

De acordo com o SNUC, para conservação da biodiversidade se faz necessária a implementação e adequação das unidades de conservação, com um plano de manejo (PM) e conselho consultivo, com o objetivo de propiciar a integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (Brasil, 2002).

Tendo em vista que as UCs, necessitam da elaboração de um plano de manejo, a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi) propôs aos Projetos Demonstrativos (PDA) Mata Atlântica, em 2006, o projeto de elaboração dos PM do Parque Nacional das Araucárias e da Estação Ecológica da Mata Preta e a formação dos conselhos consultivos nas comunidades. O mesmo foi aprovado na “chamada 3” do PDA Mata Atlântica, com início em julho de 2007 e término em fevereiro de 2010, tendo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) como responsável pela execução do projeto, com inúmeras parcerias de outras instituições, como podemos ver na publicação abaixo:

Tal projeto obteve aprovação na “chamada 03” do PDA Mata Atlântica e teve início em julho de 2007 e término em fevereiro de 2010. Foi executado com anuência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e em parceria com a The Nature Conservancy (TNC), e colaboração do Grupo Condor, Departamento de Botânica do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Câmara de Vereadores de Ponte Serrada, Câmara de Vereadores de Abelardo Luz, Adami S.A Madeiras, Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena), Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) Campus Xanxerê e Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó) (Plano de manejo, 2010, p. 3).

A construção do plano de manejo do Parque Nacional das Araucárias ocorreu em diversas etapas, como visitas de identificação da área, com objetivo de reconhecer o local da UC e coletar as informações para os diagnósticos bióticos e abióticos. Nessa fase, houve reuniões com as prefeituras locais, visitas a alguns moradores localizados na Zona de Amortecimento e a proprietários de terras inseridas na UC (Plano de Manejo, 2010).

No processo de elaboração do plano de manejo, diversos pesquisadores realizaram estudos sobre a fauna, flora, potencial turístico, socioeconômico, uso público e abiótico (clima, hidrografia, geomorfologia e geologia da área da UC). Após esses estudos, foram apresentadas as espécies da fauna e da flora que estão mais ameaçadas de extinção e as estratégias para conservação. Também se discutiu sobre as áreas que possuem características necessárias à pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo e recuperação, sendo este levantamento preliminar construído com base nas pesquisas desenvolvidas.

Foram realizadas inúmeras reuniões no processo de criação da UC e construção do plano de manejo, como reuniões de estruturação do planejamento das atividades e reuniões técnicas que contaram com representantes da Apremavi – que nesse período inicial eram responsáveis pela coordenação e elaboração do PM – e do ICMBio, incluindo o chefe da UC e a coordenadora do setor de Planos Manejo. Durante as reuniões, estabeleceram-se as diretrizes estratégicas para o planejamento da UC e confirmou-se a viabilidade técnica das ações planejadas (Plano de manejo, 2010).

Nesse sentido, o Oeste do Estado de Santa Catarina sofreu perdas significativas da Floresta Ombrófila Mista, apesar das legislações existentes. Diante disso, diversas iniciativas foram implementadas pela sociedade civil e pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, para conservar os remanescentes da floresta uma dessas medidas adotada foi à criação do Parque Nacional das Araucárias, nos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia – SC e Estação Ecológica da Mata Preta, no município de Abelardo Luz – SC (Nodari, 2011).

Em 1968, a UNESCO sediou, em Paris, a Conferência sobre a Biosfera, que originou o Programa Homem e Biosfera (MaB). Este programa foi desenvolvido em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a União Internacional para a Conservação da Natureza e agências internacionais de desenvolvimento. Em 1971, foi lançado o programa, cujo objetivo principal é fomentar a execução de iniciativas que promovam uma relação equilibrada entre a população humana e o meio ambiente, por meio da educação, da prática e dos valores humanos.

O Brasil integrou-se ao Programa Homem e Biosfera em 1974, estabelecendo, por meio do Decreto 74.685, a Comissão Brasileira do Programa. Posteriormente, em 1999, através de decreto federal, a comissão foi reestruturada e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, assumindo a responsabilidade pela execução do programa no país, incluindo a criação e apoio às Reservas da Biosfera e a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera. As Reservas da Biosfera são estratégias-chave para promover práticas de conservação da

biodiversidade e desenvolvimento sustentável. São áreas específicas de ecossistemas terrestres ou costeiros que contam com planos de gestão e manejo sustentáveis.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) recebeu o reconhecimento da UNESCO em 2002, pelo objetivo de promover uma relação harmoniosa entre as sociedades humanas e o ambiente na região da Mata Atlântica (Campanilli; Prochnow, 2006). Como primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera no Brasil, a RBMA abrange aproximadamente 35 milhões de hectares, correspondendo a 30% do bioma e espalhando-se por 15 estados brasileiros. É considerada a maior reserva de biosfera em área florestada do mundo. Segundo Campanilli e Prochnow (2006) relatam, 700 UCs da Mata Atlântica fazem parte dessa zona, incluindo o Parque Nacional das Araucárias. O Brasil possui sete Reservas da Biosfera: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço.

A Reserva da Biosfera é um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (Brasil, 2002).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) é dividida em três zonas principais: Zonas Núcleo, de Amortecimento e de Transição. As primeiras são áreas de proteção integral, com alto valor ambiental, que englobam as UCs de Proteção Integral Federais, Estaduais ou Municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) oficializadas. As Zonas de Amortecimento compreendem o entorno das zonas núcleo, que conectam outras zonas núcleo e ajudam a preservar a biodiversidade, como as UCs de uso sustentável, as áreas de amortecimento das UCs, as áreas naturais tombadas, os corredores ecológicos entre UCs e áreas de mananciais oficiais que não se enquadrarem como zona núcleo. A última categoria, Zonas de Transição, abrange espaços de interação entre a reserva e o entorno que são destinadas principalmente ao monitoramento e educação ambiental, incluindo áreas urbanas, agrícolas e industriais de uso e ocupações intensas (Campanilli; Prochnow, 2006).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) tem como objetivos principais: conservar a biodiversidade, valorizar a diversidade sociocultural, promover desenvolvimento econômico sustentável, apoiar projetos demonstrativos, educação ambiental e pesquisa científica (Campanilli; Prochnow, 2006).

É indiscutível a importância da proteção da biodiversidade. No entanto, para que isso aconteça, é necessário a conscientização e determinação das áreas que devem ser protegidas

para garantir a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção. “Corredores Ecológico são áreas que unem os remanescentes florestais possibilitando o livre trânsito de animais e a dispersão de sementes das espécies vegetais. Isso permite o fluxo gênico entre espécies da fauna e Flora e a conservação da biodiversidade” (Schaffer; Prochnow, 2002, p. 28).

Nas últimas décadas, a devastação das florestas foi intensa, causando preocupações entre os órgãos nacionais e internacionais ligados ao meio ambiente. Para minimizar essa degradação e evitar a extinção de várias espécies, vêm sendo promovidos vários projetos, como as Unidades de Conservação. “O PNA está inserido no âmbito deste projeto, uma vez que sua área está localizada entre os municípios de Passos Maia e Ponte Serrada. Além destes, também fazem parte do projeto os municípios de São Domingos, Abelardo Luz e Água Doce” (Plano de manejo, 2010, p. 29).

Em dados divulgados pela SOS Mata Atlântica (INPE, 2001), a FOM foi a tipologia florestal que sofreu a maior pressão nos últimos cinco anos, destacando os municípios de Abelardo Luz e Ponte Serrada entre os que lideram o processo de desmatamento no Estado (APREMAVI, 2009).

Segundo Nodari, Carvalho e Moretto (2009), nesses anos que antecederam a implementação do PNA e da Estação Ecológica da Mata Preta, em Abelardo Luz - SC, os municípios de Ponte Serrada e Abelardo Luz estiveram na liderança no Estado de Santa Catarina de desmatamento. Os autores argumentam que entre as principais causas do processo de desmatamento nesta região estão os assentamentos rurais que foram implementados em área de floresta, sem a preocupação dos órgãos competentes como o Incra; a exploração madeireira insustentável – embora o IBAMA tenha incluído a araucária na lista de espécies ameaçadas em 1992, os planos de manejo autorizados permitiram sua exploração madeireira insustentável, comprometendo a sobrevivência da espécie –; e a expansão das monoculturas de árvores exóticas, cujo crescimento descontrolado das plantações em Santa Catarina está causando o isolamento de fragmentos de florestas nativas, prejudicando a recuperação da FOM em áreas desmatadas.

Segundo Medeiros, Gonçalves, Prochnow e Schäffer (2004), em 14 de novembro, um grupo de trabalho realizou um sobrevoo que revelou exploração madeireira irregular em áreas de Passos Maia e Ponte Serrada. Uma inspeção terrestre subsequente confirmou a atividade ilegal, identificando a Indústrias de Madeira Tozzo S/A com dezenas de araucárias derrubadas, aglomeradas e prontas para transporte para a serraria.

Figura 21 – Foto aérea da Indústria de madeira Tozzo S/A, Ponte Serrada, 2002



Fonte: Medeiros; Gonçalves; Prochnow; Schäffer, 2004, p. 32.

Num primeiro momento, foram realizados estudos e, em seguida, iniciou-se um processo de reconhecimento das áreas para a sua efetivação. Esses estudos verificaram a importância da preservação, mas, por outro lado, ignoraram a discussão e participação dos públicos envolvidos. Isso gerou uma série de especulações de opinião, além de muitas discussões e desinformação a respeito. “As contrainformações a respeito dos objetivos, limites e categorias das UCs disseminaram-se entre a população local e geraram uma grande aversão à criação das UCs” (Moura, 2008, p. 22).

O temor a respeito da criação do parque foi intenso, sendo que muitas pessoas que não tinham nenhuma relação com a área estavam amedrontadas. A movimentação contrária ocorreu na tentativa de impedir a sua efetivação, inclusive com a desmobilização das consultas públicas. A palavra “Parque” causou uma agitação nos moradores da região, pois o exemplo de parque existente era de lazer e caça, sendo propagado que iria introduzir espécies exóticas para esse fim, levou à preocupação de que iria atingir as propriedades vizinhas. Outros boatos, especularam que os moradores seriam desapropriados e deveriam deixar suas propriedades. Contudo, uma grande parcela dos moradores percebia a importância da criação desta área para a conservação ambiental e para as futuras gerações, apesar de não possuírem mais informações sobre os objetivos da UC (Plano de manejo, 2010, p. 61).

Apesar de todas as divergências e confrontos, as audiências ocorreram, os esclarecimentos foram realizados e no debate central foi analisado se o parque seria público

ou privado. No primeiro momento, foi decidido que seria privado. No decorrer do debate, aos poucos a população foi entendendo o objetivo do parque, aderindo a ideia e o defendendo.

Além do parque, é relevante que os municípios como um todo entendam a importância da preservação, não somente na área do Parque, mas também em seu entorno, nas margens dos rios e na recuperação da preservação da vegetação em todas as propriedades. É necessário que a conscientização esteja relacionada com alternativas econômicas, sociais e ambientais. No entanto, além do trabalho de educação ambiental, as famílias precisam ter acesso a novas alternativas de produção e renda (Plano de manejo, 2010, p. 63).

Os debates sobre as possibilidades de renda foram realizados e, nesse sentido, foram apresentadas várias propostas, muitas das quais foram efetuadas. A preocupação era produzir e buscar alternativas econômicas a fim de assegurar que as famílias obtivessem renda sem a necessidade de devastar as áreas de vegetação, contribuindo para a preservação. No município de Passos Maia, foram elencadas várias opções, principalmente nas áreas de assentamentos.

A criação dos parques é importante para a conservação e preservação da biodiversidade. Um dos problemas enfrentados, relevante para a criação dos Parques, é o fato de que se não houvesse destruição, todas as áreas seriam unidades de preservação. No entanto, ainda é marcante a ideia de substituição da mata por outras atividades econômicas.

Algumas madeiras, contudo, realizam tímidas ações ambientais para o combate aos impactos que esta atividade pode trazer, como por exemplo, a invasão biológica em ambientes naturais. Cabe ressaltar que a contaminação biológica por espécies exóticas é a segunda maior causa de extinção de espécies nativas, e ações de combate a este problema devem ser tomadas para minimização dos impactos negativos à biodiversidade da região (Plano de Manejo, 2010, p. 64).

Apesar de muitos conflitos na criação do parque, com o passar do tempo, muitos deixaram de percebê-lo como um problema e passaram a observar as potencialidades que o parque simboliza para a região e o planeta. As discussões sobre a importância e as alternativas ecológicas e econômicas são fundamentais para que a população envolvida se sinta participante do processo.

Para muitos dos entrevistados, o PNA tem significado de ser uma área a ser preservada, tanto para fauna como para a flora, principalmente a araucária. Também foi mencionado que é para manter uma boa qualidade do ar, do clima da região e especialmente manter a quantidade e qualidade da água (Plano de manejo, 2010, p. 132).

O PNA está situado em uma região marcada por atividades agropecuárias intensivas, como o plantio de soja, trigo e milho, além da criação de gado extensivo e plantios de espécies exóticas. Essas atividades contribuem significativamente para o desenvolvimento

econômico local e regional. Paralelamente, a região abriga pequenas propriedades rurais e assentamentos da reforma agrária, que desempenham um papel fundamental na preservação dos costumes, métodos de produção da agricultura familiar e capital social (Plano de manejo, 2010).

Essa diversidade de atividades e atores permite a atuação de diversas entidades governamentais e da sociedade civil, que desenvolvem projetos e ações que influenciam, direta ou indiretamente, na manutenção da integridade biológica da UC. Portanto, esses atores tornam-se potenciais parceiros na gestão do PNA (Plano de manejo, 2010).

A economia da região é caracterizada por uma forte dependência do setor primário, com especial destaque para as atividades agropecuárias e extrativistas. A agricultura é representada pelos plantios de soja, milho, feijão e trigo, enquanto a pecuária é dividida entre corte e produção de leite. Além disso, a exploração da erva-mate e a silvicultura também são atividades econômicas importantes. Nos municípios de Passos Maia e Ponte Serrada, essas atividades são as principais fontes de renda. Em Passos Maia, a produção de grãos tem grande importância e potencial de crescimento, especialmente em relação ao milho e à soja. Enquanto os pequenos produtores se concentram na produção de milho, os grandes produtores investem na soja, utilizando áreas mecanizadas e implementos adequados (Plano de manejo, 2010).

O levantamento socioeconômico do PNA envolveu 12 comunidades em dois municípios: 9 em Passos Maia (Conquista dos Palmares, Sapateiro I, Zumbi dos Palmares I e II, 29 de Junho, Santo Antônio, Bela Planície, Linha Gruta e Rio do Poço) e 3 em Ponte Serrada (Granja Berté, Linha Caratua e Vila Adami) (Plano de Manejo, 2010). As atividades econômicas predominantes nas propriedades incluem: agricultura, com foco em culturas como soja, milho, feijão, arroz, batata-doce, mandioca e erva-mate; pecuária, abrangendo produção de carne e leite e seus derivados; suinocultura, em algumas famílias; silvicultura, com plantações de eucalipto e pinus, gerando renda para as famílias. A renda média das famílias na região é de um a dois salários mínimos, proveniente dessas principais atividades econômicas (Plano de Manejo, 2010). Na Figura 22, estão localizadas as comunidades que estabelecidas em torno do parque, tanto no município de Ponte Serrada, como em Passos Maia.



Biodiversidade, voltadas para a redução da perda da biodiversidade em âmbito mundial (Franco, 2015).

Podemos observar que nas últimas décadas tivemos vários embates no intuito de buscar soluções para as questões ambientais e as alterações climáticas, buscando a melhoria das condições de vida humana, respeitando a vida animal e vegetal, procurando uma integração entre o desenvolvimento econômico e respeitando as diferentes culturas e os povos tradicionais.

Segundo o relatório do ICMBio e o depoimento da coordenadora da Apremavi, o Ministério do Meio Ambiente regulamentou a portaria nº 49 em 6 de fevereiro de 2002, com o intuito de criar um grupo de trabalho (GT) para elaborar estudos e propostas de preservação da Floresta Ombrófila Mista em Santa Catarina. Esse grupo tinha como objetivo principal promover a conservação da floresta, identificando áreas prioritárias para criar unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, conforme a Lei nº 9.985/2000. Já em junho de 2002, o GT apresentou um relatório ao Ministério do Meio Ambiente e orientou algumas medidas a serem tomadas de forma imediata pela instituição, como podemos ver a seguir:

a) criação de Estações Ecológicas nas áreas dos remanescentes florestais nativos existentes na região noroeste de Santa Catarina; b) criação de uma Área de Proteção Ambiental, visando a implantação de um corredor ecológico entre essas Estações Ecológicas, que poderia conectar-se a remanescentes do ecossistema localizados na região Sudoeste do Paraná; c) ampliação do Parque Nacional de São Joaquim; d) criação de um Parque Nacional abrangendo áreas nos municípios de Santa Terezinha, adjacentes à Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra da Abelha (Relatório do ICMBio, 2005).<sup>19</sup>

Outro ponto abordado tanto no relatório quanto no depoimento consiste na recomendação, feita pelo grupo de trabalho, da implementação de um programa para incentivar a criação de unidades de conservação municipais em áreas florestais com araucárias acima de 10 hectares. Esse programa também visava incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural para formar corredores ecológicos em duas regiões importantes de Santa Catarina. Tinha o objetivo de proteger o habitat natural do papagaio-charão, espécie endêmica em risco de extinção, e a diversidade genética da *Araucaria angustifolia*.<sup>20</sup>

Essas propostas do GT orientaram a edição da portaria nº 508, de 20 de dezembro de 2002, do Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo três áreas em Santa Catarina como

<sup>19</sup> Documentos do Grupo de Trabalhos, documentos de criação, documentos do Parque Nacional das Araucárias internos do ICMBio.

<sup>20</sup> Relatório do Grupo de trabalho GT 25/03/2003.

prioritárias para criação de unidades de conservação, nos municípios de Abelardo Luz, Ponte Serrada e Água Doce.

A trajetória do estabelecimento da unidade de conservação contou com inúmeras reuniões do MMA com deputados, prefeitos, governadores do Paraná e Santa Catarina, professores de universidades, ONGs e instituições. Em um dos relatórios da criação do PNA, de março de 2003, a ministra Marina Silva relata que na reunião com os prefeitos, deputados e governadores, alguns se manifestaram pela revogação das portarias nº 507 e 508 de 20 de dezembro de 2002, sobre a criação das Unidades de Conservação, e outros sugeriram a revisão. Em seu depoimento, a ministra comenta a “importância e a necessidade de se adotar providências para salvar as florestas com araucária” (Relatório ICMBio, 2003<sup>21</sup>). Também salienta que alguns aspectos da portaria deveriam ser revistos, mas com discussões com diversos segmentos da sociedade para a readequação da mesma.

Junto com a portaria, definiu-se como responsabilidade do Ibama a produção dos estudos necessários à criação de unidades de conservação nessas áreas, além de instituir condicionantes ao corte e à supressão de espécies da flora nativa e suspender o plantio de espécies exóticas no interior e no entorno das áreas descritas, até que fossem realizados estudos conclusivos e determinadas outras medidas de proteção e recuperação do ecossistema. A partir disso, foi deflagrado todo o processo para a criação das UCs, que culminou com a criação, em 2005, da Estação Ecológica da Mata Preta (em Abelardo Luz) e do Parque Nacional das Araucárias (em Passos Maia e Ponte Serrada).

Nesse mesmo relatório, dirigentes de organizações ambientais da Mata Atlântica, do MMA e IBAMA fizeram um histórico dos motivos que levaram o MMA anterior a editar as portarias 507 e 508, que determinaram espaços prioritários para implementação de UCs na Floresta Ombrófila Mista, pelo fato dos remanescentes da FOM estarem sob ameaça de destruição e extinção. Também pautaram a necessidade de proteger os últimos fragmentos para preservar a biodiversidade para as atuais e futuras gerações (Relatório ICMBio, 2003).

No processo de estudo e implementação das UCs, houve a participação da sociedade civil, da Apremavi, da Rede de ONGs da Mata Atlântica e da The Nature Conservancy, que fizeram pressão para que o poder público tomasse medidas orientadas para a conservação e a recuperação da Floresta com Araucárias (Medeiros *et al.*, 2004).

Também como parte dessa reivindicação, em setembro de 2003, houve uma mobilização via internet, denominada Campanha SOS Araucárias, fruto de uma ampla

---

<sup>21</sup> Ata da reunião do GT, 2003.

coalizão de entidades não-governamentais, por meio da qual indivíduos de todas as partes do Brasil puderam reivindicar às autoridades competentes a implantação de uma política federal de proteção ao ecossistema.<sup>22</sup>

De acordo com Ezequiel de Moura (2008), o Brasil considerou uma estratégia para a conservação da biodiversidade, que foi a implementação das Unidades de Conservação (UCs), mas esta política muitas vezes tem algumas limitações, como o debate com a sociedade e fiscalizações efetivas para proteção da biodiversidade.

O Parque Nacional das Araucárias, situado nos Municípios de Ponte Serrada e Passos Maia, é constituído por uma área de 12.841 hectares e preserva os ambientes naturais ali existentes, com destaque para os remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. Por ser uma UC federal, ficou sob responsabilidade do IBAMA. A partir de 2007, o ICMBio assumiu a gestão, com um analista ambiental alocado na região (Moura, 2008).

A efetivação do Parque ocorreu com grandes embates entre ambientalistas, o poder econômico local e a sociedade civil, essa última influenciada pelo poder econômico, que propagou muitos boatos sobre a reserva ambiental. Nesse sentido, como a opinião pública foi consultada pela equipe técnica que conduziu os estudos somente nos momentos de consulta pública formal, mais no final do estudo, isso levou a muitas polêmicas e informações falsas a respeito dos objetivos, limites e categorias das UCs, gerando uma grande aversão à criação do Parque (Moura, 2008).

Em entrevista, os servidores do ICMBio analisam que a iniciativa para criar o Parque Nacional das Araucárias foi do Ministério do Meio Ambiente, mas contou com o apoio de ONGs locais desde o início, como a Apremavi, que participaram nas audiências públicas, na elaboração do Plano de manejo e nos estudos na área. Também explicaram que houve bastante resistência dos proprietários de terra do local do PNA, que recorreram à justiça para a área não ser desapropriada.<sup>23</sup>

A implementação do plano de manejo do parque enfrentou obstáculos, incluindo disputas judiciais e dificuldades na criação de conselhos. No entanto, após superar esses desafios, tiveram avanços significativos, incluindo a aprovação do plano, a criação de um conselho consultivo e o início da gestão. Outro ponto comentado pelos agentes ambientais é que há uma parcela muito pequena da área da unidade de conservação que está regularizada.

---

<sup>22</sup> Entrevista com Miriam Prochnow, coordenadora da APREMAVI.

<sup>23</sup> Entrevista com os servidores do ICMBio.

Nesse contexto, recentemente se teve uma indenização que deu um impulso um pouco maior, que chegou a aproximadamente 15% da área total do que deveria ser o PNA.<sup>24</sup>

O parque tem avançado na regularização, com 98% das áreas com processos judiciais abertos. As áreas não federalizadas permanecem inalteradas, ou seja, atividades pré-existentes como agricultura, etc. podem continuar desde que não sejam incompatíveis com os objetivos da unidade de conservação. A lei da Mata Atlântica já restringia conversões, mas o parque oferece proteção mais ampla com maior abrangência e maior rigor na proteção ambiental.

A implementação do Parque Nacional das Araucárias enfrentou desafios, como resistência de proprietários, falta de recursos e complexidade jurídica. Nesses 19 anos da existência do parque, tiveram que ser feitos diálogos com alguns proprietários para a realização das atividades de educação ambiental e estudos, pois só uma pequena parte do território que compreende o parque poderia ser usado. Por exemplo, a cachoeira do xaxim, que muitos vão visitar, estava fora do território do PNA que já foi regularizado, resultando na necessidade de conversar com o proprietário para poder ser visitado.

#### 4.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS

A educação ambiental surgiu como resposta às preocupações ecológicas sobre o uso inadequado dos recursos naturais e a destruição das florestas e visa conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação. A reunião de Roma (1968) marcou o início das discussões globais sobre educação ambiental, abordando questões de recursos não renováveis e crescimento populacional (Silva, 2017). Conforme Sato (2004), a primeira definição oficial de educação ambiental foi estabelecida em 1971 pela União Internacional para a Conservação da Natureza e, posteriormente, foi ampliada nas Conferências de Estocolmo e Tbilisi, na Geórgia.

Em 1972, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, marcou o início das discussões internacionais sobre meio ambiente e educação ambiental. Na Conferência de Estocolmo, estabeleceram-se diretrizes globais para o uso sustentável do meio ambiente, abordando questões como poluição, crescimento urbano e bem-estar populacional. Na ocasião, reuniram-se 122 países, incluindo o Brasil (Silva, 2017).

---

<sup>24</sup> Idem.

É importante salientar que o Plano de Ação de Estocolmo (1972) enfatizou a relevância da capacitação docente e desenvolvimento de metodologias inovadoras para a educação ambiental. Já em 1975, Belgrado sediou uma conferência internacional com representantes de 65 países, resultando na criação do Programa Mundial de Educação Ambiental. No encontro de Tbilisi, na Geórgia (1977), definiram-se princípios, estratégias e objetivos para a educação ambiental, estabelecendo diretrizes globais, incluindo interdisciplinaridade, participação comunitária e desenvolvimento sustentável. A consciência e a educação ambiental alcançaram maior visibilidade e avanços nas décadas de 1980 e 1990 (Silva, 2017).

A partir da década de 1960, houve a difusão de movimentos ambientalistas que destacaram o papel negativo do ser humano como principal agente de degradação ambiental, evidenciando impactos antrópicos que contribuíram para a crise ecológica nas décadas de 1960 e 1970. Esse período foi marcado por uma série de episódios ambientais catastróficos, resultado direto da ação humana, incluindo contaminação ambiental e derramamento de petróleo. Esses eventos desencadearam uma onda de insegurança global, impulsionando movimentos ambientalistas a assumirem papel protagonista na conscientização sobre os riscos ambientais associados ao desenvolvimento civilizatório (Carvalho, 2001).

A Conferência de Tbilisi impulsionou globalmente a discussão sobre a degradação ambiental, quando o Brasil adotou medidas significativas para proteger o meio ambiente. No Brasil, o impacto da conferência foi significativo, gerando a criação de órgãos ambientais, projetos, cursos e leis para regulamentar políticas ambientais (Silva, 2017).

Entretanto, somente com a lei nº 9.795/1999, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, tornando obrigatória essa disciplina em todos os níveis de ensino. Isso representou um marco significativo na educação ambiental brasileira, fruto do intenso diálogo entre governo, educadores e ambientalistas.

Os professores assumem a organização dos currículos e estabelecem uma nova relação entre os conhecimentos produzido historicamente e as relações com o cotidiano. Dentro da complexidade do conhecimento científico, estruturam os conteúdos e as metodologias escolares a fim de tornar os educandos coparticipantes do processo de ensino e aprendizagem.

Quando a educação escolar assume uma postura de interação entre professores, alunos e o conteúdo, construindo uma proposta de cooperação e participação e tornando uma dinâmica dialética, proporciona uma nova visão e pensamento sobre a realidade. Nesse sentido, devemos propor uma educação ambiental, formando cidadãos conscientes da

importância que este tem em nossas vidas e capazes de interferir, construindo concepções que modifiquem as ações perante o meio que os cerca.

Historicamente, a educação ambiental consolidou-se como uma área distinta da educação, focada em questões ecológicas e sustentabilidade, um campo educacional específico que aborda questões ambientais por meio de práticas pedagógicas inovadoras. Desde a criação do termo educação ambiental, várias classificações e denominações emergiram, refletindo diferentes abordagens pedagógicas sobre questões ambientais e evidenciando a diversidade de concepções e práticas educacionais (MMA, 2004).

Segundo Mauro Guimarães (2004), existem duas maneiras de pensar a educação ambiental, uma conservadora e outra crítica. A perspectiva conservadora apresenta dificuldades em compreender a complexidade global, fragmentando a realidade. Uma visão reducionista que desconsidera a totalidade e se concentra em partes isoladas. Priorizando o ser humano sobre a natureza, estabelece-se uma hierarquia desigual que legitima a dominação e cria uma relação desequilibrada entre humanos e meio ambiente. Essa maneira de ver o mundo conduz o ser humano a pensar na individualidade, esquecendo a relação com o outro e o mundo que o cerca. Nesta perspectiva que a se dá a relação com a natureza, vendo a realidade de uma forma simplista e não compreendendo o todo, não entende como um processo com o envolvimento de todos.

A concepção ambiental na perspectiva crítica busca entender o todo com ações que possibilitam as iniciativas de conscientização, superando as práticas individuais nos planejamentos cognitivos. A educação ambiental permeia as concepções pedagógicas e essas são usadas para definir as ações e o aprofundamento teórico referente às suas visões de ambiente. Portanto, existem diferentes interesses de como denominar a educação ambiental.

A educação ambiental crítica emerge como um caminho transformador, convergindo mudança social e ambiental mediante uma ética que reorienta decisões sociais e estilos de vida sustentáveis. Nessa perspectiva, a educação ambiental desenha novas racionalidades, fortalecendo laços identitários de uma cultura política ecológica ou sustentável.

Torna-se evidente que, para que mudanças mais concretas ocorram em direção a uma sociedade mais sustentável, é necessário, entre outros, que a Educação Ambiental seja praticada de forma crítica e transformadora, e não da maneira conservadora e responsável por manter o status quo (Lucas, 2017, p. 17).

Ações pedagógicas críticas promovem ruptura com paradigmas limitantes, fomentando a sinergia coletiva. Essa abordagem estimula a percepção do ambiente educativo

como um processo dinâmico. A pedagogia crítica viabiliza a integração entre ação educativa e realidade social (MMA, 2004).

Se a principal função da educação ambiental é contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, esta assume uma ampla dimensão, atingindo praticamente todas as áreas do currículo, podendo ser entendida como um sinônimo do que se entende, hoje, por educação escolar (Proposta Curricular de Santa Catarina - Educação Ambiental, p. 47).

O Brasil apresentou manifestações precoces de repúdio às práticas predatórias de exploração da natureza, antecipando em séculos o debate global. Infelizmente, esses precursores brasileiros são frequentemente esquecidos. Conforme Pádua (2004), o Brasil possui uma trajetória de pensamento ambiental que remonta aos séculos XVIII e XIX, contradizendo a ideia de que a discussão ambiental seja “externa” ou “fora do lugar” no contexto político nacional. Um fato que não deveria causar surpresa, tendo em vista a importância objetiva e subjetiva da natureza e da territorialidade na identificação do fenômeno histórico e cultural que chamamos de “Brasil” (Pádua, 2002, p. 12).

Segundo Pádua (2004), os pensadores brasileiros do século XVIII e XIX, enfatizavam a importância dos recursos ambientais para o progresso nacional, defendendo seu uso responsável. Valorizavam os recursos naturais como fundamentais para o desenvolvimento do país, destacando a necessidade de gestão cuidadosa. A pesquisa do autor revela que, entre 1800 e 1902, 55 intelectuais brasileiros, incluindo José Bonifácio e Joaquim Nabuco, contribuíram significativamente para o debate sobre questões socioambientais, como desmatamento, erosão e mudanças climáticas, demonstrando uma preocupação precursora com o meio ambiente (Pádua, 2004).

A análise histórica da conservação ambiental revela três fases distintas: a primeira foi o nacionalismo experimental (1930), caracterizado por iniciativas locais; a segunda, desenvolvimentismo, marcado por redução de investimentos; e a terceira, internacionalização (1968), com cooperação global, foco em ambientes tropicais e consolidação de princípios conservacionistas (Wakild, 2018 *apud* Ribeiro, 2023). São indicadas três motivações principais: escassez de recursos, valor estético e segurança nacional. Essas preocupações, influenciadas pela economia global e agências locais, orientaram a seleção de áreas únicas para proteção.

Entre 1970 e 2000, a conservação ambiental na América Latina experimentou uma virada internacional, marcada pelo apoio global, interesse científico e mudanças políticas

nacionais. Foi caracterizada por uma tendência globalizada na conservação ambiental latino-americana, impulsionada por apoio internacional, avanços científicos e políticas nacionais (Ribeiro, 2023).

Tendo em vista esse processo de mudanças na mentalidade e nas políticas ambientais no Brasil, instituições, Organizações Não Governamentais (ONGs), Ministério do Meio Ambiente, entre outros, começaram a propor e a realizar atividades voltadas à recuperação das áreas degradadas, de educação ambiental e preservação das florestas. Nesse sentido, em depoimento, a coordenadora da Apremavi destaca que foi executado na região do entorno do PNA, de 2013 a 2015, o Projeto Araucária, que teve como objetivo promover a conservação e recuperação de remanescentes florestais e espécies-chave da Mata Atlântica, através da implantação de sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas e enriquecimento de florestas secundárias, possibilitando o uso sustentável dos recursos naturais.<sup>25</sup>

De acordo com a entrevista com os técnicos do ICMBio, realizam-se parcerias com instituições e ONGs, com objetivo de promover iniciativas de educação ambiental e de preservação da fauna e da flora na região que compreende o PNA. Nesse sentido, desde 2010, iniciou-se um projeto sobre o papagaio-de-peito-roxo no Parque Nacional das Araucárias. Segundo os organizadores do projeto Espaço Silvestre SC, já foram reabilitados e liberados 500 indivíduos da espécie *Amazona vinacea* (papagaio-de-peito-roxo) e monitoradas 250 aves no PNA, contribuindo para a reintrodução da espécie na região. Promove, também, desenvolvimento socioeconômico local através de educação ambiental e geração de renda.

Como vimos nos capítulos anteriores, o processo de desmatamento da FOM, teve consequências graves na fauna e flora. Nesse sentido, o PNA enfrentou desafios ambientais significativos. Um dos problemas foi a quase extinção local, nos anos 80, do papagaio-de-peito-roxo. Atualmente, classificada como 'Em Perigo' pela UICN, a espécie *Amazona vinacea*, ícone da Floresta de Araucária, enfrenta risco crítico. Esse pássaro é altamente cobiçado pelo tráfico ilegal de animais devido à sua beleza singular, caracterizada por penas roxas no peito e vermelhas no bico.

Dessa forma, o projeto visa reabilitar, soltar e monitorar os papagaios provenientes do tráfico ilegal, entregas voluntárias, resgates e nascidos em zoológicos e criadouros de fauna. Após avaliação veterinária e verificação da capacidade de voo, os papagaios recebem treinamento comportamental para adaptação à vida selvagem, seguido de identificação,

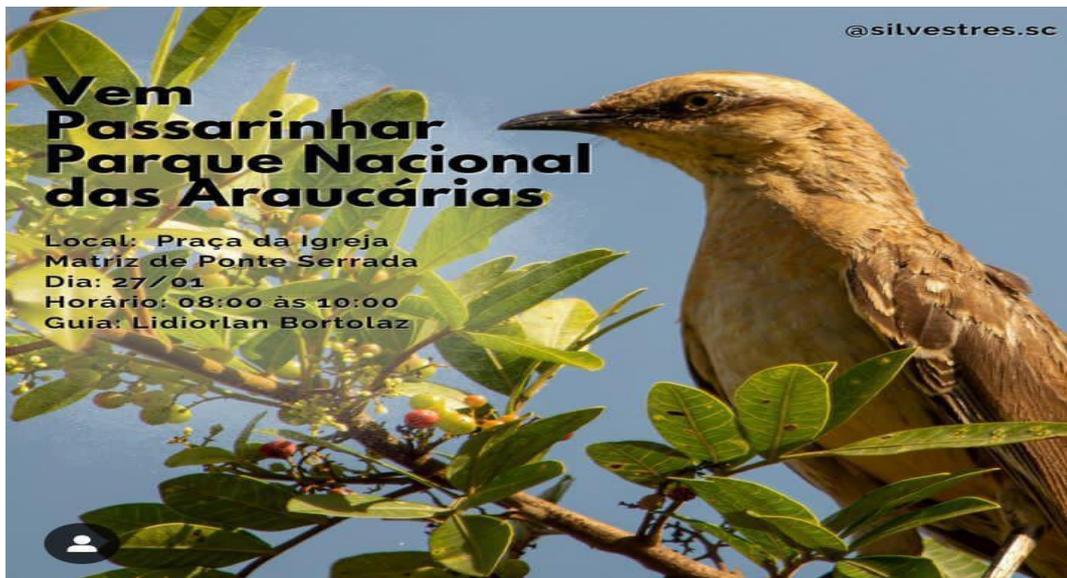
---

<sup>25</sup> Entrevista com Miriam Prochnow e documentos da APREMAVI.

equipagem com dispositivos de monitoramento e transferência para um viveiro no PNA, com adaptação gradual ao ambiente natural.

Outro projeto feito pela ONG Silvestres SC com a população que mora nos municípios que compreendem o parque é o Vem Passarilhar, que tem como objetivo integrar as pessoas com o mundo natural para fomentar, assim, a conservação e proteção da biodiversidade local. Eles desenvolvem eventos de observação de aves tanto no PNA, como nas praças das cidades. Na figura 23, podemos analisar que a ONG faz convite a comunidade em geral para observar e tirar fotos dos pássaros que habitam na região do parque, levando a conscientização da população.

Figura 23 – Cartaz de convite para atividade de observação dos pássaros em Ponte Serrada - SC, região do PNA



Fonte: Site do Silvestres.SC e do Parque Nacional das Araucárias.<sup>26</sup>

Essa iniciativa tem como base o movimento Vem Passarilhar, que foi criado em 2014 no Observatório de Aves do Instituto Butantan, e expandiu-se por todo o Brasil, promovendo a conexão entre pessoas e natureza via observação de aves e monitoramento participativo, com a ideia de fomentar a ciência cidadã e a conscientização ambiental. Além dessas ações, Silvestres SC realiza atividades de educação ambiental e divulgação do parque e de suas iniciativas nas escolas. Também esses projetos geram conhecimento científico sobre o papagaio-de-peito-roxo e a reintrodução de fauna selvagem, resultando em publicações acadêmicas e artigos especializados.

<sup>26</sup> Imagem divulgada no instagram do Silvestre. SC. Disponível em: @silvestre.sc. Acesso em: 29 de nov. de 2024.

Segundo o depoimento dos servidores, o PNA também recebe visitas das escolas, quando os servidores ou os estagiários fazem as trilhas guiadas com as turmas de estudantes, contando um pouco da história do parque, as características biológicas da flora e sua importância para região e sobre a fauna que vive nesse local. Nas trilhas, encontram-se rios com cachoeiras que despertam bastante interesse das crianças e dos jovens.

Figura 24 – Visita de estudantes de uma escola no Parque Nacional das Araucárias



Fonte: Site do Parque Nacional das Araucárias.<sup>27</sup>

Um ponto que os servidores relataram em seus depoimentos é que desde a fundação do PNA sempre contaram com poucos funcionários para atender a reserva. No início foi um analista ambiental que tinha como sede o seu escritório em Chapecó. A partir de 2009, o PNA, a Estação Ecológica da Mata Preta e o Refúgio de Vida Silvestre nos Campos de Palmas foram integrados, e os dois servidores passaram a cuidar e monitorar as três reservas. Eles comentam que é um processo difícil, pois contam só com dois servidores para gerenciar as três unidades de conservação. Às vezes, eles contam com estagiários voluntários, terceirizados ou quando as prefeituras pagam algum funcionário para ajudar no atendimento nas unidades.

Os funcionários relataram que tiveram concursos feitos pelo Ministério do Meio Ambiente, mas as pessoas não se interessam em trabalhar no interior dos estados. Em muitos

<sup>27</sup> Imagem divulgada no Instagram do Parque Nacional das Araucárias. Disponível em: @parna.araucarias. Acesso em: 29 de nov. de 2024.

momentos, o parque ficou sem ninguém para acompanhar, exceto nos dias que os agentes vinham para o local. Comentam que, na atualidade, o ICMBio contratou através da terceirização alguns agentes para permanecerem na sede do parque para ajudar a atender as demandas e monitorar o local. Eles ressaltam a importância de fazer concurso público com vaga destinada exatamente para o local, caso contrário, provavelmente não terá ninguém de novo. Realizam campanhas de contratação de estagiários temporários e voluntários e sobre a sua importância para o meio ambiente.

Figura 25 – Fotos das atividades dos agentes temporários ambientais



Fonte: Site do Parque Nacional das Araucárias.<sup>28</sup>

Neste capítulo, foi pesquisado como foi o processo de criação do Parque Nacional das Araucárias, juntamente com outras Unidades de Conservação. Nessa análise, é possível perceber a importância das UCs para a permanência da flora e fauna da região. Foi observado que o Parque Nacional tem suas limitações, como problemas judiciais envolvendo a regularização das áreas, poucos servidores para atender as UCs, e a falta de estrutura dos órgãos para atender as demandas e conduzir o processo de Educação ambiental, que muitas vezes é feito pelas ONGs. Outro ponto identificado é que muitas vezes os poderes públicos municipais, estaduais e federal não dão a importância nem a divulgação necessária para que a comunidade se conscientize da importância que a conservação das florestas representa para o ecossistema e para preservação do meio ambiente como um todo. É importante ressaltar que A educação ambiental aqui serviria como complemento a política de preservação do PNA - tem que deixar mas claro, mostrando também como ela é importante, embora medidas como mais servidores e programas para visitação são importantes para o parque.

<sup>28</sup> Imagem divulgada no Instagram do Parque Nacional das Araucárias. Disponível em: @parna.araucarias. Acesso em: 29 de nov. de 2024.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou entender o processo histórico do desmatamento da floresta com araucárias e a introdução das serrarias em Passos Maia e Ponte Serrada - SC, partindo de 1940, quando as primeiras serrarias de grande porte começam a marcar presença, até a década 1990, quando o setor, que chegou a possuir mais de trinta e nove estabelecimentos, entrou em crise.

A partir da década de 1990, com a crise do setor madeireiro e também com o esgotamento da floresta das araucárias para fins comerciais, ocorreu o fechamento de serrarias ou a substituição do processamento da araucária e outras espécies abundantes na Floresta Ombrófila Mista por espécies exóticas, como o pinus. Além disso, as áreas já desmatadas foram utilizadas para agricultura. Dessa forma, configura-se o resultado de uma transformação na paisagem, entrelaçada na relação entre homem e natureza. Procurou-se, nos três capítulos, problematizar a ação envolvendo o ser humano na modificação do espaço, colocando em foco a serraria como a principal protagonista na transformação da paisagem desses municípios nas décadas analisadas.

No primeiro capítulo, delineamos algumas reflexões teóricas sobre a história ambiental na sua relação com o ambientalismo, o processo histórico mais geral da devastação da Floresta de Araucária no Sul do país, e buscamos entender o processo de colonização que acarretou na formação socioespacial do oeste catarinense. Estabelecemos uma linearidade com o objetivo de demonstrar como as mudanças ambientais foram intensificadas quando tomou forma o projeto de colonização, atrelado à intenção de integrar o estado catarinense à economia nacional. A indústria madeireira acompanhou essa movimentação, aproveitando as madeiras de árvores nativas (araucárias, imbuías, cedros e outras) da Floresta Ombrófila Mista. Para entender a importância do meio natural, descrevemos a Floresta Ombrófila Mista, que ocupava intensamente a região antes do processo de desmatamento do século XX, como nos mostraram os relatos.

No segundo capítulo, analisamos a introdução das serrarias e a sua influência no desmatamento da Floresta Ombrófila Mista, bem como no processo de reflorestamento realizado com plantas exóticas na região de Ponte Serrada e Passos Maia. Compreendemos que nesse momento histórico de 1940 a 1990, nessa região, a dinâmica econômica estava atrelada à extração madeireira, e a vida social de grande parte da população estava em torno das serrarias. Nesse período, intensificou-se a instalação das serrarias nos mais diversos espaços, desde que tivesse uma floresta mais densa, principalmente com muitas araucárias. As

madeireiras buscavam retirar as matas nativas, muitas vezes sem adquirir as terras, pois compravam dos agricultores da região somente as árvores, que tinham vários cortes na mesma área.

A retirada e o escoamento da madeira passaram por diversos processos e momentos. No início, a retirada da madeira era feita por meio de ferramentas mais rudimentares e, com o passar do tempo, se modernizou, adotando, por exemplo, o emprego da motosserra, o que acelerou ainda mais a retirada da mata. Através das entrevistas, percebemos que as condições das estradas para o escoamento das madeiras eram de difícil acesso. Ademais, observamos que naquele momento não apresentavam preocupação ou entendimento com o desmatamento e com as consequências que a retirada da fauna iria ocasionar no meio ambiente. Para entender como ocorreu o processo da retirada da madeira, a destruição da mata nativa e a substituição pelas exóticas, foram realizados estudos e entrevistas com antigos donos, familiares e atuais proprietários das serrarias. Quando começaram a perceber a escassez das matas, teve início o reflorestamento, mas com espécies exóticas, como *Pinus ssp*, considerada espécie exótica invasora, isto é, espécie que ameaça a biodiversidade local. Esse reflorestamento não era motivado por uma preocupação ambiental, somente econômica, para ter continuidade de fornecimento das madeiras para indústria madeireira.

O terceiro e último capítulo abordou o processo histórico da criação das Unidades de Conservação no Brasil e a implementação do Parque Nacional das Araucárias, em Ponte Serrada e Passos Maia, que configurou um processo de muitos embates políticos e de disseminação de informações falsas sobre o parque, levando a população a questionar a sua importância para a preservação da fauna e flora da região. Também podemos perceber que a UC tem algumas limitações, como a falta de servidores para supervisionar o parque, o que também dificulta o processo de educação ambiental para a sociedade da região.

Sobre a educação ambiental, o parque conta com o apoio de ONGs que acabam promovendo atividades de conscientização e educação ambiental em diferentes espaços dos municípios. Porém, a sociedade em geral possui pouco conhecimento em relação ao parque e a sua importância para o meio ambiente e para vida da fauna, flora e, conseqüentemente, para a vidas das pessoas da região.

Em relação aos debates sobre a criação de unidades de conservação, as discussões internacionais e nacionais já evidenciam preocupações para além do aspecto econômico. No início da criação de reservas naturais, cada país teve seu próprio percurso, interligando questões nacionais, como integração política de determinado território, definição de identidade, reservas criadas para a manutenção de recursos, entre outras. Desse modo, o

contexto nacional, principalmente político e econômico, influenciou a criação e as formas de atuação dos órgãos responsáveis pelas áreas. O surgimento da política de criação dos parques nacionais visa amenizar os impactos ambientais e possibilitar a preservação das espécies nativas, principalmente as ameaçadas de extinção, relacionando o papel do poder público perante o processo de recuperação e preservação da natureza.

O presente estudo pode ser compreendido como um início do debate sobre a preservação da natureza e as consequências da mesma, trazendo o Parque Nacional das Araucárias como um potencial para a região a ser estudado e evidenciando-o como meio de fortalecer os processos de educação ambiental e estreitar as relações da sociedade com a natureza.

## REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRANCO, Maria Elenice Goudinho João. **Ponte Serrada: Um pouco de História**. Chapecó: Livrologia, 2020.
- BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- BRASIL. **Casa Civil**. Lei Nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm). Acesso em: 15 jul. 2024.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm). Acesso em: 15 jul. 2024.
- CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart. **Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica**. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016. 460p.
- CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. **Mata Atlântica – uma rede pela floresta**. Brasília. RMA, 2006.
- CARLIN, Janete Chaves. Entre Campos e Florestas: **Transformação da paisagem no município de Palmas/PR (1950 A 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.
- CARVALHO, Isabel C. M. **A inversão ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 2001.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o médio vale do Iguazu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2006.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

FRANCO, José Luiz de Andrade de; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da Conservação da Natureza e das Áreas protegidas: Panorama Geral. **Historiæ**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.

LUCAS, Isabela Leite. **Educação e Percepção Ambiental em Parques Nacionais da Mata Atlântica**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2017.

MATTOS, Joao Rodrigues de. **O pinheiro brasileiro**. Florianópolis: UFSC, 2011.

MEDEIROS, João de Deus; GONÇALVES, Marco Antonio; PROCHNOW, Miriam; SCHAFFER, Wigol B. **Floresta com Araucárias – um símbolo da Mata Atlântica a ser salvo da extinção**. Rio do Sul: Apremavi, 2004.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, 2004.

MORETTO, Samira Peruchi. Ampliando fronteiras: viajantes e as florestas catarinenses no século XIX. In: SCIMITT, Anderson M; WINTER, Murilo Dias (Org.). **Fronteiras na história: atores sociais e historicidade na construção do Brasil meridional (séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS, 2021.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

MOURA, Ezequiel Antonio de. **Interfaces entre Unidades de Conservação e Reforma Agrária: Um estudo de caso sobre o Parque Nacional das Araucárias e assentamento Zumbi dos Palmares, Passos Maia - SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Florianópolis, 2008.

NASCIMENTO, Ederson *et al.* **Atlas socioespacial do Oeste de Santa Catarina**. Curitiba: CRV, 2020.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. **História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 1, jan/jun. 2010, p. 136-150.

NODARI, Eunice Sueli. Unidade de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago. 2011.

NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; MORETTO, Samira Peruchi. A conservação do Oeste Catarinense: O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, 2009.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, out.-dez. 2020, p.1311-1340.

PERES, Jackson Alessandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2009.

PROCHNOW, Miriam (org.). **O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta: Unidades de Conservação da Mata Atlântica**. Rio do Sul: APREMAVI, 2009.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RADIN, José Carlos. **Representações da Colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no Oeste catarinense. **Revista Professare**, v. 4, n. 3, p. 21-46, 2015.

RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio da. ‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 681-697, set.-dez. 2018.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da fronteira sul**. Chapecó: UFFS, 2015.

RIBEIRO, Michely Cristina. **Uma História Ambiental das Florestas Nacionais de Três Barras e Chapecó (1944-2000)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

ROCHA, Maristela Ferreira da; KLANOVICZ, Jó. História e educação ambiental: abordagens, problemas e perspectivas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública**

**paranaense, 2012.** Curitiba: SEED/PR., 2014. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2012/2012\\_unicentro\\_hist\\_artigo\\_maristela\\_ferreira\\_da\\_rocha.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_unicentro_hist_artigo_maristela_ferreira_da_rocha.pdf). Acesso em: 20/05/2022.

SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente:** a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História-PPGH, Chapecó, 2018.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Educação ambiental:** políticas e práticas pedagógicas. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SCHAFFER, Wigold B.; PROCHNOW, Miriam. **A Mata Atlântica e você:** como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira. Brasília: APREMAVI, 2002.

SILVA, Carlos Kleber F.; CARNEIRO, Conceição. Um breve histórico da Educação Ambiental e sua importância na escola. **ANAIS - IV CONEDU**, Paraíba, 2017.

SILVA, Claiton Macio da; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira. P. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. M. (Orgs.). **Chapecó 100 anos:** histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017. p. 181-214.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Uma história ambiental da fronteira sul: campos, florestas e agrossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da fronteira sul.** Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História oral. 2ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

TOMAZELLI, Simone Leandra. **Passos Maia a muitas mãos.** Secretaria Municipal de Educação e Esportes Executivo Municipal. 1ª edição. 2013-2016.

VENCATTO, Rudy Nick. **A invenção da floresta intocada:** Olhares e Representações sobre o Parque Nacional do Iguaçu (1939-2016). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, Rio de Janeiro, 1991.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, v. 5, n. 2, ago/dez. 2002.

## FONTES

BIZZON, Maria Bellucci. 07 de Maio de 2024. Entrevistadora: Sarue Brunetto. Ponte Serrada, Santa Catarina.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Santa Catarina**. VII Recenseamento geral – 1960. Rio de Janeiro, 1967.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Santa Catarina**. VIII Recenseamento geral – 1970. Rio de Janeiro, 1975.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Santa Catarina**. Censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE: 1979.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Santa Catarina**. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro, IBGE: 1983.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Araucárias I, II, III**. Brasília, 2010.

MANTOVANI, Antônio Abílio. 11 de outubro de 2023. Entrevistadora: Sarue Brunetto. Passos Maia, Santa Catarina.

STELLA, Vlademir. 10 de maio de 2024. Entrevistadora: Sarue Brunetto. Passos Maia, Santa Catarina.

TOZZO, Osmar. 24 de outubro de 2024. Entrevistadora: Sarue Brunetto. Passos Maia, Santa Catarina.

Histórico da Serraria Indumel produzido pela Escola Municipal Duque de Caxias.

Registro de imóvel da Serraria Ponte Serrada 1967.

Relação dos estabelecimentos industriais da área de abrangência do distrito de Coronel Passos Maia e Dom Carlos.

Movimento econômico dos distritos de Coronel Passos Maia e Dom Carlos 1989 e 1990.

Documentos da Madeireira Lenar LTDA.

Relatórios e livros da APREMAVI, ICMBio,

Entrevista com os servidores ICMBio (História oral).

Decreto de criação da Unidade de Conservação.

Atas dos GTs de preparação das Unidades de Conservação.

Documentos da criação do Parque Nacional das Araucária (ICMBio).

Relatórios do ICMBio.

Fotografias das madeiras e da região.